

MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**Inventário do Património Cultural Imaterial**  
**Contributos para uma caracterização da sua**  
**implementação em Portugal entre 2011-2021**

Patrícia Cordeiro

2021



Patrícia Cordeiro

**Inventário do Património Cultural Imaterial  
Contributos para uma caracterização da sua  
implementação em Portugal entre 2011-2021**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pela Professora  
Doutora Natália Azevedo

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2021



Autor

## **Título**

### **subtítulo [se aplicável]**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em (escreva o nome do mestrado),  
orientada pelo(a) Professor(a) Doutor(a) (escreva o nome do orientador)  
e pelo(a) Professor(a) Doutor(a) (escreva o nome do orientador) [se aplicável]

## **Membros do Júri**

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Professor Doutor (escreva o nome do/a Professor/a)

Faculdade (nome da faculdade) - Universidade (nome da universidade)

Classificação obtida: (escreva o valor) Valores

*Para o Moisés, que adormeceu a ver catálogos de mascarados, descobriu  
receitas centenárias, brincou com objetos de cultura popular, foi curador  
de exposições e inspirou atividades pedagógicas em troca de mimos,  
brincadeiras e cuscos doces.*

*Por todos os pedacinhos da tua infância refletidos em recados e desenhos  
que fazem dos meus cadernos de trabalho património afetivo da nossa  
família, tal como o meu abraço, também o meu maior esforço será  
sempre para ti.*

# Sumário

Declaração de honra .....	5
Agradecimentos .....	6
Resumo.....	7
Abstract .....	8
Índice de Figuras .....	9
Índice de Tabelas.....	9
Índice de Gráficos.....	9
Lista de abreviaturas e siglas.....	10
Introdução.....	11
1.Contexto de investigação e opções metodológicas .....	14
1.1. Ponto de partida – Práticas de Inventariação no Nordeste transmontano .....	14
1.2. Razões e Objetivos para uma caracterização da implementação do INPCI .....	20
1.3. Metodologia de Investigação .....	24
2.Inventariação de Património Cultural Imaterial: Enquadramento Teórico e Legislativo .....	30
2.1. O património cultural imaterial antes da legislação .....	31
2.2. Revisão dos instrumentos legais e normativos .....	38
2.3. As problemáticas do enquadramento normativo do PCI na literatura .....	51
3.O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial 2011-2021 .....	53
3.1. Caracterização e Análise do INPCI em Portugal .....	54
3.2. A elaboração de processos de inventário – experiências em análise .....	66
3.3. Salvaguarda de Património Cultural Imaterial e Impacto nas Comunidades.....	76
Considerações Finais para uma Sociologia do Património .....	91
Referências Bibliográficas .....	96
Anexos.....	99
Anexo 1 – Ficha de Inventário de Património Cultural Imaterial.....	100
Anexo 2 - Guião de Entrevista aos representantes dos processos de inventário.....	103
Anexo 3 – Quadro de Categorias de Análise – Fase Inicial de Codificação .....	104
Anexo 4 – Quadro de Caracterização Global das propostas submetidas no INPCI.....	109

## **Declaração de honra**

Declaro que o presente trabalho de dissertação “Inventário do Património Cultural Imaterial - Contributos para uma caracterização da sua implementação em Portugal entre 2011-2021” é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e auto-plágio constitui um ilícito académico.

Macedo de Cavaleiros, 26 de Setembro de 2021

Patrícia Alexandra Nunes Cordeiro

## **Agradecimentos**

Os meus agradecimentos são breves mas muito sinceros.

Agradeço em primeiro lugar à minha família sem qual seria muito difícil reunir esforço para concretizar os desafios pequenos e grandes que a vida sempre nos apresenta.

Agradeço também a todas as pessoas que colaboraram com este trabalho em particular as que disponibilizaram tempo para a realização das entrevistas.

A professora Natália Azevedo por ter aceite ser minha orientadora e pela sua serenidade perante a minha pouco exemplar gestão de tempo durante a realização deste trabalho.

Quero também fazer um agradecimento particular ao doutor Paulo Ferreira da Costa, meu professor no Curso de Formação em Inventário de Património Cultural Imaterial em 2014, por toda sua disponibilidade ao longo destes anos.

Faço ainda um último agradecimento a todos as pessoas, particularmente de Podence, de Samil, de Torre de Dona Chama e de Pinela, com quem tanto tenho aprendido.



## **Resumo**

Este trabalho tem como ponto de partida as experiências de trabalho etnográfico desenvolvidas pela autora entre 2014 e 2019 que fundamentam processos de inscrição no Inventário do Património Cultural Imaterial.

O Inventário do Património Cultural Imaterial que responde a uma das diretivas da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO (2003) disponibiliza a partir de meados de 2011 uma plataforma online para o registo desmaterializado de pedidos de inventário.

Volvida uma década sobre a sua implementação, propõe-se neste trabalho uma caracterização e uma análise dos seus impactos nas comunidades.

A metodologia que orienta este trabalho é qualitativa e assenta primeiramente numa pesquisa documental sobre os instrumentos legais e normativos que estão na origem deste sistema de inventário e bibliográfica no sentido também de ligar este enquadramento normativo aos contributos da etnografia e da antropologia para a definição do campo de trabalho do património cultural imaterial e o desenvolvimento de linhas de pensamento que debatem as problemáticas geradas pelos instrumentos normativos em torno do PCI.

Este trabalho baseia-se ainda na análise de conteúdo de entrevistas realizadas a alguns dos técnicos responsáveis pela elaboração de processos de inventário de modo a construir um conjunto de indicadores que possam contribuir para o desenvolvimento futuro de estudos de carácter científico, nomeadamente sociológico, sobre os efeitos gerados pelos processos de inventariação nas comunidades.

**Palavras-chave:** Património Cultural Imaterial, Inventário, Salvaguarda, Etnografia

## **Abstract**

This work takes as its starting point the experiences of ethnographic work developed by the author between 2014 and 2019, which support the inscription processes in the Inventory of Intangible Cultural Heritage.

The Inventory of Intangible Cultural Heritage, which responds to one of the directives of the Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage of UNESCO (2003), provides from mid-2011 an online platform for the dematerialized registration of inventory requests.

A decade after its implementation, this work proposes a characterization and an analysis of its impacts on communities.

The methodology that guides this work is qualitative and is primarily based on documental research on the legal and normative instruments that are at the origin of this inventory system. The literature review is based on the link between this normative framework to the contributions of ethnography and anthropology to the definition of the fieldwork in intangible cultural heritage and the development of lines of thought that debate the issues generated by the normative instruments around ICH.

This work is also based on the content analysis of interviews carried out with some of the technicians responsible for the elaboration of inventory processes in order to build a set of indicators that can contribute to the future development of scientific studies, namely sociological about the effects of such inventories on communities.

**Key-words:** [mínimo 3, máximo 5 palabras]

## Índice de Figuras

FIGURA 1 - IMAGENS REALIZADAS PARA PROCESSOS DE INVENTARIAÇÃO NO DISTRITO DE BRAGANÇA.....	16
FIGURA 2 - CAPTURA DE ECRÃ DO VÍDEO “MÁSCARAS DE TRÁS-OS-MONTES” .....	32
FIGURA 3 - CAPTURA DE ECRÃ DA BASE DE DADOS ONLINE MATRIZPCI – PROPOSTAS INSCRITAS .....	54
FIGURA 4 - DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS PROCESSOS INSCRITOS NO INPCI E NAS LISTAS UNESCO .....	61

## Índice de Tabelas

TABELA 1 – EVOLUÇÃO DAS TEMÁTICAS DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL TRATADAS PELA LITERATURA ETNOGRÁFICA PORTUGUESA 1870-1970 .....	33
TABELA 2 - CRONOLOGIA DE LEGISLAÇÃO E NORMATIVOS PARA O PATRIMÓNIO CULTURAL E PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL .....	42
TABELA 3 - MANIFESTAÇÕES INVENTARIADAS E INSCRITAS NAS LISTAS UNESCO .....	63
TABELA 4 – QUADRO DE ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES DE INVENTARIAÇÃO .....	70
TABELA 5 – PERCEÇÕES SOBRE O PROCESSO METODOLÓGICO DE INVENTARIAÇÃO .....	73
TABELA 6 – CARACTERIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE SALVAGUARDA .....	77
TABELA 7 - PERSPETIVAS SOBRE A PERCEÇÃO DA COMUNIDADE EM RELAÇÃO AO INVENTÁRIO .....	82
TABELA 8 - CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE NOS PROCESSOS DE INVENTÁRIO .....	86
TABELA 9 - CARACTERIZAÇÃO DOS RESULTADOS DE CONCRETIZAÇÃO DOS PROCESSOS DE INVENTÁRIO .....	88

## Índice de Gráficos

GRÁFICO 1- EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE PROPOSTAS SUBMETIDAS E INVENTARIADAS NA MATRIZ PCI.....	55
GRÁFICO 2 - NÚMERO DE PROPOSTAS INVENTARIADAS E SUBMETIDAS NA MATRIZ PCI POR DOMÍNIOS .....	57
GRÁFICO 3 - NÚMERO DE PROPOSTAS INVENTARIADAS E SUBMETIDAS NA MATRIZ PCI POR CATEGORIAS .....	59

## Lista de abreviaturas e siglas

FLUP .....	FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DO PORTO
UNESCO .....	ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA
PCI .....	PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL
INPCI .....	INVENTÁRIO NACIONAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL IMATERIAL
DGPC .....	DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL
CNU .....	COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO
ICCROM .....	CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS
ICOMOS .....	CONSELHO INTERNACIONAL DOS MONUMENTOS E SÍTIOS
IMC.....	INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO

## Introdução

*“Havemos de percorrer essas regiões espantosas do País, lentamente, de saco às costas, a fazer a comida entre duas pedras, dormindo nos palheiros. Ouviremos aquelas vozes que quási emudeceram para nós, porque brutalizamos a nossa mais pura emotividade, com as lutas estúpidas a que nos temos sujeitado. Vamos primeiro ao Minho, só para pastar. Tomamos lá um banho de verdura. Depois de bem frescos vamos até Trás-os-Montes purificar a alma, elevá-la aos grandes ideais e à compreensão de Deus. A seguir uns dias de Gralheira, para matar a sede nas bicas puras da serra. Daí vamos para a Beira Baixa, região do Sabugal, seguindo a fronteira espanhola vindo a acabar no cimo da Serra da Estrela.”*

Jorge Dias em carta dirigida a Ernesto Veiga de Oliveira em 1939 (Leal, 2008)

A escolha da inventariação de património cultural imaterial como tema para este trabalho de mestrado em Sociologia decorre da minha experiência profissional, particularmente a que desenvolvi entre 2014<sup>1</sup> e 2020 em Trás-os-Montes, de onde sou natural e onde conduzi, até ao momento, quatro processos de inventariação, um dos quais resultou numa candidatura à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade (aprovada em dezembro de 2019).

Entre o Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (que doravante passará a ser referido também pela sigla INPCI) e as Listas do Património Cultural Imaterial da Humanidade proclamadas pela UNESCO, existem, atualmente, em Portugal 24 manifestações de PCI registadas por estes instrumentos entre 2011 e 2021.

O ponto de partida desta tese de mestrado é assim o da própria estrutura de um procedimento de inventário:

A primeira fase de um procedimento conducente a estes reconhecimentos concentra, resumidamente, o desenvolvimento de trabalho etnográfico, de estudo das manifestações culturais, de recolha documental e de registo audiovisual e videográfico

---

<sup>1</sup> Ano em que frequentei e concluí a formação em Inventariação do Património Cultural Imaterial lecionada pela Direção Geral do Património Cultural Imaterial e a Universidade Aberta.

do seu contexto atual. Trata-se, por isso de um trabalho que congrega as metodologias “clássicas” de investigação qualitativa em ciências sociais, embora multidisciplinar, na medida em que o património cultural imaterial abrange os domínios da antropologia social, da sociologia rural, da arqueologia, da história, da arquivística, da linguística, da etnomusicologia, etc.

Numa segunda fase, o trabalho de elaboração de um processo de inventário, transita para o do diagnóstico e do planeamento, na medida em que as entidades proponentes dos pedidos de inscrição no INPCI e/ou de candidaturas às Listas do PCI da Humanidade devem apresentar uma reflexão sobre o estado atual da manifestação cultural nos seus diversos planos ou fases e um projeto de salvaguarda, isto é, um conjunto de medidas que promovam a manutenção das condições de que determinada comunidade dispõe por forma a garantir a continuidade da reprodução da manifestação.

Interessa pois, traçar um retrato caracterizador do que tem sido a evolução da implementação do Inventário Nacional nos últimos dez, a sua primeira década de existência, para propor no final deste trabalho um conjunto de indicadores do impacto da realização dos procedimentos nas comunidades considerando os eventuais contributos para o desenvolvimento local e também os aspetos que criam tensões nas comunidades, a politização, o excesso de visibilidade, por exemplo.

Assim, o trabalho que se apresenta divide-se em três partes complementares para a construção desta caracterização.

Numa primeira parte, que tem como ponto de partida uma reflexão sobre o conhecimento empírico colhido em experiências de inventariação no nordeste transmonano entre 2014 e 2019, descrevendo o contexto de investigação e as opções metodológicas seguidas.

Um segundo momento descreve a evolução cronológica da legislação sobre o património cultural e os documentos legais e normativos que contribuem para esclarecer a contextualização histórica do seu desenvolvimento. A esta revisão dos documentos regulamentares associa-se também uma cronologia da evolução dos estudos etnográficos em Portugal e a sua relação com os domínios do património

cultural imaterial antes da legislação. Este enquadramento teórico completa-se com a revisão das principais problemáticas do enquadramento normativo do PCI na literatura.

Finalmente, a terceira parte deste trabalho, conclui-se com a análise dos processos de inventário através da informação disponibilizada pela Plataforma Matriz PCI – [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt) e apresentam-se os resultados obtidos através de entrevistas realizadas a alguns responsáveis pela elaboração de processos inventariados.

Nas conclusões deste trabalho resumem-se as características (tipologias de manifestações culturais, entidades envolvidas, distribuição geográfica) e discutem-se as principais virtudes e problemáticas que ao longo deste trabalho e particularmente através dos resultados das entrevistas caracterizam estes dez anos de implementação do INPCI.

No âmbito dos contributos para o desenvolvimento de investigações futuras defende-se uma aproximação da Sociologia ao tema dos estudos sistemáticos que permitam medir os contributos e impactos dos processos de patrimonialização nas comunidades.

# 1. Contexto de investigação e opções metodológicas

*“(...) quando íamos para o terreno havia conjunturas variadas: havia a situação de ir para o terreno de olhos e ouvidos abertos, sem qualquer parti pris, sem qualquer indicativo do caminho a seguir, (...). Depois, havia já situações em que se partia para o terreno com determinados objetivos. (...) Preocupavam-nos mais os aspetos gerais, tipológicos, sem dúvida... De certa maneira nós tínhamos consciência de que era uma antropologia de urgência, que as coisas estavam a desaparecer, com uma velocidade... duas décadas bastaram para que essa mutação se realizasse de um modo quase -radical.”*

Benjamim Pereira entrevistado por Paulo Costa e Cláudia Freire (Costa, Freire e Pereira, 2010)

## 1.1. Ponto de partida – Práticas de Inventariação no Nordeste transmontano

No final de 2014, a propósito do processo de inscrição da Festa de Carnaval dos Caretos de Podence no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial, visitei, na sua casa, na Rua da Saudade, em Lisboa, a cineasta e documentarista Noémia Delgado.

Noémia filmou o documentário “Máscaras” que retrata os rituais mascarados do ciclo de inverno no nordeste transmontano entre 1974 e 1975, na sequência da publicação do livro do etnógrafo Benjamim Pereira “Máscaras Portuguesas” (1973), um extraordinário catálogo visual dos estranhos e, então anónimos, rituais de jovens mascarados que se concentram no nordeste do país. Tinha sido publicado uma década antes o livro de Dom Sebastião Pessanha, Mascarados e Máscaras Populares de Trás-os-Montes (1961), com as primeiras imagens fotográficas de máscaras, uma coleção que Benjamim Pereira retoma e completa e que virá a constituir-se como uma das coleções fundadoras do Museu Nacional de Etnologia em Lisboa.

Quando quis perceber o interesse de Noémia pelos rituais e as razões que levaram às filmagens do seu então “controverso” Máscaras, a pioneira do cinema documental português disse apenas que o livro de Benjamim Pereira “pedia imagem”.



Vivíamos então um tempo, em que os estudos sobre a cultura popular podem ultrapassar os limites do estudo etnográfico baseado no seu registo descritivo escrito, para um registo audiovisual, através do documentário etnográfico que.

Mais tarde, em 2019, poucos meses antes da inscrição do Carnaval de Podence na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade da UNESCO, tive a sorte de visitar ainda em vida Benjamim Pereira, cuja limpidez e clareza de discurso admiro profundamente e é notória em todo o seu trabalho etnográfico.

Benjamim Pereira produziu, ao longo da sua pesquisa sobre a cultura popular portuguesa, vários pequenos vídeos e muita fotografia documentando diversas manifestações culturais e os usos de diversos patrimónios culturais. Sobre a importância sobressaliente da imagem e do multimédia para a documentação e a preservação do património cultural, disse-me que a considerava como um capítulo fundamental do trabalho etnográfico.

Posso afirmar, que a possibilidade de poder, através do trabalho de inventariação, documentar as manifestações culturais que tenho estudado com o propósito de as inscrever no Inventário Nacional do Património Cultural é uma das maiores satisfações que tenho tido no meu percurso profissional. Efetivamente, o trabalho de inventariação na fase de estudo, percorre um caminho que passa pela pesquisa bibliográfica que permita contextualizar historicamente a evolução de determinada manifestação e que termina na produção de conteúdos atuais em fotografia, vídeo e eventualmente registos sonoros que atualizam o retrato da prática cultural em causa.

Este elemento de materialidade, constitui por um lado a produção de conhecimento atualizado sobre aquela manifestação e por outro é um “produto” da inventariação essencial para a própria devolução dos resultados de inventariação à comunidade, a construção de conteúdos expositivos e de divulgação sobre as práticas.

Da minha experiência etnográfica para procedimentos de inventário na região transmontana resultaram quatro experiências que a seguir resumo e se identificam na Figura 1.

**Figura 1 - Imagens realizadas para processos de Inventariação no distrito de Bragança**



2014

Carnaval de Podence



2016

Confeção de Cuscos de  
Bragança



2017

Santo Estêvão de Torre  
de Dona Chama



2019

Cantarinhas de Pinela

Fonte: Arquivo fotográfico próprio.

Em 2014 tem início o processo de inventariação da Festa de Carnaval dos Caretos de Podence. Este trabalho tem como antecedente a frequência do curso de Inventário do Património Cultural Imaterial, em regime e-learning promovido então numa parceria entre a DGPC e a Universidade Aberta.

Durante o curso, dada a complexidade do tema desta festividade ritual de inverno para a duração do mesmo (cerca de três meses) desenvolvo um trabalho preliminar sobre uma prática alimentar que então resistia em algumas aldeias do nordeste transmontano, os cuscos, uma derivação do “couscous” marroquino e que à época escolho como tema de trabalho pela sua originalidade e curiosidade.

Mas o estudo para a fundamentação de um processo de inventariação do Carnaval de Podence havia sido proposto, pela Associação Grupo de Caretos de Podence numa candidatura a um dos avisos que na altura existiam no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, e cujo financiamento viria aprovado.

É neste contexto que, logo após a conclusão do curso e pelo período de um ano desenvolvo este primeiro processo de inventário. Nele colaborará na qualidade de orientador, particularmente por ter ampliado o conhecimento científico sobre Podence

e a sua tradição de Carnaval com uma tese de doutoramento em antropologia sobre a evolução da festa, o antropólogo Paulo Raposo.

Ao longo desse ano, começo então a reunir informação bibliográfica e a construir conteúdos para uma descrição contemporânea da festa, que contextualizasse também a sua dimensão pública e de evento cultural icónico da região, estatuto, que naquela altura tinha já ganho, e que aliás precisamente objeto de análise na tese desenvolvida por Paulo Raposo.

Organizo assim, pela primeira vez, sessões de entrevista (algumas malsucedidas como um focus group com “caretos” crianças), sessões de observação e registo em vídeo de construção de fatos e máscaras e de recolha de experiências e testemunhos da população. Organizo também um catálogo das peças em exposição na Casa do Careto (seguindo algumas orientações dadas pelas Normas de Inventariação para o património móvel publicadas pela DGPC). A construção do estudo etnográfico completa-se com a realização de um documentário sobre a festa, produzido pela empresa de multimédia onde trabalhava na altura e que acompanha todos os momentos da festa em fevereiro de 2015. Para documentação videográfica é ainda criado um documentário que reúne excertos dos documentários produzidos sobre o Carnaval de Podence desde 1973 a 2014, incluindo excertos do “Máscaras” de Noémia Delgado e do “Rituais de Inverno com Máscaras” de Catarina Alves Costa. É com o propósito de recolher as autorizações para a utilização destes excertos que contato as duas realizadoras e outros documentaristas e fotógrafos que ao longo do tempo foram criando documentos de época que permitem retratar a evolução histórica do Carnaval em Podence. O projeto de inventariação conclui-se em maio de 2015 com a sua submissão e com a criação de uma maquete expositiva a partir do material recolhido, uma cronologia com suporte visual naqueles elementos que se haviam produzido e que ainda hoje se encontra exposta em Podence.

Um ano depois, com o propósito de dar seguimento ao trabalho iniciado com o curso de e-learning sobre Inventariação apresento à Câmara Municipal de Bragança uma proposta para concluir um levantamento etnográfico sobre a confeção de cuscos

naquele concelho, que permitisse fundamentar a sua inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

O trabalho sobre esta prática alimentar proporciona-me na altura uma experiência muito distante da Festa de Carnaval dos caretos em Podence. Trata-se de documentar uma expressão de cultura alimentar que se encontra em desaparecimento e sobre a qual existe pouco conhecimento. Inicia-se então um processo de trabalho mais longo (entre 2016 e 2018) de pesquisa no terreno (porta a porta, de aldeia em aldeia) tentando identificar, mapear e circunscrever a área onde ainda se preserva a sua confeção e também de pesquisa de arquivo para documentar a sua contextualização histórica, primeiro no âmbito nacional e depois no âmbito regional.

Durante este processo, crio relações de proximidade e de contato mais frequentemente, com uma senhora de Samil, que é quem me permite documentar em vídeo a confeção de cuscos. Um registo no qual participam também uma tia e a sua mãe, com quem aprendeu a produzir este alimento.

Ao longo deste processo são desenvolvidas com a Divisão de Cultura da Câmara Municipal uma série de iniciativas, das quais destaco uma exposição no Centro Cultural Adriano Moreira “Cá se fazem cuscos” que expõem os objetos utilizados, particularmente cuscuzeiras de diversos tipos e informações recolhidas no terreno, documentos históricos, fotografias e o documentário sobre o processo.

Esta relação com a Câmara Municipal de Bragança despoleta também a vontade do município de inventariar as cantarinhas em barro de Pinela cujo processo se inicia em 2018 e que mais uma vez tem características distintas dos anteriores. Trata-se de uma prática que é mantida apenas por um transmissor, pelo que se destaca das ações desenvolvidas com a Câmara, uma mostra de filmes etnográficos sobre a cerâmica em Portugal no verão de 2018, em que se incluem filmes domésticos realizados pela família de uma das louceiras que se tornou uma das personagens mais singulares da aldeia e icónica na história da produção das cantarinhas. As idas ao terreno, passaram pela construção de genealogias da memória de familiares de antigas louceiras, tendo sido a maior parte destas recolhas realizada em visitas aos utentes do Centro de Dia, que aí se

dirigiam sobretudo para almoçar. Documentei ainda (como forma de catalogar o trabalho de cerâmica produzido em cada família) objetos herdados por estes familiares. Os elementos deste trabalho resultaram igualmente numa exposição que esteve patente no Centro Cultural Municipal em 2019 denominada “Cântaros, Cântaras e Cantarinhas” – Histórias das Louceiras de Pinela.

Paralelamente, no final de 2016 e até 2017 desenvolvo também, em parceria com a Associação Dona Flamula, uma associação de defesa do património cultural da Vila de Torre de Dona Chama, um processo inventariação integrado num projeto mais alargado de patrimonialização da Festa dos Caretos, dos Rapazes e de Santo Estevão, que obteve financiamento através do Programa EDP Tradições 2016/18 e da Câmara Municipal de Mirandela. Esta festividade ritual de inverno que acontece no dia de Natal e se prolonga pelo dia 26 de dezembro tem também características particulares em relação às manifestações culturais anteriormente trabalhadas, embora muito próxima da do Carnaval.

Também este processo de inventariação se desenvolveu em idas ao terreno, a realização de um documentário sobre a festa e outras iniciativas das quais destaco um debate sobre os processos de patrimonialização e as oficinas de construção de máscaras que com a participação de um membro da Associação realizamos na escola EB, 2, 3 de Torre de Dona Chama.

São estas experiências que no fundo vêm motivar o trabalho desenvolvido para esta tese de mestrado e que resultam de um questionamento que desde o início, talvez decorrente da minha formação em Sociologia, sempre me instigou, que se relaciona com a avaliação dos efeitos destes procedimentos nas comunidades.

## **1.2. Razões e Objetivos para uma caracterização da implementação do INPCI**

Em 2010, foi apresentada a primeira candidatura portuguesa às Listas do PCI da Humanidade, a candidatura do Fado. Desde então, Portugal candidatou e integrou nas listas do Património Cultural Imaterial da Humanidade oito manifestações culturais: duas na Lista de Salvaguarda Urgente (Barro Preto de Bisalhães e Produção de Chocalhos); duas de âmbito multinacional (Dieta Mediterrânica e a Arte da Falcoaria) e quatro nacionais (Fado, Cante alentejano, Bonecos de Barro de Estremoz e Carnaval de Podence) na Lista Representativa.

Da análise dos documentos que constituem estas candidaturas, considerando, como vimos anteriormente, que a inventariação das manifestações culturais é um requisito fundamental para a proposta de candidaturas às Listas UNESCO e refletindo ainda a evolução cronológica, já também apresentada, dos normativos legais que criam em Portugal o Inventário Nacional do Património Cultural coincidente com o desenvolvimento destas candidaturas, facilmente se percebe que os seus processos de inventário não foram homogéneos no seu desenvolvimento e no cumprimento da legislação e normativos, não estando disponíveis, por exemplo, na plataforma Matriz PCI os inventários relativos ao Fado, ao Cante, à Dieta Mediterrânica ou ao Processo de Confeção dos Chocalhos. Ainda a título de exemplo, no caso da Falcoaria e apesar do seu inventário estar disponível na Plataforma, a inscrição no INPCI ainda se encontra em processo não tendo sido publicado o respetivo Diário da República apesar da sua integração nas Listas do PCI da Humanidade pela UNESCO.<sup>2</sup>

Desenvolve-se assim, ao longo, das últimas décadas e em particular nesta última, através destes processos de candidatura à UNESCO e de inventariação nacionais, um campo de trabalho novo para o património cultural, o da sua dimensão imaterial.

---

<sup>2</sup> As candidaturas portuguesas são consultáveis online através da ligação [última consulta em 01-09-2021]: <https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/temas/proteger-o-nosso-patrimonio-e-promover-a-criatividade/patrimonio-cultural-imaterial-em-portugal>

Neste sentido, também a literatura, vai refletindo sobre esta dimensão e tudo o que ela implica em termos de aplicabilidade, focando-se sobretudo nas determinações da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003) (a que a partir daqui se fará referência apenas utilizando o termo Convenção, utilizando a sua denominação extensa apenas quando seja conveniente) para os países, com um intenso debate, que tem maior eco logo após a concretização da primeira candidatura portuguesa e durante os primeiros anos de implementação do INPCI. São na altura, sobretudo discutidos, em resumo do que já vimos, os temas relacionados com o procedimento e sistemas de inventário (Cabral, 2009), o papel dos museus (Carvalho, 2009 e 2011; Querol, 2010) sobretudo os museus etnográficos (Pinto, 2009) e refletidas questões sobre a hierarquização, o papel das comunidades e dos agentes políticos (Sousa, 2015), mas também sobre a sua salvaguarda e valorização (Costa, 2013).

Seguem-se a estas reflexões, alguns trabalhos que analisam em casos práticos experiências de “patrimonialização”, como é por exemplo, o caso da tese de doutoramento de Carla Queiroz sobre o *Processo de patrimonialização do Kola San Jon em Portugal* de 2018, como trabalho de suma relevância, incidindo exclusivamente sobre as políticas públicas para o património cultural imaterial. Outros exemplos, encontram-se noutros trabalhos académicos: que a pesquisa bibliográfica online nos permite encontrar, e que têm como base refletir sobre casos práticos de manifestações culturais na sua relação com as políticas para o património cultural imaterial (Correia, 2011; Andrade, 2015; (Carvalho, 2019).

A originalidade deste trabalho de investigação tem, ainda, como pano de fundo, ou melhor dito, como antecedente o conhecimento empírico desenvolvido por mim, durante um período que tem início em 2012, quando a partir de Macedo de Cavaleiros e ainda que distante do terreno, desenho um pequeno mas ambicioso projeto de levantamento de práticas agrícolas tradicionais, que teria lugar na região do Sor e do Oeste, e um pequeno caderno de orientações para o seu registo etnográfico<sup>3</sup> e que se

---

<sup>3</sup> A empresa com a qual colaborava na altura, desenvolveu uma página eletrónica onde ainda podem ser consultados alguns vídeos e informações sobre o projeto [Reviver a Cultura no Sor | Projetos | Identidade Coletiva](#) [última consulta 29-09-2021].

irá desenvolver na altura com recurso à realização de pequenos vídeos e fichas descritivas, cuja fundamentação tem como inspiração as orientações legais que entretanto haviam sido publicadas para a inventariação de património cultural imaterial e a própria plataforma MatrizPCi que, inclusivamente, dispunha de quatro exemplos demonstrativos de processos de inventariação (hoje inacessíveis). Tomei, para a realização desse trabalho, pela primeira vez, contato com o Departamento do Património Imaterial do, então, ainda existente IMC, tendo na altura, sido já fundamental, para esse e para outros trabalhos de inventariação que mais tarde desenvolvi, as conversas e orientações do seu diretor à época.

Efetivamente, em 2014 frequento o Curso de Inventário de Património Cultural Imaterial, de que resulta a proposta de inscrição dos cuscos no INPCI, que retomo mais tarde, para dar início ao processo de inventariação da Festa de Carnaval dos Caretos de Podence, um processo que virá a culminar em 2019 com a sua inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade. Durante este período, dedico-me profissionalmente à elaboração de alguns processos de inventariação transmontana, mas ao mesmo tempo, vou também acompanhando e recebendo o contato de outros colegas que vão desenvolvendo estes processos. Questões como a definição daquilo em que se concretiza determinada manifestação cultural, a própria denominação de uma manifestação, o grau de desenvolvimento necessário do trabalho de campo ou de descrição etnográfica atualizada sobre determinada manifestação, as relações com a comunidade e as pressões políticas para o desenvolvimento de determinado processo, os agentes envolvidos nisso, mas também os benefícios, sociais, económicos ou de impulso para a manutenção de determinada manifestação, são questões que foram surgindo, em conferências, apresentações públicas e seminários em que participei ou em conversas informais com colegas, sobretudo técnicos dos museus ou de municípios.

Considerando ainda, os últimos dez anos, com um período de implementação (talvez os próximos possam já ser considerados de consolidação), importa formular uma caracterização deste período e do que se poderá depreender para o futuro do INPCI a partir das experiências e processos de inventariação que decorreram entre 2011 e 2021.



É precisamente este o carácter relevante deste trabalho que procura, através da análise documental e comparativa de diferentes processos de inventário, aferir as problemáticas e as práticas de implementação no terreno dos instrumentos legais que definem e regulamentam a implementação dos processos de inventário, na última década e compreender os contributos do INPCI para a salvaguarda do património cultural imaterial em Portugal.

Os objetivos deste trabalho de investigação desenvolvem-se em momentos de análise que se correlacionam ao longo de todo este trabalho.

O primeiro eixo de análise refere-se à revisão do quadro de documentos legais e normativos, procurando estabelecer uma relação cronológica e contextual com a evolução dos estudos etnográficos em Portugal e a sua ligação ao desenvolvimento no nosso país deste novo campo do património cultural. Este primeiro momento de análise é também desenvolvido pela revisão do enquadramento teórico e das temáticas que se debatem durante a construção e implementação do Inventário Nacional e da Convenção e que procuram sistematizar questões relacionadas com as suas implicações sociais, as suas contrariedades, limites e potencial de aplicação para o património cultural imaterial.

No segundo momento de análise, pretende-se que, ancorados no contexto teórico, conceptual e normativo construídos naquele primeiro momento de análise, fazer uma leitura, uma caracterização do INPCI através de uma abordagem comparativa dos processos inscritos entre 2011 e 2021. Este exercício, que se completa pela análise dos formulários submetidos no INPCI e de entrevistas realizadas a técnicos responsáveis pela elaboração de alguns dos processos inscritos, tem como objetivo, identificar indicadores que nos permitam compreender as experiências práticas de elaboração de processos de inventário, nomeadamente no que diz respeito às condições e motivações que conduziram à elaboração dos processos, às dinâmicas locais criadas, particularmente no que respeita à definição de medidas de salvaguarda e a sua implementação, abordando ainda as questões mais práticas relacionadas com a constituição de equipas técnicas e aspetos metodológicos de inventariação.

### **1.3. Metodologia de Investigação**

No que respeita às opções metodológicas para a realização deste trabalho de investigação, foi privilegiado o recurso à metodologia qualitativa, na medida em que esta melhor se adequa à concretização dos objetivos propostos, não apenas ou não necessariamente por uma já relação “clássica” ou “tradicional” das temáticas do património cultural imaterial com as metodologias qualitativas de investigação, mas e sobretudo porque, se trata de um trabalho de carácter exploratória de uma abordagem a experiências práticas de utilização de um procedimento de inventariação para o património cultural imaterial e que portanto tem como foco a análise de casos particulares.

Ainda sobre a adequabilidade da metodologia de investigação ao estudo desenvolvido, destaca-se do conjunto de características comumente atribuídas ao paradigma de investigação qualitativa, como perfeitamente enquadrados no contexto deste projeto: - que a investigação qualitativa assenta na recolha de dados descritivos cujas unidades de análise se expressam em palavras, conceitos, textos; - que o foco da análise qualitativa é a perceção e experiências do participante e os sentidos que atribuem a essas experiências; - e que o objetivo é, assim, o de compreender, não uma mas múltiplas realidades; procurando entender como as coisas ocorrem (processos) e as suas particularidades (Creswell, 2014).

Assim, um primeiro momento deste projeto de investigação passou pela recolha bibliográfica de modo a poder construir um enquadramento teórico que permitisse contextualizar o surgimento do conceito de património cultural imaterial na legislação, assim como no contexto social e histórico das sociedades atuais onde ele emerge como uma preocupação e é tópicamente debate intenso, face por um lado às tensões que sofre perante a alteração radical do modo de vida das populações ou comunidades onde habitualmente se preserva (e de que a literatura anterior à legislação nos dá conta), e por outro face aos limites e contrariedades dos instrumentos legais de proteção que nas últimas décadas emergiram (e que os estudos académicos posteriores à legislação refletem).

Paralelamente, desenvolveu-se uma análise documental que incidiu sobre um conjunto de documentos legislativos internacionais, e que, se quisermos categorizar, se assumiu ao longo deste trabalho denominar de “documentos normativos” uma vez que se consubstanciam em orientações e normas de gestão do património cultural e, em particular do património cultural imaterial. Estes documentos, foram analisados num plano cronológico e de grau de importância para a construção dos que vieram a versar especificamente sobre o património cultural imaterial no plano internacional – a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) e nacional (o Regime Jurídico para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2009)).

A construção do quadro de análise dos processos de inventariação que constitui o segundo momento deste projeto de investigação, teve assim como ponto de partida este exame dos instrumentos normativos, que se conclui com a introdução à metodologia de inventariação que atendeu às normas processuais definidas especificamente pela Portaria 196/2010 que aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do Património Cultural Imaterial e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário.

É tendo em consideração esta metodologia de inventariação que se segue uma caracterização, que podemos, recorrendo ao procedimento habitual de investigação em ciências sociais e particularmente em sociologia, chamar de sociodemográfica dos processos de inventário submetidos na base de dados online do INPCI entre julho de 2011 e julho de 2021. Esta “socio demografia”, pretende traçar um retrato global dos processos, quanto à tipologia de manifestações (no âmbito dos seus domínios e categorias conforme definidas pela legislação), a sua distribuição geográfica no país, a tipologia das entidades promotoras e ainda as profissões e habilitações académicas (também legalmente referidas nos documentos normativos) das equipas responsáveis pelos processos de inventariação, assim como uma análise cronológica da evolução do número de processos submetidos no inventário nesta década e de candidaturas apresentadas à UNESCO neste mesmo período. O interesse pela comparação com a submissão de candidaturas às listas internacionais da UNESCO decorre também de uma operacionalização do estipulado pela Convenção (2003) que determina a constituição

de inventários nacionais em que estejam inscritas as manifestações de património cultural imaterial.

A caracterização dos processos, apresenta-se assim num modelo de análise que recorre brevemente também à sua quantificação, permitindo assim criar um quadro mais visual da sua implementação no país, e refletir sobre os domínios e categorias que mais frequentemente têm sido objeto de inventariação e por outro lado, a sua distribuição geográfica e o tipo de entidades que mais se envolvem nestes processos.

Parte-se de uma caracterização global dos 103 processos de inventário submetidos na base de dados online – a Plataforma Matriz PCI para um afinamento da análise dos processos efetivamente inscritos (20 durante este período). Portugal teve também, mais ou menos no mesmo período 8 inscrições na UNESCO, alguns destes processos passaram pelo Inventário, outros antecederam-no ou foram alvo de outras estratégias que também descreveremos brevemente analisando a documentação disponível sobre estes processos.

Numa terceira etapa de afinamento e de aprofundamento da caracterização dos processos, recorreu-se à entrevista a técnicos responsáveis pela elaboração de alguns dos processos inscritos. Uma vez que dos 20 atualmente inscritos, cinco foram concretizados no ano corrente de 2021 e um dos objetivos do projeto passa pela obtenção de uma reflexão em relação a um passado recente, considerou-se, por não existir ainda suficiente distanciamento em relação aos impactos e resultados dos processos de inventariação excluí-los do convite para a realização da entrevista. Assim, foi enviado convite aos responsáveis dos 15 processos inscritos entre 2011 e 2021. O convite foi enviado por e-mail, e após acordo de datas para a sua realização foi também enviada informação detalhada sobre os objetivos da investigação, a solicitação do consentimento informado para a realização das entrevistas e a publicação dos resultados de análise de respostas. Dos 15 convites enviados houve nove respostas de retorno e aceitação. Apenas uma das entrevistas não foi concretizada por ter sido manifestado interesse na participação num período já muito próximo da conclusão deste trabalho, impossibilitando por isso, a sua transcrição e análise em tempo útil.

Por uma questão de honestidade em relação ao processo de elaboração deste trabalho, faço nota ainda da tentativa de contacto e envio de convite também a dois dos responsáveis pelas candidaturas submetidas às Listas do Património Cultural Imaterial da UNESCO e que não constam do Inventário, mas que, e por terem sido as primeiras a vivenciar este processo, considerando-as representativas de experiências que antecedem e se cruzam contextualmente com o surgimento do Inventário, me pareceu útil propor. No entanto, por dificuldades de contacto e não obtenção de resposta a estes pedidos, estas duas entrevistas não foram efetuadas. Faço nota, que redigindo este subcapítulo após a análise das entrevistas planeadas e realizadas de acordo com o referido no parágrafo anterior, penso que tornaria o volume de categorias de análise a criar e de casos a comparar demasiado extensivo para os limites de dimensão deste trabalho e de tempo disponível para elaboração de um guião próprio e de uma análise de conteúdo e leitura de resultados adequadas.

Inicialmente, propôs-se também no âmbito deste projeto a realização de duas entrevistas exploratórias a dois especialistas da área do património cultural imaterial que trabalham no âmbito da implementação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial e da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO), em Portugal. Entendeu-se, dado o contexto anteriormente descrito, concentrar esforços na caracterização do Inventário e assim entrevistar um destes especialistas.

Cabe refletir, neste momento, que e embora em projetos deste carácter seja habitual a prática da manutenção do anonimato da identidade dos participantes entrevistados, esta pode ser por vezes difícil, como é o caso de contextos em que o objeto em análise é alvo de exposição pública e logo de associação a determinados interlocutores que a ele estão ligados. Por outro, lado, e apesar dessa possível identificação independentemente do anonimato, existem também questões éticas relacionadas com a publicação em bases de dados de acesso público (que advogo em virtude do acesso livre a produções de carácter científico) e que, tratando-se este de um exercício académico para avaliação, (não desmerecendo o esforço que nele empenho) considero

que deve privilegiar a não identificação dos entrevistados, ainda que, indiretamente possam sê-lo.

Assim, nas tabelas de categorias de análise criadas, os entrevistados são identificados com numeração e a tipologia de manifestação cultural a que reportam as informações que fornecem. A esta identificação é associada uma legenda que identifica a denominação das manifestações culturais tal como são denominadas nos seus processos de inventário.

No que diz respeito ao especialista, trata-se de um interlocutor com quem na minha vida profissional, sobretudo a propósito da elaboração de processos de inventariação tenho contactado, no sentido de esclarecer dúvidas sobre a aplicação do regime legal relativo ao inventário e que por estar intimamente ligado à construção deste instrumento, considerei de sumo importância entrevistar de forma exploratória. Esperava que essa entrevista fosse prévia em relação às restantes entrevistas e produzisse orientações para a elaboração do guião a aplicar aos responsáveis pelos processos, no entanto, quando foi realizada já ia relativamente a meio do número de entrevistas programadas e acabou por se mostrar essencial abordar nessa entrevista questões de outro tipo que não o da elaboração em si de processos de inventário.

Então, e socorrendo-me de algumas leituras que constam nas referências bibliográficas sobre o carácter “administrativo”, chamemos-lhe assim e os princípios que norteiam o INPCI, a entrevista realizada, seguiu um modelo livre, orientada por tópico, sem ordem específica, em torno daquilo que na literatura se podem identificar como os princípios do INPCI, nomeadamente: o princípio de igualdade entre manifestações culturais independentemente da sua dimensão; a não implementação de um sistema de classificação (de forma a não implementar uma hierarquização de manifestações culturais); o paradigma da proteção (preservação *ad eternam* institucionalizada e dirigida *versus* a realidade dinâmica e mutável do PCI); a documentação e digitalização do património cultural imaterial; a exigência técnico-científica do processo de inventariação; a participação direta das comunidades, o impacto dos processos nas comunidades e as perspetivas de futuro para o INPCI.

As informações recolhidas no contexto desta entrevista estão refletidas de forma direta (através de citações) ou de forma indireta na construção dos quadros de análise e leituras propostas no capítulo 3 de apresentação de resultados e caracterização do INPCI.

Alguns autores defendem por um lado que a recolha de dados e a sua análise deve ser um processo em simultâneo (Marshall e Rossman, 2006) e por outro que a sua análise envolve principalmente a classificação de coisas, pessoas e eventos e o que as caracteriza (Schatzman *et al.*, 1973). Assim, o processo de análise baseia-se num processo sistemático de indexação do conteúdo a tantas categorias quanto as necessárias para abranger a informação recolhida. Procura-se com esta metodologia identificar e descrever padrões e temas a partir da perspectiva do participante (*Qualitative Research Traditions: A Review - Evelyn Jacob, 1987, [s.d.]*) num processo de organização categórica e de revisitação e recodificação e reorganização até a obtenção de um conjunto de ideias principais sobre a leitura dos dados que podem ser apresentados de várias formas, e que neste trabalho se apresentam em tabelas de análise que resumem dois grandes blocos de análise: um sobre a contextualização descritiva dos processos e outra sobre as perceções sobre o impacto dos processos de inventário. Anexa-se (Anexo II) o quadro do sistema de códigos criado e respostas. Este quadro foi criado utilizando o software de análise de dados qualitativos f4transkript e f4analize.

Anexa-se também (Anexo I) o guião da entrevista semiestruturada e ordenada que foi aplicada aos entrevistados. O guião segue o modelo apresentado em (David e Sutton, 2004) e é também com base nas suas orientações e nas de Creswell (2014) que se elabora o capítulo de discussão e apresentação dos resultados de análise.

As entrevistas realizaram-se através da internet com recurso às plataformas de videoconferência (preferencialmente Zoom) e apenas o áudio foi guardado para a análise de respostas, tendo como consequência da publicação deste relatório de tese a sua destruição integral.

## **2. Inventariação de Património Cultural Imaterial: Enquadramento Teórico e Legislativo**

A Inventariação de Património Cultural Imaterial é, no fundo, uma metodologia de recolha de informação que permite documentar aquilo que se entende como património cultural imaterial.

Essa metodologia decorre, num primeiro momento, da criação, pelo organismo internacional das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de uma Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2003, fruto de um debate sobre a implementação de instrumentos de proteção para a cultura popular, que se havia iniciado já em décadas anteriores e resultado noutros instrumentos regulamentares, que vão contribuir para aquele instrumento final que vigora há quase duas décadas e se consubstancia nas Listas do Património Cultural Imaterial da UNESCO.

Trata-se portanto de um processo de âmbito macro, global, que, num segundo momento, os países que adoptam a Convenção, irão gerir no seu âmbito nacional, traduzindo-se na adopção de diferentes sistemas e metodologias de inventariação e conduzindo no caso português à criação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Em resumo, este primeiro capítulo percorre brevemente esta viagem cronológica, assinalando os seus marcos fundamentais que nos permitem compreender hoje, a implementação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.

Sobrevoando também um contexto anterior ao corpo legislativo que nesse percurso se constrói far-se-á ainda a ligação entre a abordagem teórica ao conceito de património cultural imaterial antes da legislação e as problemáticas e posições que entretanto se refletem na literatura sobre o património cultural imaterial e estes instrumentos legais.



## 2.1. O património cultural imaterial antes da legislação

Tenho, desde que o meu trabalho se reflete e ou tem passado pela elaboração de propostas de inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural, variadíssimas vezes usado a seguinte citação do professor João Leal, para, em contextos de apresentação pública, introduzir os ouvintes, ao conceito de património cultural imaterial: “o património cultural imaterial é uma criação da etnografia e da antropologia” (Leal, 2009, p.290).

Aproveito este momento, para o citar de forma mais completa, contextualizando aquela afirmação com as suas próprias palavras:

*«Foi no âmbito destas disciplinas que se construiu historicamente um campo disciplinar onde tradições orais, artes do espetáculo, rituais, práticas sociais, conhecimentos, mitologia, "saberes fazer" técnicos - que então não se chamavam assim - se constituíram como campos fundamentais de "identificação, documentação, pesquisa, preservação, proteção, promoção, valorização". Os antropólogos devem ser categóricos - talvez mesmo corporativos - a este respeito: o património cultural imaterial é uma criação da etnografia e da antropologia.»* (Leal, 2009, p. 2)

Neste parágrafo, reflete-se, em resumo, o que décadas de trabalho de registo, documentação e investigação sobre cultura popular, não só em Portugal, mas também em diversos países do mundo, contribuiu para a construção daquilo que vem definir e integrar hoje o conceito de património cultural imaterial e responder, assim, à questão deste subcapítulo, sobre o que constitui património cultural imaterial antes da introdução deste conceito através da legislação.

Ainda para ilustrar esta construção prévia do património cultural imaterial, tal como o faz o professor João Leal naquele e noutros textos sobre o trabalho dos antropólogos em Portugal (Leal, 2013; Leal, 2013; Leal, 2016), tenho também utilizado fotografias representando Jorge Dias e Fernando Galhano em localidades do nordeste transmontano, ou de Benjamim Pereira e Ernesto Veiga de Oliveira em “capturas de ecrã”, como o da Figura 1, de vídeos disponíveis no Arquivo Online da RTP e em que se podem ver, por exemplo, nas reservas do Museu Nacional de Etnologia em Lisboa,

explicando a audiências de todo o país, com recurso aos fatos e máscaras, recolhidas em campanhas de trabalho de campo ao longo da década de 60, em que consistiam as denominadas Festas de Rapazes ou de Santo Estêvão características do nordeste transmontano.

**Figura 2 - Captura de Ecrã do vídeo “Máscaras de Trás-os-Montes”**



Fonte: RTP Arquivos – [www.arquivos.rtp.pt](http://www.arquivos.rtp.pt)

Aliás, Benjamim Pereira, desenvolve então uma obra fundamental que reúne toda a literatura etnográfica produzida em Portugal entre o princípio do século XIX e 1961 e que continua a ser um ponto de partida fundamental para o estudo do património cultural imaterial em Portugal. Trata-se da *Bibliografia Analítica de Etnografia Portuguesa*, editada em 1965, na altura um marco de catalogação do conhecimento etnográfico que pelo país se havia indo construindo em monografias de localidades e outros textos que procuravam, descrever a cultura popular e o modo de vida do povo português. Esta tarefa de sistematização de conhecimento é já uma etapa efetiva de construção da disciplina antropológica e em particular, do registo etnográfico sobre os temas em que se vem a constituir o património cultural imaterial.

João Leal, descrevendo esta evolução de uma forma cronológica, explica como o interesse dos primeiros autores da etnografia portuguesa se foi construindo em torno de diversas temáticas consoante o tempo e que em resumo se apresentam na seguinte tabela.

**Tabela 1 – Evolução das temáticas do património cultural imaterial tratadas pela literatura etnográfica portuguesa 1870-1970**

Datas	Temáticas do PCI	Autores	Títulos Exemplificativos	1ª Edição
<b>1870-1880</b>	Literatura tradicional: o romanceiro, os contos populares, a poesia popular, as adivinhas - e as tradições populares - crenças, superstições, festas cíclicas.	Teófilo Braga	Contos Tradicionais do Povo Português	1883
		Adolfo Coelho	Contos Populares Portugueses	1879
		Consiglieri Pedroso	Contribuições para uma mitologia popular portuguesa	1880
		Leite Vasconcelos	Estudo Ethnographico	1881
<b>1890-1910</b>	Teatro popular; saberes-fazer técnicos: olaria, iluminação popular, ourivesaria popular.	Adolfo Coelho	Tradições Populares Portuguesas. O Quebranto	1893
		Rocha Peixoto	Uma ornamentação cerâmica atual de caracter arcaico	1906
<b>1ª República</b>	Retorno ao estudo da literatura popular; Arte Popular: arte pastoril, a olaria, os têxteis,	Leite Vasconcelos	Lições de Philologia Portuguesa	1911
		Vergílio Correia	Terra portuguesa: revista ilustrada de arqueologia artística e etnografia	1916
		Luís Chaves	Nacionalismo Etnográfico – A agricultura e a etnografia	1920
		Pires Lima (VVAA)	Curiosidades Tradicionais	1921
<b>1930-1970</b>	“etnografia do Estado Novo”	António Ferro - Neste período ditatorial, tal como o refere, João Leal, os autores continuam a ser os mesmos, bem como a predominância do estudo sobre arte popular e saberes-fazer, mas há uma clara orientação do Estado Novo na definição da cultura popular portuguesa, em que António Ferro assume protagonismo como diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, promotor do nacionalismo cultural e do folclorismo.		
	discursos alternativos à “etnografia do Estado Novo”	Ernesto Sousa	Quatro Artistas Populares do Norte: Barristas e Imaginários	1964
		Manuel de Oliveira	Ato da Primavera	1963
Monografias sobre arados, alfaias agrícolas, arquitetura popular, espigueiros, a apanha do sargaço, etc. As festividades cíclicas, práticas sociais como o comunitarismo agropastoril, voltam de novo a ser estudadas.	Jorge Dias e a equipa do Museu Nacional de Etnologia: Ernesto Veiga de Oliveira, Fernando Galhano e Benjamim Pereira, Margot Dias	Os arados portugueses e as suas prováveis origens (1948); Rio de Onor-Comunitarismo Agropastoril (1953); Construções Primitivas em Portugal (1969)		

Fonte: Produção própria a partir do texto: LEAL, João - O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa: uma perspetiva histórica. Museus e Património Imaterial. Agentes, fronteiras, identidades. 2009) 289–295.

Nesta tabela, em que se resumem as notas de evolução cronológica dadas por João Leal como marcos da evolução do estudo etnográfico em Portugal incluem-se títulos exemplificativos de algumas das obras mais marcantes desses períodos, mas poderiam incluir-se muitas outras. Por exemplo, aquelas em que se cruzam os estudos ou excursões arqueológicas com a observação etnográfica, ou descrição dos contextos históricos, ou ainda, muitas vezes o imaginário lendário e supersticioso das populações onde se encontram determinados achados arqueológicos, em que são ricos muitos textos publicados em *O Arqueólogo Português – Revista Periódica do Museu Nacional de Arqueologia* (1895-2012), principalmente na sua 1ª e 2ª série. Depois são também particularmente importantes os que se referem ao estudo da geografia e da demografia portuguesas que completam muitas vezes a caracterização etnográfica em particular no que se refere aos usos e costumes relacionados com a agricultura e a alimentação, como os *Ensaio de Geografia Humana e Regional*, 1970, de Orlando Ribeiro.

Ainda, no contexto da primeira metade do século XX e do registo documental das sobrevivências da cultura popular no mundo rural, são de grande relevância as etnografias locais e ou de abrangência regional produzidas sobretudo pelos párocos, em paralelo com o desenvolvimento mais “académico” das disciplinas de antropologia e etnografia que se descreve na tabela.

Para o estudo da etnografia transmontana, são, por exemplo, absolutamente fundamentais as obras de Francisco Manuel Alves, Abade de Baçal autor das *Memórias Arqueológico-Históricas do Distrito de Bragança* (11 volumes – 1º editado em 1938); o padre Belarmino Afonso (*Revista Brigantia: revista de cultura popular*), o padre Francisco Videira Pires (diretor do jornal centenário *Mensageiro de Bragança*, onde publica diversas crónicas sobre tradições festivas), o padre Firmino Augusto Martins (*Folclore do Concelho de Vinhais*, 1987) ou António Maria Mourinho (*Musica Tradicional: Terra de Miranda*, 1987).

Retomando a apresentação cronológica de João Leal que percorre 100 anos de estudo etnográfico português, importa concluir, que esta se divide na perspectiva deste autor em três fases ao longo daquele período temporal (embora as fronteiras temporais não sejam fixações de alteração radical de modo de fazer ou de metodologias e interesses temáticos, que naturalmente se vão diluindo ao longo do tempo, sobretudo quando os

mesmos autores vão produzindo obras em reflexo de contextos socioculturais em transformação radical como acontece durante este período).

Assim, a primeira fase destes estudos constitui-se como uma tentativa de recolha exaustiva daquilo que se considera como literatura oral e abrange romanceiros, cançoneiros, lendas e contos populares, incluindo os mais diversos usos da língua. A preocupação, além da recolha exaustiva, passa também pela tentativa de descortinar a origem histórica de determinadas tradições populares, onde se incluem já as festas cíclicas (tantas vezes ligadas à literatura oral através das lendas, crenças e atos supersticiosos). Numa segunda fase, são objeto de interesse pelos etnógrafos o universo dos objetos de cultura popular, destacando-se os textos sobre os seus usos e serventias.

Surgem assim as publicações sobre os saberes-fazer e os ofícios tradicionais, num período que se vai intensificando desde a viragem do século XIX para o século XX e finais da 1ª República, em face também de uma certa desvalorização e perda de centralidade destes saberes-fazer e profissões que continua nas décadas seguintes. É aliás sempre dominados por uma certa missão de revitalização destes patrimónios, como diz João Leal, que são motivados estes etnógrafos a elaborar estes tentames de documentação exaustiva.

Na terceira fase, João Leal descreve um paralelismo de movimentos, aquele em que a política cultural nacional preconizada pelo Estado Novo tem como voz orientadora António Ferro e de que é exemplo a Exposição do Mundo Português (1940) e a criação do Museu de Arte Popular; o de um certo modo alternativo de produção etnográfica com alguns dos primeiros registos de “docuficção” como é o caso do Ato da Primavera do realizador Manuel de Oliveira (exemplo do despertar do cinema nacional para a narrativa do documentário etnográfico que também encontramos no filme Máscaras de Noémia Delgado filmado nos últimos anos pré-revolução); e depois todo o trabalho de produção etnográfica e antropológica de Jorge Dias e da equipa que transita do Centro de Estudos Etnológicos do Porto para a fundação do Museu Nacional de Etnologia e produzem então um enorme volume de trabalhos monográficos e etnográficos, bem como reúnem as coleções fundadoras do Museu, catálogos fotográficos, vídeos. Sendo também por isso, inovadores no campo da museologia e da musealização do património

cultural imaterial. Trabalhos que são, no entanto, já marcados pelo cariz científico da antropologia e pelo seu ensino universitário, bem como pela relação e ligação a outros países e outros estudiosos destas disciplinas. Por exemplo, a edição do livro *Máscaras Portuguesas* (1973) de Benjamim Pereira, resulta de uma colaboração com o Museu Internacional do Carnaval e da Máscara ([www.museebinche.be](http://www.museebinche.be)) que em 1964 se instala em Binche, Bélgica e para o qual recolhe exemplares de trajes e máscaras usados nas festas de inverno em Trás-os-Montes, por exemplo. Jorge Dias, como professor universitário, troca então extensa correspondência com muitos dos seus pares em países como a Suécia ou os Estados Unidos ou a Alemanha, sobre temas respeitantes ao comunitarismo agrícola ou aos usos e processos de produção associados aos ofícios tradicionais do mundo rural (é interessante por exemplo, esta nota patente no catálogo online do Museu Nacional de Etnologia de Estocolmo, sobre um arremesso doado por Jorge Dias em 1959, (Catálogo Online: [1951.32.0001 :: slunga](#)).

Finalmente e ainda seguindo a linha de abordagem de João Leal à história da etnografia e da antropologia portuguesa, importa concluir este nosso percurso cronológico com mais três paragens, no pós-ditadura (1970-1989), no seu período pós-moderno a partir dos anos 90, e nas últimas décadas do século XXI. O campo da antropologia e mesmo a aplicação do método etnográfico saem ao longo de todo esse período do âmbito da cultura popular e do universo da ruralidade sendo hoje muito mais abrangentes.

No pós-ditadura, predominam, os estudos antropológicos de abrangência comunitária, e já não o estudo pormenorizado de determinada atividade ou prática cultural (*Proprietários, Lavradores e Jornaleiros*, Brian O'Neill, 1984). Depois, a partir dos anos 90 o campo de estudo passa a incluir também os ambientes urbanos e outras dimensões do imaterial que aí se desenvolvem, ainda o artesanato urbano ou as festas e romarias, mas também a origem de práticas particulares desses contextos como o rap ou o fado (*Fixar o movimento: representações da música rap em Portugal*, Teresa Fradique, 2003).

A partir de então, os olhares sobre os temas do património cultural complexificam-se em trabalhos cujas observações, interiorizam questões relacionadas com a economia, o género, as migrações, as políticas culturais, o turismo, os media e até mesmo as

questões relacionadas com a construção das identidades locais num contexto de globalização.

São exemplo, destes olhares “pioneiros” do princípio do século XXI, os textos de Paulo Raposo, Paula Godinho, Miguel Vale de Almeida, João Leal e Clara Saraiva que, por exemplo, Benjamim Pereira, compila no catálogo “Rituais de Inverno com Máscaras” (2006) na sequência da exposição com o mesmo nome para a inauguração do então requalificado Museu do Abade de Baçal em Bragança. No âmbito da coordenação da exposição, Benjamim Pereira realizou novas incursões ao terreno entre 1999 e 2001, de forma a atualizar o corpus documental recolhido três décadas antes. Neste processo, organizou ainda assim a equipa de antropólogos que, sob prismas complementares, dirigiram o seu olhar para os rituais de inverno. Foi também realizado um novo registo documental por Catarina Alves Costa, percorrendo as aldeias que haviam já sido filmadas nos anos 70 por Noémia Delgado e que Benjamim Pereira também acompanhou. Assim, neste catálogo, que serviu também para constituir a coleção de máscaras e trajes que fazem parte do acervo do Museu, Benjamim Pereira apresenta um quadro tipológico das festividades (descrevendo a sua matriz simbólica, religiosa e lúdica, as suas especificidades locais, particulares e os seus aspetos comuns). Paula Godinho faz uma contextualização socio cultural das Festas dos Rapazes a partir dos versos das Loas – uma leitura de crítica social que acaba por refletir aspetos contemporâneos dos protagonistas. Paulo Raposo aborda as dimensões do espetáculo, da re-funcionalização, da reinvenção e da mercantilização da cultura popular no Carnaval de Podence. João Leal reflete sobre as festas de Santo Estêvão e os processos de mudança da festa em virtude da emigração predominante nestas comunidades; Miguel Vale da Almeida aborda as Festas dos Rapazes sob o ponto de vista das questões de género e Clara Saraiva interpreta certos aspetos que nestas festividades abordam a ligação entre o mundo dos vivos e dos mortos, bem como as tensões que geram.

São, portanto, férteis os terrenos para o estudo do património cultural imaterial no contexto contemporâneo.

## 2.2. Revisão dos instrumentos legais e normativos

Olhando agora para a construção do conceito de património cultural imaterial a partir de um corpo de documentos de carácter normativo é fundamental partir do princípio de que o património cultural imaterial é hoje assim entendido nesta sua dimensão própria ou particularizada, dentro de um conceito de património cultural amplo e fruto da evolução deste.

O conceito de património cultural imaterial é, assim, uma evolução da definição de património cultural e da particularização ao longo do tempo de, não só desta, mas de várias categorias de património que, com o desenvolvimento das sociedades, se vão aí integrando; alargando este conceito abrangente, dentro do qual se criam tipologias.

A este respeito e também, por conveniência da brevidade da revisão que se pretende para este subcapítulo, é muito interessante o documento criado pelo grupo de trabalho “Património e Sociedade” do ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Conservação e Restauro de Bens Culturais) com o título *“Definition of Cultural Heritage References to Documents In History”*<sup>4</sup>, publicado em 1990 e revisto em 2005, que percorre documentos históricos entre o século VI e o século XXI, desde cartas e ordenanças administrativas estatais, a bulas e éditos papais, às convenções e recomendações da UNESCO e do ICOMOS (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios).

A revisão dos títulos dos documentos que fazem parte desta cronologia, por si só, dá-nos já pistas claras para a evolução do conceito de património cultural neste tipo de documentos regulamentares e administrativos (que são inicialmente de âmbito nacional e passam a ser internacionais com a criação de organizações como a UNESCO e o ICOMOS). As preocupações na Renascença Italiana ou ao longo da Revolução Francesa são sobretudo relacionadas com o património construído, com os grandes monumentos, passando depois ao património móvel, o artístico e documental. O

---

<sup>4</sup> Acessível online [consultado pela última vez em 20-08-2021] através da ligação: [http://cif.icomos.org/pdf\\_docs/Documents%20on%20line/Heritage%20definitions.pdf](http://cif.icomos.org/pdf_docs/Documents%20on%20line/Heritage%20definitions.pdf)



conteúdo destes documentos não tem como objetivo principal definir o que constitui património cultural, mas antes criar estratégias normativas para a sua inventariação, conservação e restauro. No entanto, a sua função normativa, resulta na criação de classificações, distinções conceptuais e, por conseguinte, tipologias de património, assim definindo aquilo que constitui ou não património cultural. Por exemplo, durante o congresso internacional de arquitetos que decorre em Madrid em 1904 é adotada uma resolução que cria a distinção entre *monumentos mortos* (que pertencem a uma civilização passada ou cuja serventia está obsoleta) e *monumentos vivos* (que continuam a funcionar para os propósitos para os quais foram originalmente criados. Esta distinção implica pois consequentes normas de manutenção que se diferenciam, criando assim também uma hierarquia de importância.

O uso da palavra imaterial parece só surgir pela primeira vez no Documento de NARA sobre a Autenticidade (UNESCO, 1994) <sup>5</sup>. Este documento, desenvolve-se no espírito de um debate sobre as questões não materiais do património cultural que se inicia com a Carta de Veneza ou Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos (1964) e com a Convenção para o Património Mundial (1972).

O conceito de autenticidade e a sua necessidade de preservação decorre dum contexto mundial *“cada vez mais sujeito às forças de globalização e homogeneização e num mundo onde a identidade cultural é por vezes, perseguida por um nacionalismo agressivo e de supressão das culturas minoritárias, a contribuição essencial dada ao incluir a autenticidade nas práticas de conservação é a de clarificar e dar luz à memória coletiva da humanidade”*<sup>6</sup> explica o preâmbulo do documento.

O conceito de autenticidade vem depois perder a sua “firmeza” com a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) uma vez que diverge da dimensão da criatividade humana (que supõem a liberdade de agência e construção) e da

---

<sup>5</sup> Acessível online [consultado pela última vez em 20-08-2021] através da ligação: <https://whc.unesco.org/archive/nara94.htm>

<sup>6</sup> Tradução do inglês pela autora.

diversidade cultural, conceitos que vêm a ser incorporados como princípios fundamentais da Convenção de 2003.

Mas já em 1989, a UNESCO no seu *Draft Medium Term Plan 1990-1995*, define o conceito de património cultural de forma abrangente incluindo o imaterial:

*“Todo o corpus de signos materiais - artísticos ou simbólicos - transmitidos pelo passado a cada cultura e, portanto, a toda a humanidade (...), inclui o ambiente humano e o ambiente natural, tanto os conjuntos arquitetónicos como os sítios arqueológicos, não só o património rural e o campo, mas também o património urbano, técnico ou industrial, o desenho industrial e o mobiliário urbano (...). A preservação do património cultural passa a abranger o património cultural não físico, que inclui os signos e símbolos transmitidos por transmissão oral, formas de expressão artística e literária, linguagens, modos de vida, mitos, crenças e rituais, sistemas de valores -tens e conhecimentos e know-how tradicionais<sup>7</sup>.”* (UNESCO, 1989, p.57)

Antes ainda da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial, a UNESCO publica um documento que defende a Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade (1997) e que define assim o património cultural imaterial:

*“A totalidade das criações baseadas na tradição de uma comunidade cultural, expressa por um grupo ou indivíduos e reconhecido como refletindo as expectativas de uma comunidade, na medida em que refletem a sua identidade cultural e social; os seus padrões e valores, transmitidos oralmente, por imitação ou por outros meios. Constitui-se, entre outras formas, na linguagem, literatura, música, dança, jogos, mitologia, rituais, costumes, artesanato, arquitetura e outras artes.<sup>8</sup>”* (UNESCO, 2000, p.4)

É este mesmo texto e esta mesma definição de património cultural imaterial que é retomada e desenvolvida pela Convenção<sup>9</sup> de 2003 e que no número 1 do seu Artigo 2

---

<sup>7</sup> Tradução do inglês e parêntesis introduzidos pela autora.

<sup>8</sup> Tradução do inglês pela autora.

<sup>9</sup> Acessível online [consultado pela última vez em 24-09-2021] através da ligação: <https://ich.unesco.org/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>

define o património cultural imaterial (doravante também referido pela sigla PCI) como: *“(...) as práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões — bem como os instrumentos, objetos, artefactos e espaços culturais que lhes estão associados — que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural. Esse património cultural imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função do seu meio, da sua interação com a natureza e da sua história, inculcando-lhes um sentimento de identidade e de continuidade, contribuindo, desse modo, para a promoção do respeito pela diversidade cultural e pela criatividade humana.”* (UNESCO, 2003, p.3)

E no seu número 2 do mesmo artigo introduz os domínios sob os quais se expressa o património cultural imaterial:

*“(a) tradições e expressões orais, incluindo a língua como vetor do património cultural imaterial;*

*(b) artes do espetáculo;*

*(c) práticas sociais, rituais e atos festivos;*

*(d) conhecimentos e usos relacionados com a natureza e o universo;*

*(e) técnicas artesanais tradicionais.”*

(UNESCO, 2003, p.4)

É a Convenção e a sua subsequente adoção por vários países do mundo incluindo Portugal que vai dar origem aos sistemas e metodologias de inventariação e no caso português ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial e à sua Base de Dados online, a MatrizPCI – [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt).

A Convenção define o papel dos Estados na proteção do PCI, estabelecendo no ponto 1 do Artigo 12º a criação, ao nível nacional, dos Inventários do Património Cultural Imaterial (doravante, INPCI). Estabelece, ainda, a criação das Listas do Património Cultural Imaterial da Humanidade, impondo como condição prévia e fundamental, para

apresentação de candidaturas às listas, a inscrição das manifestações culturais candidatas nos inventários nacionais – conforme definido nas Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2008)<sup>10</sup>.

Importa a este respeito, enquadrar o surgimento destes documentos normativos internacionais e o desenvolvimento da legislação nacional, que, seguindo a ordem de apresentação cronológica que tem vindo a preconizar este trabalho, a seguir se apresenta em forma de tabela.

**Tabela 2 - Cronologia de Legislação e Normativos para o Património Cultural e Património Cultural Imaterial**

<b>Ano</b>	<b>Legislação portuguesa sobre património cultural e património cultural imaterial e documentos internacionais mais importantes para a sua criação.</b>
<b>1910</b>	Decreto (D.G., nº 136, 23.6.1910) – Classificação de monumentos nacionais de forma sistemática segundo tipologias.
<b>1929</b>	Decreto nº 16.791 – Cria a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), a funcionar no Ministério do Comércio e Comunicações.
<b>1932</b>	Decreto nº 20.985 – Reorganiza os serviços de Belas-Artes. Introduce a classificação de monumentos em dois níveis: nacionais e imóveis de interesse público.
<b>1945</b>	Fundação do Conselho Internacional dos Museus – ICOM
<b>1949</b>	Lei nº 2.032 Base I - As câmaras municipais devem promover a classificação de todos os elementos ou conjuntos de valor arqueológico, histórico, artístico ou paisagístico nos seus concelhos. Cria a categoria dos «valores concelhios».
<b>1954</b>	UNESCO – Convenção de Haia, Holanda - Preconiza o recenseamento de bens patrimoniais de valor inquestionável e obriga os Estados signatários a respeitarem a sua preservação. (Apesar da sua assinatura nunca foi ratificada pelo Estado Português.)
<b>1954</b>	Conselho da Europa – Convenção de Paris - Definição de Património Cultural Europeu. (Ratificada por Portugal em 1975)
<b>1964</b>	Carta de Veneza – Carta Internacional para a Conservação e Restauro dos Monumentos. (Portugal subscreve a carta de Veneza.)
<b>1965</b>	Fundação do ICOMOS – Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
<b>1971</b>	Decreto-Lei nº 408/71 – Cria e define as competências da Direcção-Geral dos Assuntos Culturais que é um serviço executivo do Ministério no sector da ciência e da cultura, para a qual transitam as funções da natureza cultural até aí integradas na Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes.

<sup>10</sup> Acessível online [consultado pela última vez em 24-09-2021] através da ligação:  
[https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Temas\\_CLT/diretrizesoperativaspci\\_2016\\_pt.pdf](https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Temas_CLT/diretrizesoperativaspci_2016_pt.pdf)

<b>1972</b>	UNESCO – <b>Convenção para a Salvaguarda e Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural</b> , Paris, França. (Ratificada por Portugal em 1979.) Por ocasião da adoção da Convenção, <b>diversos Estados membros da UNESCO sublinham a importância dedicada à salvaguarda do que mais tarde vem a ser designado de Património Imaterial.</b>
<b>1973</b>	A <b>Bolívia propõe</b> acrescentar à Convenção para a Salvaguarda e Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural um <b>Protocolo sobre o direito de propriedade intelectual, a fim de proteger a Cultura Popular.</b>
<b>1975</b>	Conselho da Europa, Amesterdão – Declaração de Amesterdão – Carta Europeia do Património. Definição do conceito de conservação integrada.
<b>1980</b>	UNESCO – <b>Recomendação para a proteção das imagens em movimento</b> , Belgrado, Jugoslávia.
<b>1980</b>	Decreto-Lei nº 59/80 – Cria e define as competências do Instituto Português do Património Cultural (IPPC) e do Fundo de Fomento Cultural.
<b>1980</b>	Decreto-Regulamentar nº 34/80 Aprova a lei orgânica do Instituto Português do Património Cultural (IPPC).
<b>1982</b>	Criação do Comité Português do ICOMOS.
<b>1982</b>	Comité de peritos sobre a salvaguarda do Folclore. É criada a <b>Secção para o Património Não-Material da UNESCO</b> . A Conferência mundial sobre as políticas culturais (Mondiacult, México) reconhece a importância do "património cultural imaterial", incluindo-o na sua nova definição de "cultura" e de "património cultural".
<b>1985</b>	<b>Lei nº 13/85 – Lei de Bases do Património Cultural Português.</b> Art.º 43.º versa sobre as formas e regime de proteção dos "bens imateriais"
<b>1989</b>	<b>UNESCO – Recomendação para a Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular</b> , Paris, França.
<b>1992</b>	UNESCO – Revisão dos critérios para a inclusão na Lista de Património Mundial. Introdução do conceito de paisagem cultural.
<b>1992</b>	Decreto-Lei nº 106-F/92 – Cria o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR).
<b>1994</b>	UNESCO – <b>Programa Tesouros Humanos Vivos.</b>
<b>1996</b>	UNESCO – <b>Programa Memória do Mundo</b> – Visa promover a salvaguarda e o acesso a património documental de âmbito diverso, entre o qual documentos, manuscritos, tradições orais, registos audiovisuais e eletrónicos, registos sonoros e espólios bibliográficos e arquivísticos de “valor universal”.
<b>1997</b>	UNESCO - Programa de Proclamação das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.
<b>1999</b>	ICOMOS – Carta do Turismo Cultural, México, Denominada “Boa utilização do património: património e desenvolvimento”.
<b>2000</b>	ICOMOS – Carta da arquitetura popular.
<b>2001</b>	<b>Lei nº 107/2001 – Estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.</b> Art.ºs 91.º e 92.º versam sobre os "regimes especiais de proteção de valorização" dos "bens imateriais".
<b>2001</b>	<b>Publicação da primeira Lista das Obras-Primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.</b>
<b>2001</b>	<b>Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural.</b>

2002	<b>ICOM - Carta de Xangai</b> - Afirma o significado da criatividade, adaptabilidade e identidade dos povos, lugares e comunidades, reconhecendo o seu papel de enquadramento no âmbito do qual as manifestações do PCI são reconhecidas e promovidas a partir das práticas museológicas e patrimoniais.
2003	<b>UNESCO Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.</b> (Ratificada por Portugal em 2007)
2004	<b>ICOM – Declaração de Yamato - Abordagem integrada para a Salvaguarda do Património Material e Imaterial.</b>
2004	<b>Dia Internacional dos Museus subordinado ao tema do Património Imaterial.</b>
2006	<b>Lei Orgânica do Ministério da Cultura (DL n.º 215/2006, de 27 de outubro)</b> - Preconiza a “ <b>definição e execução de uma política integrada do património material e imaterial</b> ”, consignando ao Instituto dos Museus e da Conservação as atribuições em matéria de inventário, valorização e proteção do PCI.
2007	Decreto-Lei n.º 97/2007, Portaria n.º 377/2007 – Cria o Instituto dos Museus e da Conservação ao qual se atribuem competências específicas na área do PCI, designadamente através do seu Departamento de Património Imaterial.
2008	<b>Publicação da lista, designada "Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade", substituindo a lista das Obras-primas do Património Oral e Imaterial da Humanidade.</b>
2008	Aprovada pela Resolução da Assembleia da República n.º 12/2008, de 24 de janeiro, e ratificada pelo Decreto do Presidente da República n.º 28/2008, de 26 de março a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.
2009	Decreto-Lei n.º 138/2009 Criação do Fundo de Salvaguarda do Património.
2009	<b>Decreto-Lei n.º 139/2009 estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.</b> O Decreto estabelece igualmente os modos para a <b>implementação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial.</b>
2010	<b>Portaria n.º 196/2010 - Aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do PCI e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário.</b>
2010	<b>Candidatura do Fado</b> – Primeira Candidatura do Estado Português para inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade.
2011	<b>Instituto dos Museus e da Conservação disponibiliza o MatrizPCI como plataforma de acesso online ao Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial</b>
2011	<b>Decreto-Lei n.º 126-A/2011, de 29 de dezembro - Criação da Direção-Geral do Património Cultural</b> , em resultado da fusão do Instituto dos Museus e da Conservação, do Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico e da Direção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo.
2012	<b>Decreto-Lei n.º 115/2012, de 25 de maio - Lei Orgânica da Direção-Geral do Património Cultural</b> , em cuja missão e atribuições se contam as de assegurar o cumprimento das obrigações do Estado no domínio do estudo, salvaguarda, valorização e divulgação do PCI.
2013	10.º aniversário da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial.
2015	Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto – Introdz as alterações ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho.
2019	<b>Despacho n.º 9217/2019</b> – constitui o <b>Grupo de Trabalho para acompanhamento das candidaturas à Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da UNESCO, à Lista de Salvaguarda Urgente e à Lista de boas práticas do Património Cultural Imaterial.</b>

2019	Despacho n.º 9218/2019 – constitui o Grupo de Trabalho para acompanhamento das candidaturas à Lista do Património Mundial, Cultural e Natural, com o objetivo de analisar e dar parecer sobre as candidaturas de bens inscritos na Lista Indicativa nacional.
------	---

Fonte: A partir de informações disponibilizadas nas páginas [última consulta 20-08-2021]:

[http://cif.icomos.org/pdf\\_docs/Documents%20on%20line/Heritage%20definitions.pdf](http://cif.icomos.org/pdf_docs/Documents%20on%20line/Heritage%20definitions.pdf)

<https://icomos.pt/recursos/legislacao-nacional> ;

<http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/Pages/CronologiaPortugal> ;

<https://unescoportugal.mne.gov.pt/pt/normativos>.

Assim, constatamos que é sobretudo ao longo do século XX, que tanto no contexto nacional como internacional se desenvolve uma preocupação administrativa com o património cultural e se desenvolve também este conceito que hoje abrange tantas dimensões (Arquitetónico, Arqueológico, Histórico, Natural, Artístico, etc.) que se podem enquadrar na legislação portuguesa atual em Móvel, Imóvel ou Imaterial.

O princípio do século XXI, marca também uma viragem nas preocupações com o património cultural que se relacionam com a sua dimensão não material, procurando abranger a memória coletiva, os saberes-fazer, os conhecimentos relacionados com a natureza e o universo, em suma, a diversidade cultural humana que a globalização e um modo de vida cada vez mais homogeneizado parecem ameaçar e colocar em risco.

No contexto português, o conceito de património imaterial surge pela primeira vez na Lei de Bases do Património Cultural (Lei 13/1985, de 6 de julho), concretamente no seu artigo 43.º que versa sobre as formas e regime de proteção dos "bens imateriais":

*1 - Com o objetivo de **proteção do património imaterial**, deverá o Estado:*

*a) Promover o respeito dos valores gerais da cultura e a defesa de identidade e memória coletiva portuguesa, protegendo, em particular, os valores da integridade, verdade e autoria das obras do engenho humano de todas as criações culturais, sejam quais forem as formas e meios por que se manifestem e corporizem;*

*b) Prosseguir a proteção dos valores linguísticos nacionais, preservando a unidade, a autonomia e o rigor ortográfico da língua portuguesa;*

*c) Assegurar a defesa dos valores culturais, etnológicos e etnográficos da língua portuguesa;*

*d) Apoiar a revitalização e a conservação das tradições culturais populares em vias de desaparecimento;*

*e) Promover a recolha, conservação e fruição popular do património fotográfico, fílmico, fonográfico, bem como de outros domínios do património imaterial.*

*2 - As manifestações da tradição cultural portuguesa que não se encontrem materializadas serão objeto de registo gráfico e audiovisual para efeitos de preservação e divulgação:*

*a) Para a sua conservação existirão arquivos regionais ou nacionais;*

*b) Enquanto não forem criados novos arquivos, o Estado deverá encontrar soluções de aproveitamento local das estruturas adequadas.*

É interessante constatar, que esta lei promovia a implementação dos arquivos regionais e nacionais de património imaterial, no fundo, já sistemas de inventariação, que, no entanto, não se vêm a concretizar até mais de 25 anos depois.

Em 2001 é publicada a Lei de Bases da Política e do Regime de Proteção e Valorização do Património Cultural (Lei 107/2001, de 8 de setembro) e novamente o património cultural imaterial se reflete na definição dos regimes de proteção que esta lei estabelece nos seus artigos 91 (âmbito e regime de proteção) e 92 (deveres das entidades públicas).

No contexto desta lei *“integram o património cultural as realidades que, tendo ou não suporte em coisas móveis ou imóveis, representem testemunhos etnográficos ou antropológicos com valor de civilização ou de cultura com significado para a identidade e memória coletivas»* merecendo especial proteção *«as expressões orais de transmissão cultural e os modos tradicionais de fazer, nomeadamente as técnicas tradicionais de construção e de fabrico e os modos de preparar os alimentos”*.

Quanto à sua efetiva proteção, a lei prevê que, nos casos em que este património cultural imaterial tenha suporte em bens móveis ou imóveis *“que revelem especial interesse etnográfico ou antropológico”* se apliquem as formas de proteção definidas para o património audiovisual (Título IV) e bibliográfico (Título V), ou caso esses suportes materiais não existam, se promova *“o respetivo registo gráfico, sonoro, audiovisual ou outro para efeitos de conhecimento, preservação e valorização através da constituição programada de coletâneas que viabilizem a sua salvaguarda e fruição”*.

Outro aspeto importante introduzido por esta legislação é o da atribuição às entidades municipais do dever de *“promover e apoiar o conhecimento, a defesa e a valorização*



*dos bens imateriais mais representativos das comunidades respetivas, incluindo os próprios das minorias étnicas que as integram”.*

Em 2007, com a criação do Instituto dos Museus e da Conservação é criado também o Departamento de Património Imaterial. E é a partir deste departamento, e com a ratificação por Portugal da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em 2008 e que entra em vigor nesse mesmo ano, que se inicia o desenvolvimento da lei de 2001 para o património cultural imaterial, abrindo caminho à criação da Regime Jurídico de Proteção do Património Cultural Imaterial que virá a resultar no Decreto-Lei n.º 139/2009 e depois na Portaria n.º 196/2010, que aprova o formulário para pedido de inventariação de uma manifestação do PCI e as respetivas normas de preenchimento da ficha de inventário.

O Regime Jurídico de Salvaguarda do Património Cultural Imaterial estabelece o INPCI como: *“um sistema de inventariação através de uma base de dados de acesso público que permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património que criam, mantêm e transmitem”*, sublinhando o papel das instituições locais, na implementação de processos de inventariação de manifestações culturais e no desenvolvimento de estratégias de salvaguarda.

No decurso da criação do Decreto e da Portaria, são realizados pelo IMC entre 2008 e 2010 duas importantes ações: um ciclo de colóquios para debater questões relacionadas com o património cultural imaterial, a sua definição, as metodologias de inventariação e o papel dos museus e dos antropólogos – e aqui são chamados a participar os Centros de Investigação, Universidades e Museus que até ao momento tinham produzido trabalho de relevância sobre o património cultural imaterial e etnográfico em Portugal<sup>11</sup>;

---

<sup>11</sup> As atas do Ciclo de Colóquios encontram-se publicadas com o título *"Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades"* e podem ser consultadas online [última consulta 25-09-2021] em: <http://www.matrizpci.dgpc.pt/MatrizPCI.Web/pt-PT/File/EdicoesDGPC?idUtilitario=4> ; e abordaram seis temáticas: *Máscaras Portuguesas: Autenticidade e Reinvenção*” (22 Fev. 2008, Museu Nacional de Soares dos Reis); *“Inventário, Proteção, Representatividade”* (11 Abr. 2008, Museu Nacional do Teatro); *“Saberes e Técnicas: Entre o Registo e a Transmissão”* (27 Jun. 2008, Ecomuseu Municipal do Seixal); *“Terrenos Portugueses: O que Fazem os Antropólogos?”* (13 out. 2008, Faculdade de Ciências e Sociais e Humanas

e um Inquérito (cujos resultados não se encontram publicados) ao “Património Imaterial em Portugal”, com o objetivo de identificar ações realizadas por várias instituições de relevância para o PCI e fundos documentais que pudessem constituir corpo fundamental de documentação do PCI em Portugal. De acordo com a informação disponibilizada na página eletrónica [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt), foi aplicado a um total de 494 entidades, incluindo: 139 Museus, 308 Municípios, 7 Direções Regionais de Cultura e 40 Unidades de Investigação.

Naquele ano, o IMC através do Departamento de Património Imaterial, dá também início a um programa de formação anual sobre princípios e metodologias de inventário do PCI, destinado aos museus da Rede Portuguesa de Museus. Este programa de formação é depois alargado a outros participantes numa versão e-learning e em cooperação com a Universidade Aberta, tendo a última edição sido realizada em 2015.

Estes cursos (como adiante veremos na apresentação de resultados deste trabalho de investigação) acabarão por ter um papel determinante para a implementação do INPCI, com claro reflexo nas propostas que entre 2011 e 2021 são aí inscritas.

Importa referir ainda que a Portaria nº196/2010 que aprova o formulário para elaboração de propostas de inscrição no INPCI, define também as condições a ter em conta no que respeita ao processo de identificação, estudo e documentação de PCI, incluindo o tipo de métodos e técnicas de pesquisa a aplicar e as qualificações académicas que devem ter as pessoas responsáveis pela sua elaboração, nomeadamente no seu artigo 8 que diz respeito à Recolha e tratamento da informação:

*8.1 — O processo de identificação, estudo e documentação de uma manifestação do património cultural imaterial, designadamente para fins do seu pedido de inventariação, efetua -se com recurso a **informações de arquivo e ou recolhas no terreno**, de acordo com metodologias, técnicas e meios adequados às especificidades da manifestação em análise, **designadamente com recurso aos métodos e técnicas de pesquisa em antropologia**.*

---

da Universidade Nova); “Museus Globais: Coleções Etnográficas e Multiculturalidade” (28 nov. 2008, Museu Nacional de Etnologia).

8.2 — *O processo de identificação, estudo e documentação de uma manifestação do património cultural imaterial, designadamente para fins do seu pedido de inventariação, é **conduzido por profissionais portadores de habilitação académica adequada, designadamente na área das Ciências Sociais, sob orientação técnica de profissionais que, cumulativamente, possuam prática profissional com um mínimo de dois anos, ou formação complementar específica com a duração mínima de dois anos, em ambos os casos atestados por currículo devidamente comprovado.***

8.3 — *Para os efeitos previstos no número anterior, **são consideradas de formação específica as licenciaturas, mestrados ou doutoramentos em área adequada das Ciências Sociais, designadamente em Antropologia, bem como os graus académicos equivalentes conferidos por universidades estrangeiras.***

Pode dizer-se, perante a redação desta legislação, que nela se cruza finalmente, o contexto do trabalho de âmbito académico que sobre o património cultural imaterial se foi produzindo academicamente desde a década de sessenta, sobretudo no que respeita às metodologias de estudo, identificação e documentação, nas disciplinas das ciências sociais, particularmente da antropologia.

É então, instituído um procedimento que, em síntese, implica a recolha de informação que permita fundamentar o preenchimento de um formulário de inventariação que tem a seguinte estrutura:

Este procedimento está assim dividido em duas partes:

- (Anexo I) uma primeira parte que corresponde, no fundo, ao trabalho de registo etnográfico da manifestação cultural em causa, isto é, da recolha de testemunhos em pesquisa de campo, do seu registo audiovisual, da sua descrição processual atual e da sua contextualização histórica, bem como da identificação do património a ela associado;
- (Anexo II) e uma segunda parte que diz respeito ao descritivo do trabalho desenvolvido pela entidade proponente ao longo do tempo e o que pretende desenvolver futuramente no sentido da sua proteção e salvaguarda; à listagem da documentação que se inclui e fundamenta o processo (fotográfica, gráfica, videográfica, escrita, etc.) bem como à descrição de como o mesmo foi elaborado e por quem e à fundamentação

do processo de acordo com critérios (alíneas a) a h) do artigo 10.º do Decreto –Lei n.º 139/2009) que decorrem de considerações de apreciação previstas também na Convenção e que são os seguintes:

- a) *Importância da manifestação do património cultural imaterial enquanto reflexo da respetiva comunidade ou grupo*
- b) *Os contextos sociais e culturais da sua produção, reprodução e formas de acesso, designadamente quanto à respetiva representatividade histórica e espacial*
- c) *A efetiva produção e reprodução da manifestação do património cultural imaterial no âmbito da comunidade ou grupo a que se reporta*
- d) *A efetiva transmissão intergeracional da manifestação do património cultural imaterial e dos modos em que se processa*
- e) *As circunstâncias suscetíveis de constituir perigo ou eventual extinção, parcial ou total, da manifestação do património cultural imaterial;*
- f) *As medidas de salvaguarda em relação à continuidade da manifestação do património cultural imaterial*
- g) *O respeito pelos direitos, liberdades e garantias e a compatibilidade com o direito internacional em matéria de defesa dos direitos humanos*
- h) *A articulação com as exigências de desenvolvimento sustentável e de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos.*

Em meados de 2011 passa a estar também em funcionamento a base de dados online para a submissão de processos de inventário, apresentada publicamente num Seminário organizado pelo IMC com o título “*MATRIZ: Novas Perspetivas para o Inventário, Gestão e Divulgação do Património Móvel e Imaterial*”.

O Regime Jurídico do Património Cultural tem apenas uma atualização em 2015, com uma série de alterações, das quais se destacam: a extinção da Comissão para o Património Cultural Imaterial, criada com o Decreto de 2009 e que parece não ter tido seguimento ou aplicabilidade prática; e a introdução do artigo 16 que diz respeito à Salvaguarda do património cultural imaterial à escala internacional que determina a indispensabilidade de inscrição prévia no INPCI das manifestações culturais candidatas às Listas do Património Cultural Imaterial da Humanidade.

Em alinhamento com este articulado, é publicado pela Comissão Nacional da UNESCO o Despacho n.º 9218/2019 que formaliza legalmente o já existente Grupo de Trabalho para acompanhamento das candidaturas à Lista do Património Mundial, Cultural e Natural, que tem como objetivo analisar e dar parecer sobre as candidaturas de bens inscritos na Lista Indicativa nacional, e estipula também o procedimento de apresentação e análise de candidaturas incluindo como critério fundamental de análise a inscrição prévia destas no INPCI.

### **2.3. As problemáticas do enquadramento normativo do PCI na literatura**

Os processos de inventariação, não se tratando apenas de projetos de investigação etnográfica, antropológica ou sociológica, levantam questões relevantes sobre as suas metodologias de implementação, os atores que neles intervém (Sousa, 2015) e a operacionalização através deles dos instrumentos legais que lhes deram origem (Bortolloto: 2009; Cabral: 2009), desde logo a Convenção de 2003 e o consequente Regime Jurídico de 2009 que implementa em Portugal o INPCI.

Neste sentido Clara Bertrand Cabral refere por exemplo *“as vertentes económicas do património cultural imaterial que têm vindo a ser discutidas nos fora internacionais referem-se principalmente aos direitos de propriedade intelectual e ao desenvolvimento da indústria turística, cujos efeitos poderão ser ampliados pela disponibilização de conhecimentos e visibilidade que os inventários constituídos no contexto da Convenção possibilitam»*. (Cabral, 2010)

Os percursos de adoção da Convenção e de implementação do INPCI em Portugal, foram, nos primeiros anos, acompanhados de um intenso debate académico que conduziu a importantes publicações que levantaram questões diversas sobre a aplicação destes instrumentos.

Por exemplo, Ana Carvalho reconhece o papel da Convenção como catalisador da adoção de medidas legais de proteção e valorização do PCI, mas questiona a suficiência da legislação *“a criação de legislação poderá não resolver todos os aspetos que se prendem com a salvaguarda deste património, se não se articular com uma política geral*

*de valorização do património cultural mais alargada que promova a diversidade cultural*". E levanta ainda outras duas questões, que, talvez agora, volvida uma década sobre a implementação do INPCI, poderemos estar em condições de analisar, a da existência de "hierarquias de património" e a do acesso a recursos "exclusivos" para o PCI inscrito: «*a existência de manifestações do PCI elencadas numa base de dados nacional, —validadas por especialistas, parece estabelecer uma diferenciação entre as manifestações que por tal reconhecimento podem ser objeto de apoio (designadamente financeiro) e as que não figurando nesta lista não poderão ser.*» (2011: 85)

Paulo Ferreira da Costa, então diretor do Departamento do Património Imaterial do Instituto dos Museus e da Conservação antecipa então que o «*inventário foi concebido com vista a permitir, por um lado, a participação ativa dos detentores do Património Imaterial e, por outro, a promover a sua documentação no contexto de estudos aprofundados, a realizar por profissionais técnica e cientificamente qualificados (...) pretendendo-se que contribua para a congregação da informação dispersa por muitas entidades e a valorização de inúmeros fundos documentais (...)*» (2008:175), reconhecendo ainda várias oportunidades que o PCI promove, Costa destaca, o seu papel para o desenvolvimento local: «*os projetos de documentação e salvaguarda do Património Imaterial devem ser entendidos como fator decisivo para o desenvolvimento, sustentável das comunidades e dos territórios*» (2008:176).

Paralelamente, vão sendo levantadas questões que colocam desafios à implementação do INPCI e se relacionam: desde logo com o conceito de património cultural imaterial e as suas diversas fronteiras (PEREIRO: 2003); com as metodologias de inventariação - *bottom-up* na fase de construção vs. *bottom-down* na fase de decisão - (Susa, 2015; Cabral, 2009); o grau de participação das comunidades nos projetos de patrimonialização (Pereiro, 2003); a instrumentalização do PCI por parte dos atores locais (Leal, 2009; BORTOLOTTI:2011) e ainda o papel dos museus (Lorena,2010; Carvalho, 2011).

### **3. O Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial 2011-2021**

Nesta análise retrospectiva sobre este instrumento legal que é o INPCI sistematiza-se em primeiro lugar a informação disponibilizada online pela própria plataforma Matriz PCI. A MatrizPCI faz parte de um sistema nacional integrado de gestão e arquivo do património cultural (cuja evolução e desenvolvimento pode ser revisitado aqui [http://www.matriz.dgpc.pt/pt\\_evolucao.php](http://www.matriz.dgpc.pt/pt_evolucao.php) ). É, por isso, no âmbito, também, de uma política de padronização e de gestão do património cultural, que em 2011, duas décadas após a criação dos sistemas, surge a terceira plataforma, a Matriz PCI – que, por um lado “desmaterializa” (não assenta em dossiers físicos) e por outro atribui materialidade digital, podemos dizer, ao processo de inventariação.

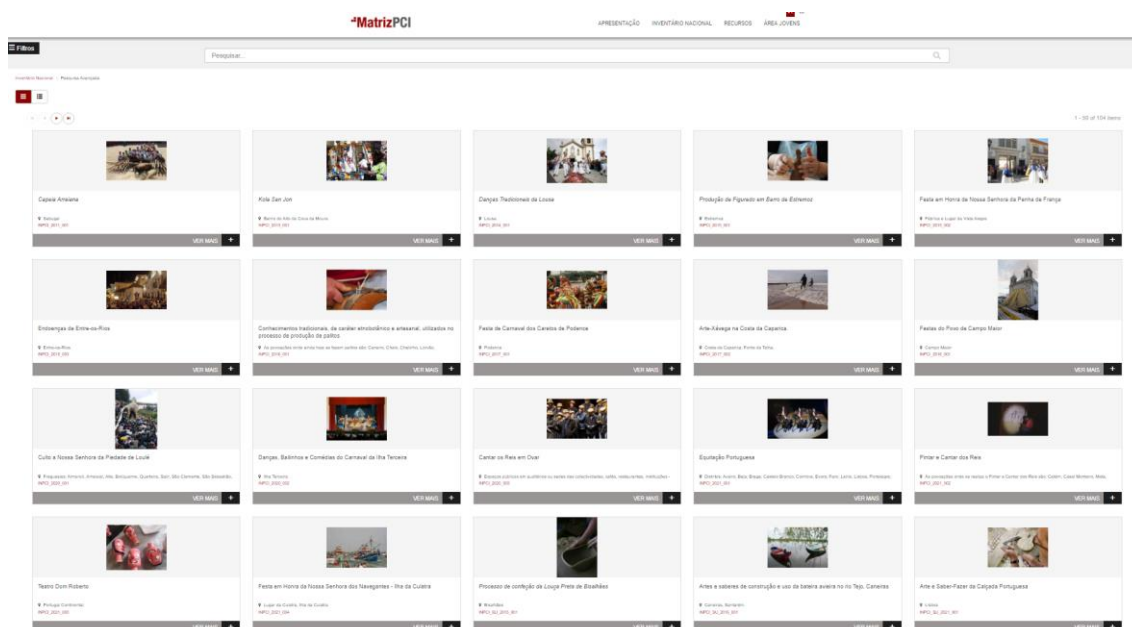
Uma das características mais prementes deste sistema é a sua acessibilidade total (malgrado os recentes e ainda resistentes problemas técnicos da plataforma) à informação disponibilizada nos processos de inventário (vídeos, fotografias, fichas de inventário, etc.) e o acompanhamento de todas as etapas do processo, desde a submissão, aos pareceres técnicos, à sua inscrição ou revisão.

A uma descrição das principais informações que se podem sistematizar para fazer uma leitura e um retrato dos processos hoje submetidos no INPCI, segue-se, neste capítulo uma reflexão sobre as experiências de alguns técnicos responsáveis pela elaboração de processos de inventariação e a uma análise das suas perceções sobre dimensões como o procedimento de inventário em termos práticas e sobre as motivações, portanto, o contexto que motivou a concretização de determinado processo em particular. Esta caracterização inicial e de aspetos mais descritivos completa-se com uma reflexão sobre as expectativas das comunidades envolvidas, o seu próprio envolvimento e em que fases do processo e inevitavelmente sobre os impactos gerados por processos deste tipo, que, na medida em que têm um carácter vivo está intrinsecamente relacionado com a vivência quotidiana e são por essa condição opostos a um modelo de salvaguarda “tradicional”.

### 3.1. Caracterização e Análise do INPCI em Portugal

Cabem na captura de ecrã representada na Figura 3 os 20 processos de inventariação inscritos entre 2011 e 2021, a plataforma regista até ao momento de análise definido para este trabalho, julho 2021, 103 processos. Para todos os processos é possível aceder às informações submetidas na plataforma que constituem o Formulário Anexo I (que aqui se reproduz no Anexo I), apenas para os processos inscritos é possível aceder, pelos campos da própria plataforma, também à fundamentação do processo (expressa no Formulário Anexo II que aqui se reproduz nas páginas 50 e 51), embora, caso o Formulário Anexo II seja carregado com a documentação seja possível também acedê-lo via documento submetido.

Figura 3 - Captura de Ecrã da Base de Dados Online MatrizPCi – Propostas Inscritas



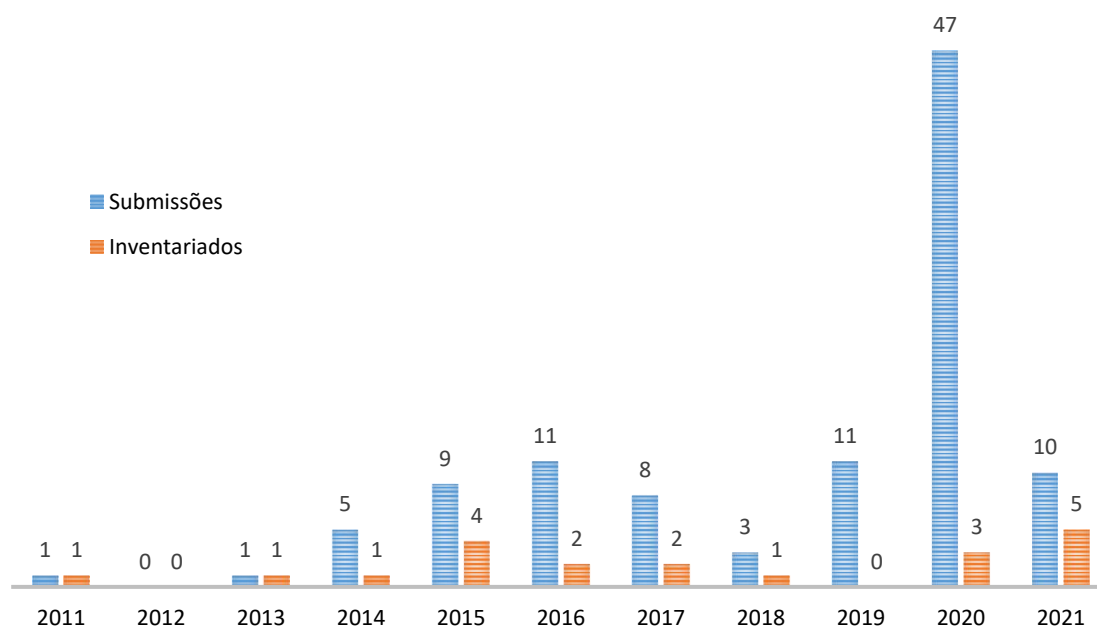
Fonte: [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt)

Recorrendo às informações disponibilizadas, mais de âmbito tipológico, contextual que nos permitem criar um retrato “sociodemográfico” global dos processos, se quisermos, é possível através dos indicadores dados no campo PROCESSO DE INVENTARIAÇÃO aceder a informação sobre as datas de submissão e de inventariação. Um retrato global da evolução cronológica dos processos submetidos no INPCI e dos inventariados encontra-se descrita visualmente no Gráfico 1 e de forma mais exaustiva no Anexo 3 – Quadro de Caracterização Global dos Processos de Inventariação onde se cruza com



outras variáveis de caracterização e em que permite comparar os tempos que decorrem entre o momento de submissão e o momento de inventariação.

**Gráfico 1- Evolução do número de propostas submetidas e inventariadas na Matriz PCI**



Fonte: Produzido a partir da informação disponível em: [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt)

Da leitura do gráfico, facilmente se depreende que há uma evolução lenta, mas gradual de aumento do número de processos entre 2011 e 2019 e um aumento excecional em 2020. Podem observar-se no gráfico diferentes momentos cronológicos. Num primeiro período entre 2011 e 2016 em que há um aumento do número de registos, sobretudo entre 14 e 16, há também um aumento do número de processos inventariados, embora não equivalente ao aumento do número de submissões e nos anos seguintes há uma redução radical de processos primeiro dos inventariados e depois descem também o número de submissões. Quer da familiaridade e acompanhamento que nesses períodos já ia tendo com a plataforma, quer através de informações recolhidas em entrevista a um especialista da área do património imaterial, esta situação inicialmente de aumento de processos submetidos e inventariados explica-se pela coincidência com a realização

de formações de inventariação de património cultural imaterial e de muitas destas submissões iniciais resultarem de exercícios de preenchimento de formulários que se iniciaram nesses cursos. *«No princípio os cursos serviram sobretudo para esclarecer as pessoas o que que era isto do património imaterial porque havia as conceções mais filosóficas etc. completamente desfasadas do que era a questão do património imaterial»* (Entrevista Especialista PCI).

Em contrapartida ao aumento de processos, não existe um reforço em recursos humanos da equipa constituída para a avaliação dos processos até muito recentemente (janeiro de 2020), fazendo com que os tempos de resposta se prolonguem muito para lá do previsto na legislação. Paralelamente e por inerência da utilização de ferramentas tecnológicas, a plataforma começa também a gerar problemas técnicos que dificultam a submissão e levam a uma paragem para a sua atualização em 2018, apesar da qual, subsistem ainda hoje problemas técnicos que dificultam a submissão dos processos.

Apesar disso, há uma recuperação do ritmo de submissões e de inventariações entre 2020 e 2021, com um número extraordinário em 2020 que resulta da submissão, por parte de uma única entidade de um conjunto de cerca de 30 processos individuais de um conjunto de festividades que haviam sido alvo de processo de inventariação em processo único em 2019 e que fruto de parecer técnico despoleta uma submissão em série.

O campo de PESQUISA AVANÇADA na página MatrizPCI permite visionar os processos agrupados por várias variáveis, incluindo os domínios, as categorias ou a localização das manifestações, e utilizar para filtrar a informação o cruzamento com outros dados como por exemplo o tipo de processo (Inventário, Salvaguarda Urgente, Em curso).

No Gráfico 2 podemos visualizar a distribuição dos processos por domínios que se distribuem por cinco dimensões definidas pela Convenção e vertidas na Lei 139/2009, no nº 2 do Artigo 1 (conforme se encontram transcritas na legenda das barras do gráfico).

São particularmente frequentes os processos nos domínios das Práticas sociais, rituais e eventos festivos (mesmo excluindo os processos em série de uma entidade submetidos

em 2019) e no domínio das Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais.

Pode explicar-se este contexto pelo facto destes dois domínios abrangerem aquelas manifestações culturais que têm ainda, no contexto contemporâneo mais predominância, sendo ainda as que com mais visibilidade, às vezes também notoriedade local, encerram o que comumente mais imediatamente se identifica como património cultural imaterial – de forma simplista, as festas e o algum artesanato.

**Gráfico 2 - Número de propostas inventariadas e submetidas na Matriz PCI por domínios**



Fonte: Produzido a partir da informação disponível em: [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt)

Um cenário, que reflete, conforme o identifica, também, o especialista em património imaterial entrevistado uma realidade atual em que *«estão a ser inventariadas as expressões mais emblemáticas mais icónicas que têm maior vitalidade social e económica, etc. E estão a ficar de fora e infelizmente as expressões que, quanto a mim, deviam ser prioritárias, que são aquelas que carecem de Salvaguarda Urgente, são aquelas no caso do artesanato, por exemplo, são aquelas que estão a ficar sem artesãos*

*para o fazer, não é? São os saberes naturalistas populares, por exemplo, dos saberes da etno-medicina, da etnobotânica para fazer as terapias tradicionais, essas estão a desaparecer e irão desaparecer sem serem devidamente conhecidas e valorizadas».*

Analisando agora a distribuição dos processos por categorias que se encontram definidas na Portaria 196/2010 e se dividem nas seguintes dimensões: *Organização social; Norma e regulação social; Arquitetura e construção; Habitação e espaço doméstico; Cozinha, alimentação e estimulantes; Corpo, vestuário e adornos; Higiene e conforto; Medicina e saúde; Gestão de recursos energéticos; Gestão de recursos hídricos; Gestão de biótopos; Coleta e caça; Pesca e aquicultura; Criação e utilização de animais; Agricultura e silvicultura; Atividades transformadoras; Atividades extrativas; Transporte, comércio e comunicação; Festividades cíclicas; Rituais coletivos; Ritos de passagem; Atividades lúdicas, Espetáculo e divertimento; Manifestações artísticas e correlacionadas; Manifestações musicais e correlacionadas; Manifestações teatrais e performativas; Manifestações literárias, orais e escritas; Concepções míticas e lendárias e Concepções e práticas mágico -religiosas*, confirma-se como se pode ver no Gráfico 2 a disparidade de distribuição.

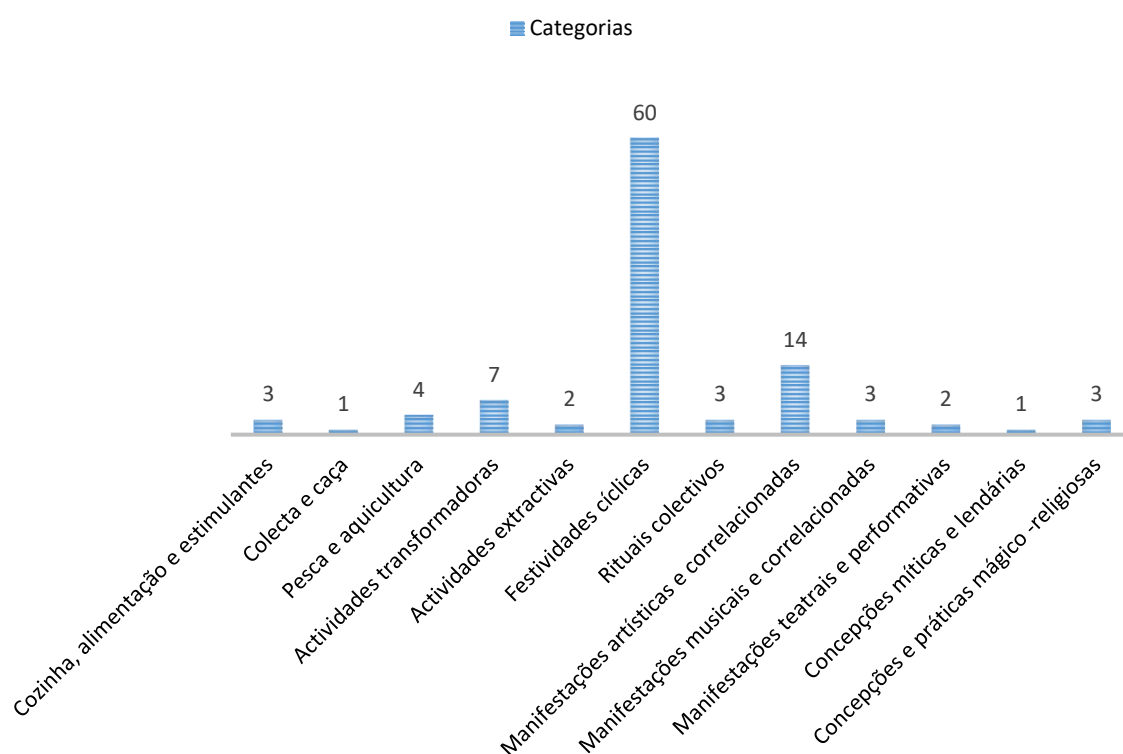
Mesmo que considerássemos, como na observação do gráfico anterior, o processo de submissões em série – 32 processos do domínio das Práticas sociais, rituais e eventos e da categoria das Festividades Cíclicas, como “outlier” destes resultados, por ser de certa forma uma situação excecional que decorre de um processo inicial único. Ainda nessas condições seria predominante o número de submissões de manifestações culturais neste domínio e categoria.

Aliás, do gráfico não constam as categorias que registam 0 submissões, como por exemplo, a da Organização social; Norma e regulação social; Arquitetura e construção; as categorias de Habitação e espaço doméstico ou as de Corpo, vestuário e adornos; Higiene e conforto; Medicina e saúde; Gestão de recursos energéticos; Gestão de recursos hídricos; Gestão de biótopos.

Esta situação permite-nos assim identificar a ausência de processos nestas categorias como uma dificuldade de registo decorrente da falta de visibilidade das práticas e

eventualmente do seu desaparecimento eminente como nos diz o especialista entrevistado: «*Há uma enorme dificuldade que não está feito nem ao nível nacional nem na Unesco praticamente nada ao nível dos naturalistas. Sim, há uma enorme dificuldade em proteger isto e fazer até patrimonialização deste trabalho porque o conhecimento muitas vezes está nas mãos de uma pessoa ou de duas, gente que está a desaparecer.*»

**Gráfico 3 - Número de propostas inventariadas e submetidas na Matriz PCI por categorias**



Fonte: Produzido a partir da informação disponível em: [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt)

Completando esta caracterização global dos processos, incluem-se na tabela que consta do Anexo III deste trabalho, a sua caracterização quanto à sua localização e à tipologia de entidades promotoras. No que respeita às entidades promotoras, interessa referir que a legislação «*permite a participação das comunidades, dos grupos ou dos indivíduos na defesa e valorização do património cultural imaterial, designadamente do património*

*que criam, mantêm e transmitem»* (Preâmbulo, Decreto-Lei 139/2009), nomeadamente as associações culturais que desempenhem papel relevante para a defesa do património cultural imaterial, como é por exemplo da Associação Grupo de Caretos de Podence, entidade promotora da inscrição do Carnaval de Podence no INPCI. É ainda relevante o papel atribuído às autarquias locais e às direções regionais de cultura (que não sendo promotoras dos processos são sempre consultadas no seu processo de apreciação quando as manifestações inventariadas incidam sobre os seus territórios).

Observando os dados recolhidos no quadro do Anexo III, confirma-se a predominância do número de processos submetidos pelas autarquias. De um total de 103 processos 46 são da responsabilidade de municípios, três foram submetidas por Juntas de Freguesia e um por uma Direção Regional de Cultura. A Associação Transfronteiriça Zasnet submeteu um processo que gerou a submissão em série de outros 32 processos fazendo do distrito de Bragança aquele que regista neste momento o maior número de processos submetidos (os processos submetidos por esta entidade encontram-se em estado de Pedido de Aperfeiçoamento).

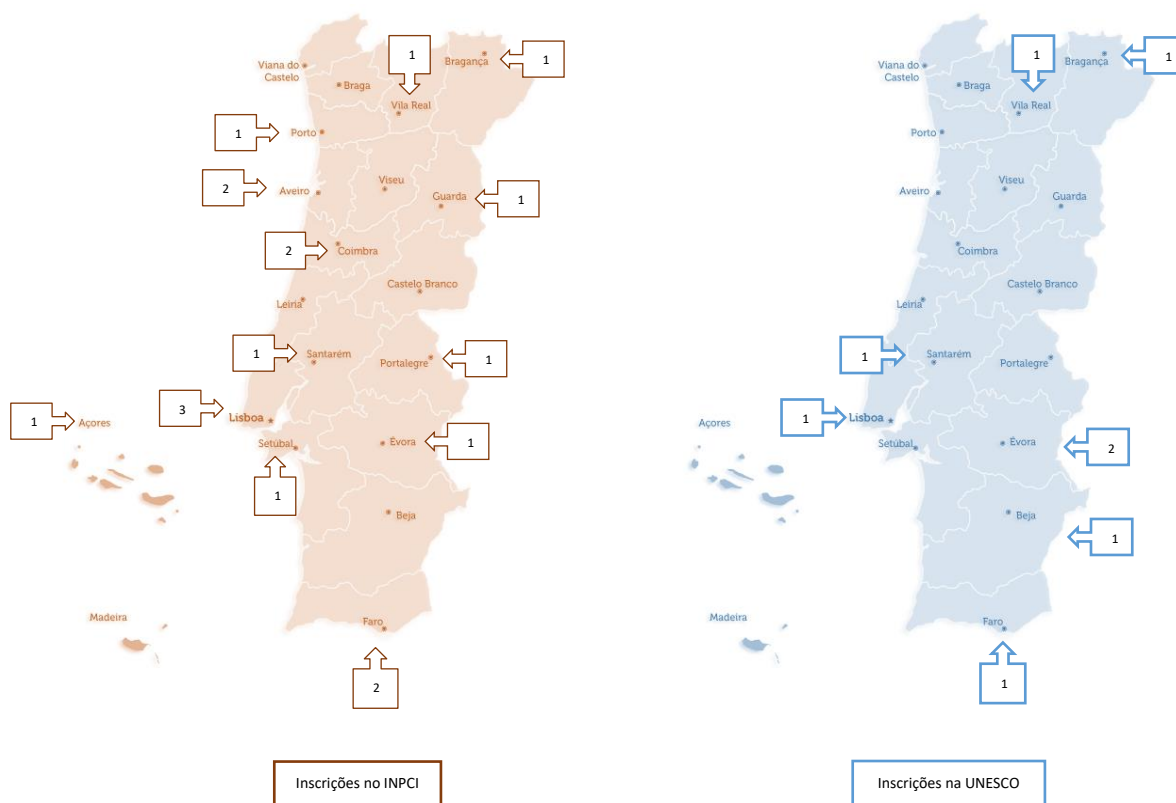
Dado o carácter dinâmico dos processos de inventário, cujo estado pode ser muito variado, entendeu-se fazer uma representação da distribuição geográfica considerando os processos inventariados, bem como útil uma breve comparação com os processos UNESCO e que se pode observar nos mapas de distribuição representados na Figura 4.

Como se pode observar a distribuição geográfica dos processos inventariados abrange já todas as regiões do país, sendo particularmente ativos nestes processos as zonas do litoral Norte e Sul.

No caso dos processos UNESCO é útil notar, como aliás veremos na tabela seguinte que não existe uma necessária correspondência entre a distribuição geográfica dos processos inventariados e dos processos inscritos na UNESCO. Por um lado, porque embora seja condição para a sua apresentação às listas internacionais da UNESCO, alguns desses processos iniciaram-se antes de estar concluída a operacionalização do INPCI ou coincidiram com o seu início e portanto seguiram procedimentos de inventário “alternativos” a este sistema. Por outro, nem todos os processos de inventariação têm como objetivo a apresentação de candidaturas internacionais (e dados os

condicionalismos de apresentação de candidaturas à UNESCO e os requisitos do processo de candidatura internacional não seria viável a submissão de todos esses processos às listas daquele organismo).

**Figura 4 - Distribuição Geográfica dos processos Inscritos no INPCI e nas Listas UNESCO**



Fonte: Produzido a partir da informação disponível em: [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt) e [www.ich.unesco.org](http://www.ich.unesco.org)

Na Tabela 3 representa-se a ordem cronológica comparada de processos de inventariação e de candidaturas à UNESCO pelas suas datas de conclusão dos processos (as candidaturas à UNESCO têm um período de avaliação fixo de 18 meses, entre março do ano de submissão e novembro do ano de avaliação) pelo que se percebe que apesar das datas dos reconhecimentos das primeiras candidaturas serem posteriores ou

coincidentes com o início do INPCI, a elaboração dos seus processos para apresentação da proposta inicial teve que ter início muito tempo antes.

Como introdução à análise seguinte, é importante referir que no âmbito das candidaturas às Listas do PCI UNESCO, os promotores devem conseguir responder nas suas propostas a cinco critérios de inscrição<sup>12</sup>, conforme explicitado nas Diretrizes Operacionais (cuja última versão em inglês data de 2020). No que se refere à obrigatoriedade de inventariação, ele está descrito no critério R.5 que diz o seguinte: «*O elemento figura num inventário de património cultural imaterial existente no(s) território(s) do Estado(s)-parte submissionário(s), conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção.*» Este mesmo critério é igualmente aplicado aos processos de registo nas Listas de Salvaguarda Urgente e também no caso de candidaturas multinacionais.

Assim e tendo em conta que nos processos de candidatura era então solicitado aos promotores que respondessem ao critério de inventariação apresentam-se na Tabela seguinte, as indicações dadas pelos promotores sobre as estratégias de inventariação adotadas em cada caso.

Nos casos do Fado, do Cante e dos Chocalhos (cujas as denominações são mais extensas, mas que assim se aqui se simplificam de forma a facilitar a leitura) são criados catálogos ou sistemas de inventários próprios e cujos conteúdos são parcial ou totalmente disponibilizados online através de páginas como por exemplo a da Plataforma Paisagem

---

<sup>12</sup> Tal como se refere nas Diretrizes Operativas para a Aplicação da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial | 2016 6/48 e que se transcreve: *Nos dossiês de candidatura, é pedido ao(s) Estado(s)-parte submissionário(s) que demonstre(m) que um elemento proposto para inscrição na Lista Representativa do Património Cultural Imaterial da Humanidade satisfaz os seguintes critérios: R.1 O elemento é considerado património cultural imaterial, de acordo com o Artigo 2.º da Convenção. A inscrição do elemento contribuirá para assegurar a visibilidade, a tomada de consciência sobre a importância do património cultural imaterial e para favorecer o diálogo, refletindo assim a diversidade cultural do mundo e testemunhando a criatividade humana. R.3 São desenvolvidas medidas de salvaguarda que permitam proteger e promover o elemento. R.4 O elemento foi submetido com a participação, o mais ampla possível, da comunidade, do grupo ou, sendo o caso, dos indivíduos em causa e com o seu consentimento livre, prévio e esclarecido. R.5 O elemento figura num inventário de património cultural imaterial existente no(s) território(s) do Estado(s)-parte submissionário(s), conforme os Artigos 11.º e 12.º da Convenção.* Um conjunto em tudo semelhante de critérios se aplica aos processos de Salvaguarda Urgente.



ID que reúne o inventário criado para Arte Chocalheira <https://sistemasfuturo.pt/paisagem-id/>.

Noutros casos é indicada além das alternativas apresentadas para concluir o processo de candidatura, a intenção de completar processos de inscrição no Inventário Nacional, como é o caso da Falcoaria cujo processo está integrado no INPCI e se encontra em avaliação.

Só a partir do processo de inventariação da Louça preta de barro de Bisalhães todos os processos de apresentação de propostas às Listas da UNESCO passam a integrar primeiramente o Inventário Nacional.

**Tabela 3 - Manifestações Inventariadas e Inscritas nas Listas UNESCO**

INPCI	UNESCO	Cumprimento do requisito de inventariação nacional em candidaturas internacionais	
O Matriz PCI encontra-se acessível ao público desde 1 de junho de 2011 – <a href="http://www.matrizpci.dgpc.pt">www.matrizpci.dgpc.pt</a>			
2011	Capeia Arraiana	Fado, urban popular song of Portugal	R.5: Fado is included in the catalogue of the Museu do Fado which was expanded in 2005 into a general inventory also including the collections of a wide range of public and private museums and archives.
2012			
2013	Kola San Joan	Mediterranean diet	R.5: The Mediterranean diet and its local manifestations have been the subject of research and documentation in each of the States Parties concerned and figure into one or more inventories in each State. ICH inventory - Portugal: Portuguese/French in preparation
2014	Danças Tradicionais da Lousã	Cante Alentejano, polyphonic singing from Alentejo, southern Portugal	R.5: The element is registered in the database of Casa do Cante as well as in the Memoriamedia database of Portuguese intangible cultural heritage of the e-Museu do Património Cultural Imaterial; its inclusion in the National Inventory of <a href="https://ich.unesco.org/doc/src/20373-PT.pdf">https://ich.unesco.org/doc/src/20373-PT.pdf</a> <a href="https://www.memoriamedia.net/">https://www.memoriamedia.net/</a>

		Portuguese Intangible Cultural Heritage is currently in process.
<b>2015</b>	Figurado em barro de Estremoz	<p>Manufacture of cowbells</p> <p>U.5: The element is registered and described in detail in an inventorying catalogue of the Municipality of Viana do Alentejo; the process of inventorying was conducted in compliance with Articles 11 and 12 of the Convention.</p> <p><a href="https://ich.unesco.org/doc/src/30057.pdf">https://ich.unesco.org/doc/src/30057.pdf</a></p> <p><a href="http://www.paisagem-id.pt/">http://www.paisagem-id.pt/</a> [fora de linha 08-08-2021]</p>
	Festa em Honra de Nossa Senhora da Pena Endoenças de Entre-os-Rios Processo de Confeção de Louça Preta de Bisalhães [ <b>Salvaguarda Urgente</b> ]	
<b>2016</b>	Conhecimentos tradicionais... palitos de Lorvão Artes e saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo [ <b>Salvaguarda Urgente</b> ]	<p>Falconry, a living human heritage</p> <p>R.5: Falconry is included on inventories of intangible cultural heritage in each of the submitting States. These inventories are maintained by relevant authorities in each submitting State and are regularly updated.</p> <p>Bisalhães black pottery manufacturing process</p> <p>U.5: The element was inscribed in 2015 on the National Inventory of Intangible Cultural Heritage, coordinated by the General Directorate for Cultural Heritage. All requirements (including community participation in the inventorying process and the regular updating of the inventory) and documentary evidence have been provided in sufficient detail.</p> <p>Em curso no INPCI</p>
<b>2017</b>	Festa de Carnaval dos Caretos de Podence Arte Xávega da Costa da Caparica	

	Craftmanship of Estremoz clay figures	R.5: In 2015, the element was included in the National Inventory for Intangible Cultural Heritage, which is maintained by the General-Directorate for Cultural Heritage. The process of inventorying the element was carried out by the Municipal Museum of Estremoz, with the artisans' participation through interviews and constant interaction. The inventory will be updated every ten years: the Municipality of Estremoz, through its Municipal Museum, shall be responsible for this updating process. The inventory can be accessed through the website link provided. The website is participatory and provides instructions for entries for the National Inventory for Intangible Cultural Heritage and for developing safeguarding actions.
2018	Festas do Povo de Campo Maior	
2019	Winter festivities, Carnival of Podence	R.5: The Winter festivities, Carnival of Podence was included in the National Inventory of Intangible Cultural Heritage in 2017; it is updated at least every ten years. The inventorying process was initiated by the Group of Caretos Association and is described as marking a further step in the safeguarding process. The General Directorate for Cultural Heritage, Ministry of Culture is the office responsible for maintaining and updating the inventory.
2020	Culto a Nossa Senhora da Piedade de Loulé Danças, Bailinhos e Comédias do Carnaval da Ilha Terceira Cantar os Reis em Ovar	
2021	Equitação portuguesa Pintar e Cantar dos Reis Teatro Dom Roberto Festa em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes Arte e Saber-Fazer da Calçada Portuguesa [Salvaguarda Urgente]	

Fonte: Produzido a partir da informação disponível em: [www.matrizpci.dgpc.pt](http://www.matrizpci.dgpc.pt) e [www.ich.unesco.org](http://www.ich.unesco.org)

### **3.2. A elaboração de processos de inventário – experiências em análise**

Iremos agora tecer algumas considerações a partir dos resultados obtidos com a análise de conteúdos das entrevistas a elementos envolvidos na elaboração de processos de inventariação.

Antes ainda, importa referir que, com base no Formulário de Inventário cujas dimensões se representam no Anexo I deste trabalho, se pode estruturar (observação que decorre também da minha experiência de trabalho na elaboração destes processos) um procedimento de inventário em três fases complementares:

#### **Fase 1:**

- Constituição de um Arquivo de Documentação de carácter diverso e digitalizada em número que se venha a considerar adequado para a fundamentação do pedido de inventariação de uma manifestação cultural de património imaterial (p.ex: postais, artigos de imprensa, cartazes, atas da câmara municipal, cartas, apontamentos ou notas pessoais dos transmissores da manifestação, etc...)
- Recolha de bibliografia especializada ou relacionada, que se considere adequada à descrição da evolução histórica da manifestação
- Levantamento de património associado – constituído pela documentação fotográfica de objetos ligados à prática no passado e/ou no presente (p.ex: matéria prima, ferramentas diversas, têxteis, instrumentos, etc.), e a identificação de património associado musealizado
- Realização de entrevistas e observações em vários contextos, de carácter etnográfico, registadas em vídeo, áudio e fotografia que se considerem adequadas e em número suficiente para a caracterização contemporânea da manifestação no seu contexto geográfico, social, económico, demográfico, etc.

## **Fase 2:**

- Elaboração do formulário de pedido de inventariação;
- Edição e catalogação da documentação recolhida: elaboração do vídeo documentário, tratamento dos registos fotográficos, e da documentação diversa que deverão acompanhar o formulário de pedido de inventariação;
- Realização de reuniões com os responsáveis da entidade proponente no sentido de inventariar as ações de salvaguarda promovidas no passado pela entidade proponente, e as ações que a entidade proponente está comprometida ou se compromete a desenvolver (p.ex. apoios concedidos, exposições, publicações, eventos de promoção da manifestação, projetos educativos, debates, conferências, apoios à investigação, etc.);
- Desenho de Plano de Salvaguarda.

## **Fase 3:**

- Submissão do Pedido de Inventariação (carregamento dos elementos acima especificados na Plataforma Digital Matriz PCI);
- Eventual apoio à realização ou participação em eventos de conclusão do processo (p. ex. debate, conferência, exposição recorrendo aos elementos recolhidos) no sentido de reconhecer o envolvimento da comunidade na elaboração do pedido de inventariação;
- Acompanhamento do processo de análise do pedido de inscrição no Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial pela DGPC, e resolução se necessário, das questões e lacunas técnicas e administrativas que o mesmo possa apresentar.

É com base nesta estrutura que é definido no guião de entrevistas (Anexo I) um conjunto de questões que descrevem por um lado uma análise do procedimento de inventário, tentando identificar estratégias seguidas por cada um dos casos e para a construção dos seus inventários – passando pela constituição de equipas, os meios técnicos disponíveis, as dificuldades e obstáculos, mas também as condições que geram o procedimento de inventário, como seja a relação do responsável pela elaboração com a entidade que o promove e com a própria manifestação cultural.

Neste primeiro momento de análise debruçar-nos-emos, então, sobre os aspetos mais contextuais e circunstanciais relacionados com as condições que caracterizam a aplicação prática dos procedimentos de inventário nos 8 casos aos quais foi aplicada a entrevista.

Interessa introduzir aqui também o modelo criado para a sua identificação ao longo das tabelas de análise. Por forma, a privilegiar a representatividade dada pela identificação dos domínios e categorias cada um dos 8 casos será identificado pela sua categoria aparecendo nas tabelas com uma identificação numérica e remete para uma legenda que acompanha todas as tabelas (apenas a legenda da primeira tabela de análise – a Tabela 4 inclui também a denominação das manifestações culturais tal como constam nos processos de inventário).

A análise do quadro de motivações que estão na origem dos processos de inventário recolhe respostas relacionadas com os objetivos ou as razões e o contexto inicial que motivam o início do processo e que se relacionam também com a própria relação do entrevistado com o processo.

Assim importa ainda revelar, a este propósito e porque se trata de uma variável também preponderante para toda a análise de conteúdo que se seguirá, a situação profissional de todos os entrevistados face aos processos em que têm intervenção (também refletidos na categoria de análise das motivações “Académicas/Profissionais/Pessoais”:

Entrevistado1. – Ex Diretora de Museu Municipal (Voluntária) / Investigadora na área de História, vertente de Arqueologia; E.2. – Técnica Superior Municipal na área de Documentação e Arquivo; E.3. – Investigador na Área de História, ramo de Património; E. 4. Técnico Superior Municipal, Antropólogo; 5. Ex Diretor de Museu Municipal, Museólogo; E.6. Diretor de Museu Municipal, Investigador na Área de História, ramo do Património; E.7. Ex Chefe de Divisão de Departamento de Património de Região Administrativa; E.8 Investigador da Área de História.

A reunião das observações sobre as questões que de algum modo são indicadas pelos entrevistados ou interpretadas pela autora deste trabalho como condicionantes importantes que motivaram à concretização destes oito processos encontram-se resumidas por excertos de entrevista na Tabela 4 e organizadas em três categorias e duas subcategorias.

Identifica-se assim uma categoria correspondente às motivações, que decorrem ora da comunidade (há uma vontade expressa das comunidades junto das entidades proponentes para a realização destes processos); há por outro lado uma motivação derivada da vontade política, nomeadamente ao nível municipal a que está inerente a legislação e a tónica na atribuição de um papel expressamente relevante dos municípios para implementação do INPCI (inserem-se aqui também motivações políticas que podem estar relacionadas com aquilo que já se disse anteriormente sobre a distribuição dos processos por domínios e categorias específicas, e se irá voltar a desenvolver mais adiante, mas que se prende com a visibilidade pública da concretização destes processos quando visam manifestações culturais com alguma relevância pública).

Numa segunda categoria observam-se motivações que estão relacionadas com a singularidade e a especificidade das manifestações em causa, na medida em que e apesar de num contexto tipológico terem características iguais ou muito próximas a outras festividades, reúne algum carácter de originalidade que está também associada às razões para se inventariar.

E por fim as razões de carácter académico, profissional e pessoal dos próprios entrevistas, cuja relação é em regra íntima ou com a entidade promotora ou com a

própria manifestação ou uma conjugação de ambas. Apenas no caso do Entrevistado 8 existe um distanciamento prévio, quer à entidade proponente quer à prática cultural.

**Tabela 4 – Quadro de Análise das Motivações de Inventariação**

MOTIVAÇÕES QUE CONDUZIRAM AO PROCESSO DE INVENTARIAÇÃO				
	EXTERNAS		ORIGINALIDADE DA MANIFESTAÇÃO	ACADÉMICAS, PROFISSIONAIS E PESSOAIS
	DA COMUNIDADE	POLÍTICAS E DE ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO		
1.		<p><i>a própria câmara já a tinha inventariado como bem de interesse público antes da própria lei sair e depois voltamos a fazer o processo para o enquadrar na nova legislação.</i></p> <p><i>fizemos o processo para a Câmara, para que entrasse no PDM, como qualquer monumento, que se calhar vão inventariar</i></p>	<p><i>é mesmo uma situação excecional.</i></p> <p><i>Não é propriamente as Endoenças que existem em muitos sítios, é a circunstância histórica em que aquele lugar cresceu e se faz a festa</i></p>	<p><i>temos uma espécie de pré inventário desta festa antes de sair a lei do património imaterial, a própria câmara já a tinha inventariado como bem de interesse público antes da própria lei sair e depois voltamos a fazer o processo para o enquadrar na nova legislação.</i></p> <p><i>começamos a recolher imagens e coisas nos anos 80. Enquanto escavávamos íamos muitas vezes à festa.</i></p>
2.		<p><i>A nossa vereadora da cultura era uma pessoa, também da freguesia de Lorvão, também ligada, com bastante conhecimento dos palitos e ela também achava que esta questão devia ser salvaguardada e preservada.</i></p>		<p><i>meus avós eram paliteiros. O meu pai era de Lorvão, os meus bisavós eram de Lorvão</i></p> <p><i>motivações de carácter académico e profissional, proporcionados pelo curso de inventário de património cultural imaterial</i></p> <p><i>desde 2013 que implementamos um processo de preservação de memórias</i></p>
3.		<p><i>Houve uma primeira reunião, salvo erro em 2011, em que a Direção Geral do Património Cultural perguntou, pediu que que cada direção regional indicasse uma festa uma festa que pudesse fazer parte do inventário.</i></p> <p><i>a Doutora Dália Paulo, em 2013 ou 2014 veio trabalhar para a Câmara de Loulé e aí, volta novamente a tentar falar com as várias partes</i></p> <p><i>Ela é que foi a grande ideóloga e enquanto diretora municipal.</i></p>		<p><i>eu fiz a tese de mestrado, fui o primeiro a estudar cientificamente a Mãe Soberana, mas depois se não houvesse este investimento e esta sensibilidade por parte da câmara para continuar a estudar</i></p>



4.	<p>Antes de 2009 havia alguma, alguma, digamos alguma sensibilidade aqui nas comunidades onde se fazia a capeia. Alguma sensibilidade no sentido de fazer alguma coisa pela capeia e como na altura ainda não havia o processo de inventariação. Falava-se no registo na Unesco como Património Cultural da Humanidade.</p> <p>havia essa apetência das comunidades que de resto é uma das condições para que o inventário seja feito porque o património imaterial é das comunidades não é de ninguém... que vai supervisionar o património! Se é das comunidades, se as comunidades não quiserem ver reconhecido ou registado não vale a pena estar a fazer o que quer que seja.</p>	<p>Diria que antes de 2009 houve alguma tentativa esporádica de algumas comunidades avançarem com um processo, eles não lhe chamariam de inventariação, mas era de classificação da UNESCO.</p>		<p>Na altura eu era presidente do conselho de administração de uma empresa municipal e uma vez que era de antropologia, fui sondado nesse sentido.</p> <p>portanto por um lado podia estar a investigar por fora a capeia, mas por outro lado, sempre estive envolvido na capeia, enquanto participante e também fui mordomo também peguei à galha e também organizei as capeias</p>
5.	<p>começou com um estímulo externo à câmara. Isto porque nós já tínhamos desenvolvido um trabalho grande, desde 2011 mais ou menos... com o trabalho dos museus</p>			<p>o estímulo externo foi o contacto por parte de um amigo da altura, que foi o João Luís Sequeira, que foi fazer um curso sobre Inventário de Património Cultural Imaterial e cujo trabalho final era o preenchimento de uma ficha de inventário</p> <p>sobre o barro havia aquele trabalho todo que tínhamos feito e então juntei as publicações todas que nós tínhamos feito, os vídeos e não sei quê, dei-lhe tudo sobre o barro e disse: Olha, já tens isto aqui, é só seleccionar a informação que queiras, sem ser digital porque era tudo em papel, mas ir pegando em informação e preencher a ficha.</p>
6.	<p>Portanto queríamos salvaguardar a tradição. Queríamos incrementar a transmissão e queríamos fazer ações de valorização que divulgassem mais a arte barrística, valorizasse os intérpretes e, portanto,</p>	<p>Claro e depois houve a parte política que aqui desempenhou o executivo em termos de reuniões com ministros com secretários de Estado.</p> <p>também tivemos um propósito de, em termos</p>	<p>apercebemo-nos que a transmissão não estava a ser feita e que se estava a tornar problemático devido à própria idade dos barristas e dentro de 10 15 anos não haveria, teríamos um ou dois barristas apenas e estaria em perigo a continuação</p>	<p>Também fazia parte da missão do Museu Municipal de Estremoz, faz desde praticamente a sua génese trabalhar nesta área do figurado que é explorar, explorar esta especificidade cultural e</p>

	<i>os detentores do elemento</i>	<i>económicos, criar aqui um setor em Estremoz que dinamizasse, o turismo cultural, claro, que é do nosso interesse.</i>	<i>desta arte que é uma arte que é uma especificidade cultural só daqui não é partilhada em termos de comunidade com mais ninguém</i>	<i>darmos pronto outra visibilidade</i>
7.		<i>houve uma resolução da Assembleia Regional, no sentido de recomendar ao Governo Regional dos Açores que procedesse à inventariação das danças de Carnaval da ilha Terceira.</i>	<i>esta era uma das manifestações que algum dia teriam de ser inventariadas entre tantas que existem também associadas ao Carnaval e noutras ilhas, mas esta realmente é muito particular e diferente.</i>	<i>foi (...) dando sequência a uma resolução que partiu da Assembleia Regional dos Açores. E sendo eu, portanto a chefe de divisão coordenei o processo e estive mesmo envolvida no processo de inventariação.</i>
8.	<i>inscrever a cultura avieira assim chamada, isso era a ideia original. Ou classificá-la como património. Essa ideia era antiga tinha aliás se calhar, tempo a mais dentro de uma série de grupos ali em Santarém</i>  <i>é o Instituto Politécnico de Santarém que desencadeia o processo, associado a várias organizações.</i>	<i>o que ocorreu foi propor ao IPS que no fundo convertesse aquilo que eram orientações antigas e desejos antigos numa candidatura a este inventário e classificar, no fundo, uma manifestação da cultura avieira</i>  <i>não, o que eles pretendiam que era uma coisa bastante abrangente e não exequível considerando que o que eram os critérios do inventário mas traduzir essas preocupações numa candidatura ao inventário e foi assim que as coisas se sucederam houve essa aceitação e nós começamos a trabalhar num objeto que fosse viável</i>		

**LEGENDA DA TABELA:** 1. Festividade Cíclica – Endoenças de Entre-os-Rios; 2. Atividade Transformadora – Processo de Produção de Palitos; 3. Conceção e Prática-Mágico Religiosa – Culto Nossa Senhora da Piedade; 4. Ritual Coletivo – Capeia Arraiana; 5. Manifestação Artística e Correlacionada S.U. – Processo de Confeção da Louça Preta de Bisalhães; 6. Manifestação Artística e Correlacionada – Produção em Barro de Figurado de Estremoz; 7. Manifestação Teatral e Performativa – Danças, Bailinhos e Comédias do Carnaval da Ilha Terceira; 8. Pesca e Aquicultura - Construção e uso da bateira avieira no Rio Tejo.

Fonte: Produzido a partir da informação própria, recolhida em contexto de entrevistas realizadas para este projeto de investigação.

A dimensão de análise que se observa na Tabela 5 recolhe as opiniões sobre a implementação prática dos processos de inventariação subdivididos em aspetos negativos e aspetos positivos, mediados por uma categoria “neutra” de opiniões essencialmente relacionadas com a estrutura de um processo de inventário e em que é

visada a sua complexidade de certa forma como uma eventual “dificuldade necessária” ou que se pode interpretar como uma dificuldade que permite obter os resultados pretendidos.

Dentro dos aspetos positivos os entrevistados destacam sobretudo o apoio das entidades competentes, sendo na maioria dos casos referido o nome do responsável da DGPC pela implementação do inventário como fundamental no contexto da elaboração dos processos, que se contrapõem a um dos negativos também notado e que se relaciona com o agravamento do tempo de resposta após a submissão.

São também frequentemente assinalados problemas técnicos relacionados com a excessiva exaustividade do processo e com o funcionamento da própria plataforma eletrónica.

**Tabela 5 – Perceções sobre o processo metodológico de inventariação**

METODOLOGIA DE INVENTÁRIO					
	ASPETOS POSITIVOS		ESTRUTUTURA	ASPETOS NEGATIVOS	
	FORMAÇÃO PRÉVIA	APOIO ENTIDADES COMPETENTES		PROBLEMAS TÉCNICOS/RECURSOS	EXAUSTIVIDADE
1		<p>Bom sobretudo na primeira Estes primeiros tiveram um apoio e um conhecimento muito direto de quem estava do lado de lá.</p> <p>tínhamos feito a candidatura à Rede Portuguesa de Museus e as pessoas da rede estavam também muito metidas neste inventário do património.</p>		<p>Tivemos um fotógrafo para fazer algumas fotografias bem definidas da festa nos últimos anos, para que ficassem fotografias de qualidade e não como algumas que se vêm às vezes nestes processos</p>	<p>tendo por base a investigação que tinha feito antes, sem isso não chegava lá</p>
2	<p>fazem falta aquelas formações como nós tivemos, porque no fundo acabam por dar ali um know-how diferente,</p> <p>Está bem que diz lá que deve ser alguém com um conhecimento antropológico ou</p>			<p>não é intuitivo. Deveria ser criada outra forma, mais apelativa</p>	<p>Acho que este processo de inventário, devia ser criado um processo mais intuitivo e que não fosse tão moroso</p> <p>há uma duplicação de informação e aí também poderia haver um ajuste</p> <p>acho que a informação, entre</p>

	<i>das ciências sociais, porque acredito que para uma pessoa de outra área que não tenha estes conhecimentos, que seja difícil.</i>				<i>aquele anexo um e aquele anexo dois há informação que se duplica e eu acho sinceramente que aquilo poderia ser tudo compilado num só</i>
<b>3</b>	<i>havia diretrizes que estavam bem explícitas no Decreto-Lei, que eu me lembro de ler.</i>  <i>Havia lá pontos que eram muito explícitos e depois havia também uma grande margem de manobra.</i>				
<b>4</b>	<i>Não fiquei com a ideia de que fosse um processo burocrático difícil.</i>  <i>pareceu-me adequado, sem grande dificuldade</i>	<i>Basta arranjar alguém que se dedique aquilo, que faça, construa a narrativa e avance com o processo de inventariação</i>	<i>podia dizer se o processo podia ser mais agilizado ou não, mas em todo o caso da forma como está é só pôr mãos à obra e fazê-lo.</i>		<i>no processo de revisão já tinha alguma coisa a dizer. Não se justifica a maneira... O procedimento é francamente, francamente incorreto, a meu ver,</i>  <i>porque é preciso sobre tudo o que já está, fazer novamente tudo digamos de novo. Não se justifica.</i>
<b>5</b>	<i>a legislação acho-a correta</i>	<i>Porque de resto, o facto de ser feito em plataforma, tudo isso, ajudava. O facto de tu poderes fazer uma coisa, meteres agora meia dúzia de fotografias e gravas, e depois daqui a um mês podes fazer mais alguma coisa, isto acho bom.</i>	<i>o processo de inventário, em teoria também, porque, embora ele seja muito... exaustivo, mas como é muito exaustivo, permite garantir que as manifestações que são inventariadas, estão de fato bem inventariadas, estão com toda a informação necessária</i>	<i>Agora, depois de todo o processo concluído, a espera para se obter uma resposta, isso acho que acabou por fazer com que a imagem do procedimento, fosse injustamente classificada como má.</i>  <i>A maior crítica que ouvi sempre de toda a gente era a ausência de resposta e o tempo, a demora na resposta</i>	<i>Agora se é, demasiado exaustivo ou não, isso já é outra conversa, eu acho que é muito exaustivo,</i>
<b>6</b>	<i>O trabalho foi feito por mim inteiramente.</i>			<i>neste momento é necessário ser um antropólogo ou um...</i>  <i>Mas sou absolutamente contra esta colagem à antropologia</i>	<i>Demasiado exaustivo</i>  <i>Sou contra o carácter demasiado exaustivo e minucioso</i>  <i>É muito complexo e eu conheço casos de autarquias que desistiram, porque era muito complexo e eu acho isso grave</i>
<b>7</b>				<i>E lembro-me de estar a incluir fotografia a fotografia e a colocá-las pela mesma ordem que</i>	<i>e em termos do formulário Ficha de inventário e</i>

				<i>estavam no processo exatamente para que quando aparecessem fosse pela mesma ordem e, portanto, também são questões que se prendem com o funcionamento das plataformas e isso ultrapassa-nos.</i>	<i>formulário o processo em si eu acho que poderia ser mais simples talvez...</i>  <i>A dimensão do processo e usando a expressão que usei há pouco de ser um processo pesado varia em função da dimensão da manifestação</i>
8.			<i>obriga muito a muito investimento não é uma coisa enfim creio eu, a algum investimento de tempo, sobretudo, É preciso envolver uma equipa não precisa uma equipa muito extensa, mas uma boa equipa e que trabalhe a fundo..., mas se calhar é assim que deve ser.</i>		<i>Há duas partes... são bastante exaustivas e dão muito trabalho.</i>  <i>uma das críticas feitas a este processo era que era tão, tão complexo, tão complicado. Havia uma complicação documental e burocrática tal que tornava um processo internacional mais simples comparativamente</i>

**LEGENDA DA TABELA:** 1. Festividade Cíclica; 2. Atividade Transformadora; 3. Conceção e Prática-Mágico Religiosa; 4. Ritual Coletivo; 5. Manifestação Artística e Correlacionada S.U.; 6. Manifestação Artística e Correlacionada; 7. Manifestação Teatral e Performativa; 8. Pesca e Aqüicultura.

Fonte: Produzido a partir da informação própria, recolhida em contexto de entrevistas realizadas para este projeto de investigação.

São também referidas pelos entrevistados questões relacionadas com a formação prévia, apontando a realização dos cursos de inventariação promovidos inicialmente pelo IMC e depois pela DGPC como um aspeto benéfico que permite compreender e implementar o processo. Já a definição da exigência de habilitações académicas na área das ciências sociais, em particular da antropologia divide opiniões, na medida em que, se, para uns, este tipo de formação é fundamental, sobretudo para a elaboração das componentes relacionadas com o estudo etnográfico das manifestações, por outro lado, para outros, surge como uma condição injustificável face à existência de outras áreas de investigação que desenvolve trabalho relacionado com o património cultural imaterial.

### **3.3. Salvaguarda de Património Cultural Imaterial e Impacto nas Comunidades**

Um segundo conjunto de questões realizadas nas entrevistas, visavam recolher um conjunto de observações que a partir da análise de respostas nos permitisse construir, ainda que apenas de forma exploratória, como é propósito deste estudo, um conjunto de indicadores que retratem o impacto dos processos de inventário na própria salvaguarda das manifestações culturais e nas comunidades detentoras desse património cultural imaterial.

Assim, neste último ponto de apresentação de resultados, reúnem-se em quatro tabelas que sintetizam as seguintes dimensões de análise: Plano de Salvaguarda; Perceção da Comunidade; Envolvimento da Comunidade e Resultados da Inventariação.

A Tabela 6 reúne assim as observações sobre as diferentes experiências de desenho dos Planos de Salvaguarda. Esta dimensão é analisada através de duas categorias, a das Medidas de Salvaguarda que se subcategorizam em três tipos e a categoria que relaciona o entrevistado com o grau do seu envolvimento na elaboração dos Planos de Salvaguarda. Relativamente a esta categoria, resulta das informações recolhidas que existe um conjunto de entrevistados cuja relação direta com a entidade promotora, na maioria dos casos por inerência da profissão desenvolvida, sobretudo no contexto dos museus municipais, os torna elementos intermediários fundamentais na fase de definição destas medidas e também na fase de implementação. Por outro lado, todos eles, dado o envolvimento direto ao longo do processo de inventário, que é, em regra longo e de contacto direto com as comunidades, estão dotados de um conhecimento quer sobre as necessidades que eventualmente existam nas comunidades, quer ainda sobre as ameaças ou riscos que possam conduzir ao desaparecimento (emigração, envelhecimento, etc.) ou à descaracterização das manifestações (mercantilização cultural, turistificação, modernização etc.) sendo por isso sempre fonte de orientação fundamental para o desenho de um Plano de Salvaguarda e para a sensibilização dos promotores para as situações de “ameaça à continuidade da manifestação” (UNESCO, 2003).

Destaca-se ainda desta tabela as tipologias de medidas de salvaguarda que são destacadas nas respostas dadas sobre os entrevistados e que se relacionam sobretudo com as preocupações de garantia da transmissão intergeracional em que entram frequentemente as atividades educativas e formativas aplicadas principalmente às práticas relacionadas com os conhecimentos tradicionais; as medidas relacionadas com o aprofundamento do conhecimento sobre a manifestação cultural, através do investimento em estudos, muitas vezes aliados a projetos à apresentação dos seus resultados em projetos expositivos e museológicos; e finalmente as atividades relacionadas com a promoção da atividade económica e da divulgação, na perspetiva de promover de forma genérica a valorização social das manifestações eventualmente a sobrevivência daquelas atividades que já implicavam a venda de produtos, como o artesanato, mas refletem também um pouco as estratégias promocionais e de marketing.

**Tabela 6 – Caracterização dos processos de elaboração dos Planos de Salvaguarda**

PLANO DE SALVAGUARDA				
	ENVOLVIMENTO/PROCESSO DE ELABORAÇÃO	MEDIDAS DE SALVAGUARDA		
		ESTUDO/INVESTIGAÇÃO MUSEALIZAÇÃO	PROMOÇÃO DA ATIVIDADE ECONÓMICA/ DIVULGAÇÃO	TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL
1.			<p><i>as pessoas estavam contentes com isso, mas não alterou demasiado, não sobrecarregou a festa, estes selos com maior número de visitantes, o que já foi uma coisa boa, porque era o maior perigo que ali se corria</i></p> <p><i>Chamei sempre à atenção para esse problema porque tenho visto noutras, em que a excessiva propaganda, excessiva presença dos meios de comunicação, e de pessoas, mata completamente as festas.</i></p>	<p><i>Há partes da festa que estão mesmo a cargo dos jovens</i></p> <p><i>Os jovens que residem lá, estão interessados em manter tudo isto e estão perfeitamente integrados</i></p>

2.		<p><i>A outra que era a questão do centro interpretativo, do museu, como lhe digo, só agora é que ela está a avançar</i></p>	<p><i>fizemos o levantamento dos paliteiros que existiam ainda em três freguesias do concelho de Penacova, (...) e estes paliteiros que quisessem participar em algum evento, quer nacional, quer internacional, a Câmara, permitia sempre, ou o pagamento das viagens, ou o envio dos palitos,</i></p> <p><i>as nossas ofertas são sempre, os nossos produtos,</i></p> <p><i>raro é o fim-de-semana em que não fazemos algo em Lorvão onde os palitos não estejam presentes.</i></p> <p><i>Fomos recuperar, precisamente, o modelo da caixa antiga, que era tipo uma caixa de fósforos, onde criamos depois, com fotografias de paliteiros mais antigos e todo o processo narrativo que colocamos na embalagem em português e em inglês</i></p>	<p><i>havia mesmo uma escola primária, que era na Cheira, onde, pelo menos uma vez por mês, estaria um paliteiro a trabalhar ao vivo, porque achamos que poderia ser uma ação de salvaguarda.</i></p> <p><i>o Luís é paliteiro, com perto de 70 anos, mas o neto com 11 também já é paliteiro, iniciou-se naquele processo.</i></p> <p><i>O João já consegue fazer o bico e já faz a pá, por isso temos aqui, de certa forma, o conhecimento perpetuado, porque já temos mais uma geração a saber fazer palitos</i></p>
3.	<p><i>ela [a antropóloga responsável pelo estudo etnográfico da festa] foi tomando conhecimento nas conversas que ia tendo com as pessoas, mas mais comigo, foi tomando conhecimento do que é que... E depois, ao fim de, já o processo ia longo.... As medidas de salvaguarda foi a última coisa que ela escreveu.</i></p>	<p><i>Foram publicados dois livros. Foi publicado um em 2016 com artigos meus.</i></p> <p><i>Depois, em 18 saiu outro livro, coordenado por mim, em que eu pedi que três fotógrafos (...) e fez-se um livro de fotografias, com 160 fotografias.</i></p> <p><i>Esse livro também é importante porque foi o primeiro álbum fotográfico sobre a festa pequena e a festa grande e retrata a evolução da festa nos últimos 30 anos. A primeira fotografia é de 1982 e a última é de 2016.</i></p> <p><i>foram feitas duas exposições com o trabalho destes três fotógrafos</i></p>		



4.	<p><i>Desenhar um plano de salvaguarda para uma coisa que não está nem perto, nem de longe, ameaçada, foi uma construção, digamos, mais burocrática do que outra coisa qualquer</i></p> <p><i>eventualmente comprometer um bocadinho mais a Câmara no sentido de que fazer uma capeia hoje ou nos anos 70 é um bocadinho diferente. As exigências do público, de segurança, do bem-estar animal e por aí adiante. Tem que haver algum compromisso por parte da Câmara ou melhor da parte pública da administração pública. Neste caso através da Câmara, alguma colaboração a algumas medidas de apoio.</i></p>	<p><i>Tínhamos na ideia de fazer algumas coisas (...) mais no sentido de valorizar e dar uma outra dimensão mais de investigação, de valorização quase académica à manifestação cultural</i></p> <p><i>Por isso fizemos um Congresso em que envolvemos todas as manifestações tauromáquicas nacionais e algumas de Espanha.</i></p> <p><i>por outro lado, era o levantamento de fotografias já com mais algum cuidado, de fazer um filme sobre a capeia. (...) E em 2016 fizemos um, realizamos um filme documentário em todas as comunidades onde se praticava a capeia.</i></p> <p><i>há uns anos foi criado o Centro Interpretativo da Capeia Arraiana numa das localidades e a Câmara pretende estabelecer um protocolo com esse centro, para o dinamizar um pouco</i></p> <p><i>já se arrasta há alguns anos, a ideia de construir um museu virado para a ruralidade. mas um Museu Etnográfico capaz de sustentar algumas especificidades do concelho como sejam a Capeia</i></p>	<p><i>expressar junto das outras comunidades de tauromaquia a nossa manifestação. Por isso fizemos um Congresso em que envolvemos todas as manifestações tauromáquicas nacionais e algumas de Espanha.</i></p>	
5.	<p><i>a Câmara devia ter um gabinete só para isto e não tem, é o diretor do museu que trata. O diretor do museu tem outras coisas a fazer tem que se preocupar com as exposições...</i></p> <p><i>... quando pensa no plano de salvaguarda, pensa naquilo que no plano de salvaguarda pode aproveitar ao museu; os ateliers, os vídeos, os jogos, tudo, o merchandising, seja o que for.</i></p> <p><i>Fizemos estudo das outras candidaturas, de outras candidaturas, para ver que</i></p>	<p><i>estão em fase final de... de receção de... jogos... virtuais... material principalmente para o Museu, jogos virtuais, vídeos, coisas informativas, material para exposições.</i></p> <p><i>o museu continua a fazer muito trabalho de divulgação nas escolas, os ateliers. Tínhamos um atelier já desde o meu tempo que é o "Pequenos oleiros" que continua a funcionar.</i></p>	<p><i>a candidatura também incluía uma sinalética que na altura tinha sido considerada importante para incluir no largo de Bisalhães. Quando as pessoas chegam a Bisalhães ter uma espécie de bandeiras que iam contando a história do barro, em português e inglês, para que as pessoas, quando chegam ali, mesmo que não fossem com ninguém ficassem logo com uma perspetiva do que era a manifestação artesanal.</i></p> <p><i>têm feito um esforço muito grande de marketing, para</i></p>	<p><i>nós fomos bastante mais para a educação, para a formação, para a ideia de fazer os cursos, para que outro tipo de entidades é que podíamos apelar para que nos apoiassem para implementar determinadas medidas e fomos à procura desses apoios</i></p> <p><i>Quem é que dentro daquilo nós achávamos que podiam ser os implementadores dessas medidas, não é? No caso dos cursos de formação, o IEFP, a própria UTAD que aqui há... nos anos 80, 90, teve uns cursos</i></p>

	<p><i>tipo de medidas é que eram preconizadas</i></p> <p><i>Daquilo que tinham sido as indicações dos oleiros, quais eram as medidas que achávamos que podiam ser... Em que área, em cada uma das áreas é que elas se podiam integrar e que outras é que nós achávamos que podiam ser incluídas</i></p> <p><i>a Câmara fez uma candidatura a fundos comunitários para a implementação de parte do plano de salvaguarda, aquela parte que era mais relacionada com a comunicação, com a educação, com a formação</i></p>	<p><i>Por isso, sei que têm feito esse trabalho principalmente na área da educação e da formação.</i></p>	<p><i>mostrar que o barro de Bisalhães é muito importante, às vezes numa forma que eu até considero um bocadinho errada, mas que..., mas ainda assim com boa vontade</i></p> <p><i>Mas têm feito um esforço assim grande para divulgar. Nos programas de televisão e de turismo sei que têm metido sempre o barro, por isso têm incluído o barro como um dos ex-libris de Vila Real</i></p>	<p><i>interessantes e que até comprou maquinaria.</i></p> <p><i>A formação é uma área tramada não é, porque depois depende de muita gente, depende do Ministério e depois os oleiros que podiam dar a formação, não podem dar a formação porque não são formadores, não têm Carta de Artesão</i></p> <p><i>acho que não há um esforço assim muito grande, por exemplo para implementação disto nas escolas, que acho que podia ser feito esse esforço</i></p>
6.	<p><i>Bastou fazer uma análise SWAT, aquela análise SWAT das debilidades e fraquezas e imediatamente entendermos quais seriam as ameaças e as fraquezas do projeto e as oportunidades e os seus pontos fortes e avançamos com base na nossa experiência e com base na conversa com os artesãos, com investigadores amigos e com pessoas que eu dou bastante valor.</i></p> <p><i>E desenhamos o primeiro plano ainda no Inventário Nacional, está lá, que será o primeiro esboço e depois então à UNESCO o que entregamos era algo que apontava para o presente e projetava o futuro.</i></p> <p><i>É a autarquia, o centro de valorização e salvaguarda do boneco de Estremoz e a Direção Regional da Cultura do Alentejo, são os três, as três entidades.</i></p>	<p><i>a obra monográfica era de fato para ficar algo escrito sobre a história sobre o presente e sobre o que entendemos poderia ser o futuro.</i></p> <p><i>a aposta na investigação, aposta na apresentação, na divulgação e aposta na transmissão, são os elementos fundamentais.</i></p> <p><i>Falta apenas fazer um congresso sobre o património imaterial aqui em Estremoz que vamos fazer até ao fim do ano</i></p> <p><i>o centro interpretativo que inauguramos há pouco tempo onde se faz a análise do presente do boneco e dos produtores e projetamos o seu futuro. um espaço aberto</i></p>	<p><i>No plano de salvaguarda apostámos na certificação porque estávamos com receio que uma qualquer fábrica em Xangai começasse a fazer imitações ou pessoas em Bragança, em Faro, em Lisboa, começassem a fazer umas pecinhas e a chamarem-lhe Bonecos de Estremoz.</i></p>	<p><i>um curso que não estava dentro dos planos, mas depois com o CEART fizemos uma formação porque estávamos preocupados com a transmissão.</i></p> <p><i>a aposta nas atividades educativas onde vamos trabalhar às escolas, portanto nas AECs onde continuamos a trabalhar no Museu e agora no Centro Interpretativo onde temos condições excecionais para as desenvolver</i></p>

7.	<p><i>agora sobre o plano de salvaguarda não sei. Não sei exatamente porque não era assim nada de muito relevante atendendo ao dinamismo que tem porque não, enfim não está de todo em risco de desaparecer.</i></p>	<p><i>O trabalho de levantamento e recuperação de registos fotográficos e sonoros (...)</i></p> <p><i>Existem pelo menos dois volumes editados pela Direção Regional da cultura, anos 80 e talvez 90 (...) de uma recolha, a compilação dos enredos das danças de Carnaval e também alguns ficheiros áudio do Rádio Clube de Angra que já existiam, portanto, e a ideia era pegar no que existia e dar continuidade para as coisas não se perderem</i></p> <p><i>existia o Museu do Carnaval Hélio Costa (o Hélio Costa é uma pessoa que escreve os enredos há muitos e muitos anos) e fica numa freguesia que tem uma grande tradição de danças de Carnaval.</i></p>		
8.	<p><i>As mesmas workshops que envolviam não só a obtenção de conhecimento de, do que é que era, o que já se conhecia e o que é que podia ser feito, como é que se podia desenvolver a investigação.</i></p> <p><i>Uma das workshops que nós promovemos era este objetivo fundamental - definir um plano de salvaguarda</i></p> <p><i>a interação nessa altura já estavam as coisas mais avançadas no terreno e já podia haver outro tipo de diálogo com aqueles que se tornaram os nossos interlocutores quanto à definição de programas de salvaguarda, coisas que pudessem ser do interesse de também das próprias comunidades.</i></p> <p><i>Portanto a definição de um programa de salvaguarda teve esta, teve estes caminhos. Por um lado, as nossas ideias por assim dizer e por outro o contacto, através destes workshops, com um conjunto de</i></p>			

<i>interlocutores mais institucionais (...) ou com outros especialistas e depois com as comunidades e claro com o promotor evidentemente, que tinha de se comprometer com o plano,</i>			
--	--	--	--

**LEGENDA DA TABELA:** 1. Festividade Cíclica; 2. Atividade Transformadora; 3. Conceção e Prática-Mágico Religiosa; 4. Ritual Coletivo; 5. Manifestação Artística e Correlacionada S.U.; 6. Manifestação Artística e Correlacionada; 7. Manifestação Teatral e Performativa; 8. Pesca e Aquicultura.

Fonte: Produzido a partir da informação própria, recolhida em contexto de entrevistas realizadas para este projeto de investigação.

A tabela 7 resume a dimensão de análise da perceção da comunidade sobre os processos de inventário em três categorias, a das ideias de valor atribuído às práticas culturais, a perceção decorrente da informação noticiada sobre outros processos de inventário e principalmente sobre as candidaturas internacionais à UNESCO; e o histórico de tentativas prévias de obtenção de outros processos de reconhecimento formal e público. Por exemplo, o fato de existir processos prévios sem concretização dos resultados esperados, ou noutros casos, conhecimento sobre processos de candidatura complexos que reuniram apoios institucionais relevantes e grandes investimentos económicos, tem um impacto negativo sobre o valor atribuído à possibilidade de reconhecimento das práticas, gerando desconfiança do processo em fases iniciais.

**Tabela 7 - Perspetivas sobre a perceção da comunidade em relação ao inventário**

PERCEÇÃO DA COMUNIDADE			
	VALOR DA MANIFESTAÇÃO	COMUNICAÇÃO SOCIAL	PROCESSOS PRÉVIOS
1.	<i>Sabiam perfeitamente... Não sabiam do ponto de vista legal, talvez, mas sabiam...  As pessoas estavam interessadas. Independentemente da classificação ou não  É evidente que ser do lugar e aquilo sair em Diário da República, porque depois tem este processo formal, é sempre entusiasmante para as pessoas, sobretudo para estas comunidades bastante envelhecidas e, portanto, as pessoas estavam contentes com isso</i>	<i>as pessoas já estavam embarcadas nessa do Guinness e de terem estado lá televisões a filmar e isso tudo</i>	<i>a junta, quando teve, além deste senhor, um funcionário relativamente jovem, para aí uns cinco anos antes ou assim, tinha tentado candidatar esta festa ao Guinness</i>
2.		<i>ouviam falar noutros</i>	

	<p><i>houve ali uma vontade de ainda mostrar mais aquilo que é genuíno, que é ancestral quando pensei neste levantamento, neste património, eu não encontrei obstáculos, pelo contrário. Houve aqui até um Faz! Acho muito bem, o que precisares, nós ajudamos!...</i></p>	<p><i>processos e achavam eles que era assim uma candidatura internacional eles não viam como uma inscrição no inventário nacional, mas já como uma candidatura a algo assim internacional</i></p>	
3.	<p><i>Eu acho que as pessoas não entenderam o que era o inventário.</i></p> <p><i>Eu acho que não tinham perceção... e como não tinham perceção não esperavam nada</i></p> <p><i>Eu próprio também não esperei nada do inventário.</i></p>		
4.	<p><i>A partir do momento em que se tomou esta iniciativa de valorizar a capeia e dar-lhe um reconhecimento, as comunidades sentiram-no, como, de fato, as vivências das nossas manifestações culturais merece algum reparo e algum reconhecimento pela comunidade nacional, pela comunidade cultural de que isto não é uma cambada de pessoas que vivenciam esta tradição, sentem-na identitária e que lhes dá sentido de pertença, mas que vai além disso, que os outros a reconhecem como uma manifestação cultural que é passível de ser valorizada e ser reconhecida pelo menos nacionalmente.</i></p> <p><i>afinal esta nossa expressão da cultura tem algum reconhecimento na comunidade não somos só nós que a praticamos também há um olhar atento dos entre aspas eruditos ou de quem tem um olhar mais académico sobre isto de reconhecer e de a validar.</i></p>		
5.	<p><i>Tenho ideia que eles acharam sempre... à exceção do mais novo e com mais estudos e.... talvez o mais esclarecido, não é? Todos os outros acham que isto é uma coisa lá dos doutores e que não interessa tanto para eles e o que eles esperavam é que aquilo acabasse por dar para eles poderem vender um bocadinho mais e... (...) Em relação à correspondência para essas expectativas, eu acho que isto ultrapassou. Eles tiveram muito mais procura.</i></p> <p><i>Eles achavam que deviam ter acesso ao barro de borla, achavam que deviam ter acesso às casinhas de borla e têm. Os postos de venda não os pagam, por exemplo. É que aquilo sendo uma atividade económica, que gera riqueza, apesar de ser na base das artes tradicionais, eles têm que ser responsáveis por algumas das despesas também. Mas nesse sentido, as expectativas deles acabaram por sair defraudadas não é</i></p> <p><i>Nalguns casos com razão, noutros não, pronto. Mas tem a ver com as expectativas deles e não com aquilo que nós lhes podíamos realmente dar, não é?</i></p>		
6.	<p><i>Tinham interesse, mas tinham descrença, ou seja, não acreditavam que conseguíssemos, porque era muito difícil e na altura só estava o fado e o cante. Era muito difícil e envolvia muito dinheiro envolvia muita gente a trabalhar etc. etc.</i></p> <p><i>não acreditavam em virtude dos custos do projeto e</i></p>		

	<p><i>da dificuldade que o mesmo apresentava.</i></p> <p><i>depois porque estão habituados aqui é o seu cantinho e não valorizavam, não conheciam de facto a mais-valia do seu trabalho e não entendiam como era algo de único e que poderia ter um reconhecimento universal.</i></p> <p><i>não havia esta ideia que a sua técnica que eles utilizavam e a estética do boneco que era algo de novo, de, que seria relevante para a comunidade internacional fazer um reconhecimento dessa mesma mais valia</i></p> <p><i>Vou-lhe dar aqui um pequeno exemplo que é um pequeno grande exemplo: em bairros novos começamos, portanto, a colocar na toponímia os nomes dos grandes mestres. (...) Isso para eles foi um grande motivo de orgulho e para os próprios jovens foi importante porquê? Para eles verem que não é uma arte dos pobrezinhos, uma arte de quem não sabe fazer nada, que é uma arte que é reconhecida pela comunidade, é valorizada em termos sociais também pela comunidade e que podem vir trabalhar</i></p>	
7.	<p><i>a primeira abordagem era exatamente a contextualizar o porquê deste trabalho?</i></p> <p><i>Creio que... aqui não vou dizer que sabiam o que era o Matriz PCI nem que havia uma... Quer dizer algumas pessoas eventualmente sim porque há uma adaptação da lei, da lei nacional para a região e também havia ou há o inventário regional</i></p> <p><i>portanto, havia sempre uma breve, uma breve contextualização.</i></p> <p><i>As pessoas então ficavam a saber o que é que se estava a tratar e qual era o objetivo. E realmente foi depois muito, foi muito valorizado e sentido, diria pelas pessoas que fazem parte desta ou que tornam viva esta manifestação</i></p> <p><i>ouve um sentimento de, de reconhecimento sim e claro de contentamento e felicidade por as danças estão no Inventário Nacional.</i></p> <p><i>as pessoas que participam nesta manifestação e que fazem com que ela cresça cada vez mais, ficaram satisfeitíssimas com o facto deste reconhecimento</i></p>	
8.	<p><i>havia expectativas muito fortes, como disse, goradas!</i></p> <p><i>esperavam que lhes dessem mais atenção às comunidades de pescadores que subsistem ali no Tejo. Esperavam que, como todas as pessoas esperam, que as suas condições de vida melhorem que lhes deem mais atenção, que... (...)</i></p> <p><i>...e esperam também que aquilo que são tradições, que são memórias deles e que são suas práticas e quotidianos, que sejam valorizados, que sejam olhados e que sejam respeitados e alguns deles que não sejam, que se deixem morrer porque o processo de transformação destes saberes sobre a construção da bateira avieira estão sujeitos, (...) ao risco de uma transformação radical porque muitos daqueles que poderiam assumir esses saberes vão seguir caminhos</i></p>	<p><i>nós não éramos os primeiros a aparecer com este objetivo e, portanto, esse foi o primeiro, primeiro desafio, foi procurar estabelecer bem quais eram os nossos parâmetros de trabalho que não eram equivalentes a anteriores parâmetros de trabalho de outros, anteriores</i></p>

<i>noutro lado deixam de praticar a pesca ou deixam de usar, de construir os barcos à maneira tradicional</i>		
---	--	--

**LEGENDA DA TABELA:** 1. Festividade Cíclica; 2. Atividade Transformadora; 3. Conceção e Prática-Mágico Religiosa; 4. Ritual Coletivo; 5. Manifestação Artística e Correlacionada S.U.; 6. Manifestação Artística e Correlacionada; 7. Manifestação Teatral e Performativa; 8. Pesca e Aquicultura.

Fonte: Produzido a partir da informação própria, recolhida em contexto de entrevistas realizadas para este projeto de investigação.

De forma global, parece por outro lado, sobressair a colaboração da comunidade ao longo de várias fases de desenvolvimento do processo de inventário, e uma melhoria do valor atribuído à manifestação cultural na conclusão do processo.

Sobre este envolvimento da comunidade traça-se um retrato da sua participação a partir da descrição dada pelos entrevistados e que se distribui essencialmente em duas fases: - a do estudo sobre a manifestação e preparação do processo de inventário em que, por inerência da metodologia de inventário, se recorre à entrevista, à gravação de áudios e vídeos, à recolha de documentação histórica, que pode também ter origem em arquivos particulares (por exemplo, fotografias de família, cartas, etc.) e observação dos modos como se processam as práticas culturais, implica um envolvimento da comunidade no processo; - e a que está relacionada com as medidas de salvaguarda, que pode implicar o envolvimento da comunidade tanto na fase do seu planeamento ( de forma direta através do questionamento às comunidades sobre o que consideram ser medidas necessárias à promoção da continuidade das suas práticas, ou indireta registando ao longo da fase de estudo observações sobre essas necessidades), quanto na sua fase da sua implementação ( no caso da realização de visitas guiadas em que participam dando o seu testemunho sobre a sua experiência com aquela manifestação, ou são formadores em oficinas mais ou menos formais, com carácter educativo ou até mesmo de ensino de competências).

**Tabela 8 - Caracterização da participação da comunidade nos processos de inventário**

ENVOLVIMENTO DA COMUNIDADE			
	FASE DE ESTUDO/PREPARAÇÃO	MEDIDAS DE SALVAGUARDA	
		PLANEAMENTO	IMPLEMENTAÇÃO
1.	<p><i>nós também trabalhamos muito com as pessoas</i></p> <p><i>em particular com um senhor que tinha sido, durante muitos anos, presidente da região de turismo de Entre-os-Rios e que era de lá e do Porto e tinha já muita documentação reunida</i></p> <p><i>andava sobretudo acompanhada por esse senhor que era de lá e que era muito conhecido lá, portanto entrávamos em todas as casas e falávamos com toda a gente sem a formalidade da entrevista</i></p> <p><i>o que interessava era a comunidade, que é um lugar muito compacto junto do rio, nesse lugar toda a gente colaborou, tudo o que pedimos e havia, tivemos</i></p>		
2.	<p><i>a comunidade esteve sempre presente. Esteve sempre presente porque, basta pensar, eu no fundo enquanto elemento da comunidade que sabe fazer palitos e conhece todo o processo. Depois a minha mãe enquanto paliteira, a minha avó enquanto embaladora de palitos, o meu pai, que também era de Lorvão, na altura ainda era vivo, como detentor de todo aquele conhecimento e uma série de familiares; o marido da minha madrinha, a minha madrinha, pronto. Tudo pessoas ligadas às várias fases da produção de palitos.</i></p> <p><i>Depois há também uma pessoa que recordo com muita saudade... que foi a Dona Maria Fonseca e que infelizmente nos deixou há um ano e a Dona Maria era uma enciclopédia, possuía um manancial de conhecimento único</i></p>		<p><i>continuamos a ter em Lorvão, grandes detentores deste saber e nada melhor do que eles para fazerem depois a visita guiada a este espaço, dando o seu testemunho e permitindo até a outros membros da comunidade adquirirem ainda mais conhecimento.</i></p>
3.	<p><i>Não me lembro de nenhuma entrevista coletiva, foram todas feitas individualmente e... e explicava-se... e no início explicava-se o que se pretendia.</i></p> <p><i>A única coisa que houve, eventualmente, foi... Com os Homens do Andor são um grupo muito fechado, muito restrito, houve uma primeira reunião entre a doutora Dália Paulo, a Vanessa, eu e o cabo dos homens do Andor, a perguntar, a pedir autorização..</i></p> <p><i>Foi um mero formalismo, mas pedimos autorização para que eles pudessem ser entrevistados um a um, pronto.</i></p>	<p><i>O que houve (...) foi uma sensibilização nas escolas. Há aqui uma escola primária (...) que é a Escola Mãe Soberana, (...) E aí é que houve realmente, houve uma sensibilização.</i></p> <p><i>Um homem do andor foi falar com as crianças, um músico da Filarmónica de Loulé, Artistas de Minerva, foi falar com as crianças, a Vanessa foi falar com as crianças. Elas depois fizeram vários trabalhos de desenho e trabalhos de colagem e etc. Trabalhos manuais e foi feita uma exposição com esses trabalhos. Houve essa sensibilização na escola primária.</i></p>	
4.	<p><i>As comunidades sempre estiveram envolvidas e sempre souberam o que se estava a passar, até porque era essa a vontade deles. As necessidades que as comunidades sentiam era: Haja alguém que pegue nisto, que faça a leitura e construa uma narrativa de modo que se possa proceder à inventariação.</i></p> <p><i>O envolvimento foi muito informal.</i></p> <p><i>Houve uma outra situação mais formal, de sondar se alguém tinha alguma coisa a dizer e também no processo de consulta pública, se alguém da comunidade queria dizer alguma coisa</i></p>		



	<i>sobre, alguma coisa que achasse que estava ou incorreto ou algum acrescento a fazer</i>		
5.	<p><i>Quando fizemos a candidatura para o nacional fizemos uma reunião com os oleiros todos em que dissemos qual era a nossa intenção e perguntamos se eles concordavam ou não</i></p> <p><i>depois foi no trabalho de campo, sempre que era preciso irmos lá, fazer o inventário duma peça, perceber para que é que alguma coisa servia, como é que se chamava uma pecinha</i></p>	<i>e que gostávamos de saber da parte deles o que é que achavam que era preciso para que a manifestação se mantivesse</i>	
6.	<p><i>antes de iniciar o processo conversei com todos (...) porque, vamos ver, eu não ia fazer um projeto destes de cima para baixo. Tinham que ser os detentores do elemento a demonstrar interesse. (...) Eu disse que não avançava sem o interesse deles. Com o interesse deles, com o envolvimento, avançámos.</i></p> <p><i>Primeiro fizemos o levantamento de todo o processo produtivo sempre acompanhado por eles com fotografias eu escrevi textos fizemos pequenos inquéritos também para testarmos a genealogia, com quem é que aprenderam.</i></p> <p><i>E à medida que o projeto ia avançando íamos pedindo informações a cada um deles, eu sabia quais eram as mais valias e as informações que eles podiam dar.</i></p> <p><i>Muito importante foi a dona Maria Luísa da Conceição que era a mais antiga a trabalhar. Descendente em linha direta dos alfacinhas que ajudaram a recuperar a arte e ela foi um elemento absolutamente vital e que infelizmente faleceu</i></p>		
7.	<p><i>os responsáveis por cada um dos grupos foram todos muito recetivos. Dos 60, acho que eram 60 e poucos grupos, só houve um que não se conseguiu agendar</i></p> <p><i>realmente as pessoas foram sempre muito colaborativas, muito colaborativas e disponíveis.</i></p>		
8.	<p><i>Fizemos umas workshops (...) inicialmente para auscultar para discutir com vários conhecedores locais regionais por aí fora quais seriam as formas de trabalhar este assunto.</i></p> <p><i>Foi através dessa linha de trabalho exploratória em complemento aos workshops e ao diálogo com os stakeholders, com os experts locais no assunto (locais e nacionais) que fomos isolando o caso das Caneiras junto a Santarém e um dos poucos na altura praticantes e conhecedores da arte de construção da bateira avieira e pescador também ele próprio e a sua família, tornamos isso o nosso foco etnográfico principal para poder construir uma candidatura sólida do ponto de vista etnográfico.</i></p> <p><i>Não poderíamos avançar, tanto mais que vínhamos de fora, sem tomar conhecimento quer do que já existia feito e de quem eram agentes envolvidos duma forma ou de outra com o conhecimento destas comunidades</i></p> <p><i>(...) de pescadores e os pescadores deveriam ser os primeiros beneficiários deste tipo de iniciativas. Eles são, enfim aqueles que deviam estar à cabeça, no centro dos nossos interesses e dos benefícios a retirar deste tipo de processos.</i></p>		

**LEGENDA DA TABELA:** 1. Festividade Cíclica; 2. Atividade Transformadora; 3. Conceção e Prática-Mágico Religiosa; 4. Ritual Coletivo; 5. Manifestação Artística e Correlacionada S.U.; 6. Manifestação Artística e Correlacionada; 7. Manifestação Teatral e Performativa; 8. Pesca e Aquicultura.

Fonte: Produzido a partir da informação própria, recolhida em contexto de entrevistas realizadas para este projeto de investigação.

Da análise da dimensão dos resultados que os entrevistados referem relativamente aos processos de inventariação, destacam-se três categorias, o aumento do valor económico proporcionado pela visibilidade ganha com os processos, um impacto, como já vimos na perceção da comunidade sobre a sua manifestação cultural, revelando-se importante para o reconhecimento de atividades percebidas por vezes como de pouco valor cultural e sobretudo social (ainda que às vezes tivessem uma considerável importância económica) e finalmente o proporcionar de um conhecimento novo sobre as manifestações culturais, cujos estudos de carácter científico permitem compreender e interpretar os seus contextos histórico sociais de evolução por exemplo, constituindo um conhecimento que fortalece também a comunidade.

**Tabela 9 - Caracterização dos resultados de concretização dos processos de inventário**

RESULTADOS DA INVENTARIAÇÃO			
	AUMENTO DE VALOR ECONÓMICO	IMPACTO NA MANIFESTAÇÃO/COMUNIDADE	NOVO CONHECIMENTO
1.		<i>tanto quanto sei como funcionava antes, com uma dimensão razoável e com os visitantes que sempre teve.</i>	<i>com estes materiais todos eles puderam por exemplo, definir o feriado da freguesia, porque não sabiam quando é que ela tinha sido criada e outras coisas mais, portanto não tinham datas, não tinham documentação para isso</i>  <i>reunir todos os argumentos, a explicação de porque é que aquilo se faz assim, daquela forma um pouco estranha e depois a comunidade continua a fazer conforme quer</i>  <i>na situação daquele aglomerado e a história daquele lugar no concelho era, tinha que ser devidamente tratada até para a câmara estar informada também das potencialidades que tem o</i>

			<i>concelho, porque muitas vezes não estão, não é?</i>
2.	<p>Vive exclusivamente dos palitos e dos artefactos que depois ela foi construindo ligados à manufatura dos palitos (...)</p> <p>Para lhe dizer também que, todos os produtos de flor, que são hoje produzidos, entram automaticamente no mercado e não há... Há mais procura do que oferta!</p>	<p><i>há uma maior sensibilidade agora, porque inicialmente via-se como aquela atividade, a manufatura dos palitos como, aquela questão de os palitos funcionavam como moeda de troca para os mais pobres. (...) E a partir daquele processo de inventariação, a manufatura dos palitos é vista como algo genuíno, como a nossa memória, como um ofício tradicional e que nós devemos preservar.</i></p>	<p><i>os resultados práticos foi uma identificação clara de onde e quem é que ainda faz palitos e não só</i></p>
3.		<p><i>O que foi importante do inventário, não foi a Mãe Soberana estar patrimonializada ou fazer parte do inventário, foi a sensibilidade para os poderes municipais, investirem dinheiro no estudo científico da festa, isso é que foi importante!</i></p> <p><i>penso que o inventário, foi importante na abertura da Câmara, ou seja, ao alocar fundos, porque estes trabalhos de que estamos a falar foram todos pagos, eu penso que isso foi o mais importante. Penso que isso foi a mais valia</i></p> <p><i>Na realização da festa? Não mudou nada...</i></p> <p><i>Para mim o que mudou foi a sensibilidade deles, de olharem para a festa e de perceberem: é pá! isto é uma festa única a nível nacional, com características únicas a nível nacional e realmente pouco se sabe da festa</i></p>	<p><i>Portanto vamos investir nisso, vamos estudar a festa, vamos contratar pessoas, vamos contratar pessoas para a festa ser estudada do ponto de vista científico e depois que essas conclusões possam ser publicadas.</i></p>
4.		<p><i>Houve duas que abandonaram em 2007 ou 2008, (...) e que depois face ao registo no inventário nacional, da capeia e apesar de as duas terem sido excluídas porque não era uma prática ativa, que era condição do registo, - elas agarraram-se novamente à tradição e neste momento no processo de revisão que fizemos já englobamos essas duas freguesias que tinham perdido um bocado da prática mas que a retomaram exatamente porque viram o reconhecimento das outras e também quiseram integrar esse processo.</i></p> <p><i>A autoestima das comunidades ficou valorizada e sentem-se bem por haver esse reconhecimento. Se não tivesse havido esse reconhecimento provavelmente, podiam algumas comunidades mais pequenas já terem acabado com a prática</i></p>	
5.	<p>eles passaram a vender muito mais.</p>	<p><i>entretanto um deles morreu, os outros estão cada vez mais velhos e têm avc's e não sei quê e praticamente deixaram todos de trabalhar, os mais velhos mas... Mas temos os mais novos</i></p> <p><i>Porque antes aquilo que era mal visto agora já não é, não é, e então ele começou a fazer e os pais ajudam a picar o barro, ajudam a decorar, a mulher também começou a achar piada e não sei quê? E eles agora já trabalham com afinco.</i></p> <p><i>nos próximos 30 ou 40 anos temos oleiros.</i></p>	

		<p><i>Temos dois, não temos 5, não temos 50, mas há 10 anos a perspectiva era de não termos nenhum</i></p> <p><i>mas espero que, dos milhares de miúdos que passaram pelos ateliers do museu enquanto eu lá estive e que continuam agora. Espero que daqueles milhares, uma centena que seja de Bisalhães dê seis ou sete miúdos que daqui uns tempos se lembrem que o barro é fixe e que algumas das medidas do plano de salvaguarda realmente resultem</i></p>	
6.	<p>maiores vendas, aumento quase de 100% do custo de certas peças.</p> <p>Quando foi a inscrição começou a fazer bonecos e neste momento largou o emprego de 30 anos, abriu uma oficina e já tem uma pessoa a trabalhar com ele e vive do boneco. Portanto, ele resume o quê? O reconhecimento, a valorização, o aumento de preços, a transmissão que ele próprio neste momento está a transmitir depois de lhe ter sido transmitido a ele.</p>	<p><i>Praticamente todos eles têm alguém a trabalhar com eles o que é fantástico. Mas esse curso permitiu que tenhamos hoje mais um conjunto de barristas que asseguram a vitalidade a inovação e a continuidade desta arte.</i></p> <p><i>Com o inventário nacional o que mudou foi a visibilidade e tornamos este património mais visível mais próximo das pessoas</i></p> <p><i>sta questão, quer a visibilidade, quer o reconhecimento da parte dos, dos produtores da mais valia desta tradição um reconhecimento universal</i></p> <p><i>Penso eu que está salvaguardada durante pelo menos cem anos!</i></p>	
7.	<p>Uma satisfação por parte daqueles que participam porque há um apoio da Direção Regional da Cultura mas os grupos têm que se candidatar portanto não é... As câmaras municipais também apoiam</p>	<p><i>acho que há um sentimento de reconhecimento por parte daqueles que estão envolvidos em todo o processo seja em qual fase do processo</i></p> <p><i>portanto acaba por ficar não as dificuldades mas realmente aquilo que se fez e o facto de ter de ter chegado a bom porto</i></p> <p>Cada vez mais vemos então, as camadas mais jovens a querer aprender um instrumento para sair numa dança de carnaval e pessoas também a querer participar na parte do teatro.</p>	
8.		<p><i>ouve alguma expectativa e contentamento quando, quando as coisas resultaram na aprovação na inscrição no inventário, isso... estou certo que sim. Mas como digo nós não não continuamos. (...) Portanto para além daquele período em que nós estivemos envolvidos, não houve seguimento</i></p>	

**LEGENDA DA TABELA:** 1. Festividade Cíclica; 2. Atividade Transformadora; 3. Conceção e Prática-Mágico Religiosa; 4. Ritual Coletivo; 5. Manifestação Artística e Correlacionada S.U.; 6. Manifestação Artística e Correlacionada; 7. Manifestação Teatral e Performativa; 8. Pesca e Aquicultura.

Fonte: Produzido a partir da informação própria, recolhida em contexto de entrevistas realizadas para este projeto de investigação.

## **Considerações Finais para uma Sociologia do Património**

Face aos objetivos propostos para a realização deste projeto de tese de mestrado, pode concluir-se dos resultados apresentados que é possível traçar hoje, após 10 anos de implementação do Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial (instrumento que decorre da ratificação por Portugal da Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial da UNESCO em 2003 e do Regime Jurídico do Património Cultural Imaterial estabelecido pelo Decreto-Lei 139/2009), um retrato da sua caracterização que se destaca, pela evidente predominância de processos de inventário no domínio das Práticas Sociais, Rituais e Eventos Festivos e na categoria das Festividades Cíclicas; secundadas pelas manifestações inscritas no domínio dos Conhecimentos tradicionais e na categoria das Manifestações artísticas e correlacionadas.

Surge também como aspeto caracterizador a predominância das autarquias locais, principalmente os municípios que no conjunto dos 103 processos de inventariação submetidos na Plataforma, no período em análise, são promotores de 46 pedidos de inventariação.

Da análise cronológica da evolução do INPCI, destacam-se três períodos, um período inicial de ausência ou poucas submissões (2011-2013) e um período de maior dinâmica entre (2014-2016) de um aumento gradual de submissões acompanhadas por um número inferior mas significativo de inscrições, considerando-se este período assim período de fluidez da fase de implementação do INPCI que é também proporcionada pela realização de cursos de inventário e de um funcionamento ausente de problemas técnicos da plataforma. O período seguinte (2017-2019) será o menos produtivo para o INPCI, o volume de submissões reduz, chegando mesmo a ser inviabilizado pelos problemas técnicos da plataforma, que é alvo de uma pequena atualização em 2018. A partir de 2019 é retomado o fluxo de submissões, não existindo, no entanto, por parte da entidade competente naquele ano qualquer análise de processos de inventariação. Em 2020, a DGPC retoma, com a constituição de uma nova equipa dedicada ao imaterial, a avaliação dos processos dentro dos prazos legais previstos. Da análise do estado atual dos 103 processos destaca-se uma frequente situação de “Pedido de Aperfeiçoamento”

solicitada pela DGPC nestas análises, a partir de 2020, do que se depreende que muitos destes processos poderão estar a seguir modelos de inventariação que não concorrem para o grau de exigência-técnico científico que como podemos ver ao longo deste trabalho caracteriza o procedimento. Este pode já constituir-se como um parâmetro a estudar num trabalho de caracterização mais alargado do que o que aqui se apresenta.

Contribuem e complementam esta caracterização global inicial os resultados de análise de respostas obtidas através de oito entrevistas a responsáveis de processos de inventariação inscritos no INPCI (dois dos quais de Salvaguarda Urgente e dos quais com candidaturas posteriores à UNESCO).

Das reflexões sobre o procedimento de inventário importa concluir, em resumo das motivações que os originam, que são referidas pelos entrevistados e se podem também inferir através da análise das propostas submetidas no MatrizPCI, sobretudo as questões relacionadas com uma eventual politização dos mesmos. Uma questão que é visível se, acedendo à documentação disponibilizada com os processos mais recentemente submetidos na plataforma, verificarmos que muitos estão a adotar um modelo de construção do inventário que inclui declarações de apoio, na linha do que é preconizado para elaboração de candidaturas UNESCO, mas que tem, neste caso, como razão a obtenção do consentimento informado e o apoio à candidatura internacional por parte dos seus próprios praticantes e/ou de entidades que os representem e não de outro tipo de entidades cuja participação nestes processos é livre mas parece servir um propósito desfasado dos projetos de inventariação. Este problema atual, é resumido no testemunho do Entrevistado 4 *«O inventário é apenas o reconhecimento que o Estado português faz face às comunidades que acham que a sua manifestação cultural, a sua expressão de cultura imaterial foi estudada, foi analisada e merece o reconhecimento nacional. É só isso que deve ser feito. Se entramos com declarações estamos a politizar uma área que devia ser do foro mais académico, mais das comunidades. Até porque pode haver comunidades que não tenham capacidade de construção de uma narrativa tão académica e ficariam fragilizadas num concurso em que aparecem muitos, [com] muitas cartas de apoio e outros que estão entre aspas mais iluminadas que essas comunidades...»*

Nesta lógica, parece necessário, na conclusão das observações que se puderam recolher através deste breve estudo, considerar que, tendo o património cultural imaterial uma qualidade dinâmica, muita da documentação produzida, constitui também o limite da proteção e da salvaguarda, como é também muitas vezes referido por Costa ( 2013; 2014; 2019). Aqui, a qualidade da documentação produzida pode também ser a garantia de no futuro, podermos ter acesso a um registo materialmente criado que, seja o mais exaustivo possível e com essa condição “preserve” o maior número de características identificadas como associadas aquela prática cultural. Para esta mesma premissa, remete o entrevistado especialista ao dizer que *«as tradições estão sempre a ser extintas estão sempre a acabar. Estão sempre a ser elaboradas e a resultar noutras noutras fórmulas de vivência em comunidade que vão dar origem a outras tradições a cada. As tradições não são algo imutável mas a verdade é que aquilo que nós reconhecemos como tradições locais, como a circunscrição clássica do património imaterial da etnografia portuguesa a nível nacional muitas das coisas mudaram. E não é a patrimonialização, não é a inscrição no inventário que vai fazer mudar (...) portanto essa documentação. Esse registo, é fundamental que seja feito porque está sempre a mudar não é como uma igreja que nós voltamos lá dali a dez anos e ela está praticamente na mesma, no caso de uma festa olhamos e as coisas estão sempre sempre sempre a mudar»*.

Por outro lado, é importante refletir sobre as questões relacionadas com a exaustividade dos processos e a sua complexidade que embora necessária e benéfica tal como se pode considerar pela obtenção de documentação qualitativa e que permite essa preservação de um registo de dado momento histórico do património imaterial, pode acrescentar-se que muitos entrevistados sugeriram a criação de um nível intermédio e prévio ao inventário, como refere por exemplo, o Entrevistado 6 *«Acho que vale a pena simplificar talvez arranjar um primeiro inventário nem chamar inventário talvez de levantamento e então numa segunda fase avançamos com um processo mais exaustivo.»*

Finalmente, conclui-se este retrato caracterizador com uma recolha de observações que permitem resumir possíveis indicadores do impacto e dos resultados dos processos de inventariação nas comunidades. Aspetos relacionados com o envolvimento das comunidades nos processos de inventário, com a sua percepção sobre os processos e as

percepções de valor atribuídas às suas próprias práticas culturais antes e depois dos procedimentos, e quais as medidas de salvaguarda que parecem ser privilegiadas nestes processos de inventariação.

Em relação a à salvaguarda e a todo o processo de inventário, conclui-se que, o inventário é um procedimento de salvaguarda em si mesmo, e que as medidas de salvaguarda têm maior ou menor importância consoante, ou maior ou menor aplicabilidade consoante o grau de compromisso da entidade promotora. Nota-se que, se estabelece ainda uma relação predominante com o trabalho feito nos museus e a tentativa de estabelecer um papel também ativo dos Museus como contribuinte fundamental para a implementação de medidas de salvaguarda quer no âmbito do desenvolvimento de estudos sobre a festa, quer no âmbito da criação de conteúdos expositivos, quer ainda na da promoção da transmissão da manifestação através de oficinas que envolvem os seus praticantes.

É aliás nesta área da gestão do património imaterial que mais tem sido desenvolvidos estudos e aproximações à definição de orientações para os museus como entidades importantes neste campo (Carvalho, 2020).

Têm sido, no entanto, poucos os reflexos em estudos científicos, que contraponham as temáticas de debate que a legislação através da Convenção e do Regime Jurídico provocou na sequência das suas publicações e que se revisitaram no capítulo das problemáticas do PCI na literatura, em particular a questão do impacto nas comunidades ou dos contributos para o desenvolvimento local. A este respeito retoma-se as observações dadas pela entrevista ao especialista na área do PCI que refere *«acho que nós não temos isto ainda bem medido. E acho que nalguns casos em que poderia ter sido feito a nível das produções artesanais, por exemplo, de haver uma maior valorização dessas produções artesanais. Também falta fazer esse trabalho de avaliação, se de facto houve um maior desenvolvimento. Eu julgo que ainda não, nalguns casos pelo menos daqueles que deviam ser mais urgentes.»*

Neste sentido, espera-se com este trabalho destacar o papel da sociologia e dos sociólogos para o desenvolvimento futuro de trabalhos deste âmbito, de avaliação, de



medição, de diagnóstico do impacto e do desenvolvimento local, no sentido de contribuir também para aquilo que neste trabalho brevemente se referiu também durante a revisão da literatura como o âmbito de uma Sociologia do Património.

Espera-se ainda que o carácter exploratório da análise de conteúdo proposta possa também contribuir para a construção de indicadores que operacionalizem um eventual sistema de caracterização sistemática da evolução da implementação do INPCI.

Finalmente, das problemáticas debatidas ao longo deste trabalho relacionadas com as dinâmicas de implementação do INPCI, destaca-se uma virtualidade, que não é de ignorar e que é enfatizada pelo entrevistado especialista *«Parece-me que ao nível do desenvolvimento de uma perspectiva mais alargada é a questão também de haver uma promoção do conhecimento do que é a realidade do país hoje. Porque a verdade é que, e esta para mim é a maior virtualidade deste campo de atuação patrimonial que a UNESCO abriu em 2003, é que veio trazer visibilidade ao campo da cultura popular que não tinha visibilidade nenhuma, de um ponto de vista qualificado, ou seja, do ponto de vista da produção do conhecimento científico.»* Há pois um relevante campo de desenvolvimento do conhecimento sobre as manifestações culturais e concretamente de atualização do que é o retrato etnográfico do país que necessariamente deve enquadrar os contextos da contemporaneidade, preponderantes para a compreensão da permanência de determinadas práticas e da sua interação com as alterações sociodemográficas do país, um espaço de trabalho fundamental também para a disciplina sociológica.

## Referências Bibliográficas

APPADURAI, Arjun, (1996), "The Production of Locality" in *Modernity at Large. The Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis, University of Minnesota Press, 178-199.

BOUCHENAKI, Mounir; KURIN, Richard (Coords.), (1999), *Proceedings of the Conference "Safeguarding Traditional Cultures: A Global Assessment of the 1989 UNESCO Recommendation on the Safeguarding of Traditional Culture and Folklore"*, Washington, D.C., UNESCO; Smithsonian Institution

BORTOLOTTI, Chiara, (2011), "A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial na implementação da Convenção da UNESCO de 2003", in *Revista Memória em Rede, Pelotas*, v.2, n.4, dez.2010 / mar. 2011. pp. 6-17.

CABRAL, Clara Bertrand, (2009), "«A Convenção da UNESCO: inventários e salvaguarda" in *Atas do Colóquio Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades/coord. Paulo Ferreira da Costa. - Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação; Softlimits. Pp. 125-139*

CARVALHO, Ana. (2011). "Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Algumas Considerações." In *Ensaios e Práticas em Museologia*, edited by Alice Semedo and Patricia Costa, 73–100. Porto: Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10174/8965>

\_\_\_\_\_, Ana. (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial: Estratégias para o Desenvolvimento de Boas Práticas*. Vol. 28, Biblioteca – Estudos & Colóquios. Lisboa: Edições Colibri, CIDEHUS-Universidade de Évora. <http://pcimuseus.wordpress.com>

\_\_\_\_\_, Ana, and Filipe Themudo Barata, eds. (2008). *Le Patrimoine Culturel Immatériel et le role d'Institutions Publiques dans l'Implementation d'Inventaires: Actes du Séminaire International, Université d'Évora, 22 Juin 2007*. Évora: CIDEHUS-Universidade de Évora. <http://hdl.handle.net/10174/14678>

COSTA, Paulo Ferreira da, (2014), "Património Imaterial: organizações e conceitos", Revista Património, n.º 2, Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 176-179.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2013), "Património Imaterial: entre as comunidades e as organizações", Revista Património, n.º 1 (Nov. 2013), Lisboa, Direção-Geral do Património Cultural, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, pp. 154-159.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2013), "Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal (2007-2011): Enquadramentos, Paradigmas e Instrumentos Estratégicos", in José Luis Mingote Calderón (Coord.), Patrimonio Inmaterial, Museos y Sociedad. Balances y Perspectivas de Futuro, Madrid, MED, pp. 44-71. Patrimonio inmaterial, museos y sociedad (calameo.com)

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2013), "Salvaguarda do Património Cultural Imaterial em Portugal (2007-2012): Enquadramentos, Paradigmas e Instrumentos Estratégicos", O Ideário Patrimonial, n.º 1, Centro de Pré-História, Instituto Politécnico de Tomar, pp. 49-55, Dez. de 2013.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2010), "Instituto dos Museus e da Conservação – Programa para a Salvaguarda do Património Imaterial em Portugal", Pedra & Cal – Revista da Conservação do Património Arquitectónico e da Reabilitação do Edificado, Ano XII, N.º 48, Out./Dez. 2010, pp. 8-11.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2010), "Gastronomia: uma perspectiva a partir do Património Imaterial", Gastronomias – Revista da Federação das Confrarias Gastronómicas, n.º 14, Março de 2010, pp. 4-5.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira Da; FREIRE, Cláudia Jorge; PEREIRA, Benjamim (2010) - Entrevista a Benjamim Pereira: "Uma aventura prodigiosa". Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2009), "Drawing-up a national-wide inventory of ICH in Portugal", International Journal of Intangible Heritage, Vol. 4, Seoul, The National Folk Museum of Korea, pp. 137-142.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2009), “Património, identidade e desenvolvimento rural”, in Os territórios de baixa densidade em tempos de mudança, Câmara Municipal de Proença-a-Nova, pp. 169-178.

\_\_\_\_\_, Paulo Ferreira da, (2008), “Discretos Tesouros: Limites à Protecção e outros Contextos para o Inventário do Património Imaterial”, Revista Museologia.pt, n.º 2, Lisboa, IMC, pp. 16-35.

CRESWELL, John W. (2014) - Research Design: Qualitative, Quantitative and Mixed Methods Approaches. 4th edition ed. Thousand Oaks : SAGE Publications.

DAVID, Matthew; SUTTON, Carole D (2004). - Social research: the basics. London: SAGE.

JACOB, Evelyn (1987) Qualitative Research Traditions: A Review [Consult. 30 set. 2021]. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.3102/00346543057001001>>

LEAL, João, (2009), “O Património Imaterial e a Antropologia Portuguesa”, in Paulo Ferreira da Costa (Coord.), Museus e Património Imaterial: agentes, fronteiras, identidades, Lisboa, Instituto dos Museus e da Conservação, Softlimits, S.A., pp. 288-295

\_\_\_\_\_, João (2008) - A energia da antropologia: seis cartas de Jorge Dias para Ernesto Veiga de Oliveira. Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. vol. 12 (2) (2008) 503–521.

LORENA, Sancho Querol, (2010), “Do Coração e o Museu: Inventário e Património Imaterial em 11 Museus” in informação icom.pt Série II, nº9 (Jun-Ago10). Pp.2-10

MARSHALL, Catherine; ROSSMAN, Gretchen B. (2006) - Designing Qualitative Research. SAGE, 2006.

PEREIRO, X., (2003), “Patrimonialização e transformação das identidades culturais”, in Portela, J. e Castro Caldas, J. (coords.): Portugal Chão. Oeiras: Celta editora, pp. 231-247

SCHATZMAN, Leonard et al. (1973) - Field Research: Strategies for a Natural Sociology: Prentice-Hall.

SOUSA, Filomena, (2015) Património Cultural Imaterial: MEMORIAMEDIA e-Museu - métodos, técnicas e práticas, Editora: Memória Imaterial CRL.

## Anexos

# **Anexo 1 – Ficha de Inventário de Património Cultural Imaterial**

## **Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial**

### **Ficha de Inventário (Anexo I)**

-

#### **I. IDENTIFICAÇÃO**

##### **1. Domínio**

##### **2. Categoria**

##### **3. Denominação**

##### **4. Outras denominações**

##### **5. Contexto tipológico**

##### **6. Contexto de produção**

###### 6.1. Contexto social

6.1.1. Comunidade(s)

6.1.2. Grupo(s)

6.1.3. Indivíduo(s)

###### 6.2. Contexto territorial

6.2.1. Local

6.2.2. Freguesia

6.2.3. Município

6.2.4. Distrito

6.2.5. País

###### 6.3. Contexto temporal

6.3.1. Periodicidade

6.3.2. Data(s)

##### **7. Caracterização**

7.1. Caracterização síntese

7.2. Caracterização desenvolvida

7.3. Manifestações associadas

##### **8. Contexto de transmissão**

8.1. Estado

8.2. Descrição

8.3. Modo(s)

8.4. Agente(s)

8.5: Idioma

**9. Origem/historial**

**II. DOCUMENTAÇÃO:**

**10. Bibliografia**

**11. Fontes escritas**

**12. Fontes orais**

**13. Fotografia**

**14. Filme**

**15. Som**

**16. Outra documentação**

**III. DIREITOS ASSOCIADOS**

**17. Tipo**

**18. Detentor**

**IV. Património Associado**

**19. Património Cultural**

19.1. Móvel

19.2. Imóvel

19.3. Imaterial

**20. Património Natural**

**Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial**

**Ficha de Inventário (Anexo II)**

-

**I. IDENTIFICAÇÃO DO PROPONENTE**

**1. Designação:**

**2. Número de identificação fiscal:**

**3. Contactos:**

3.1. Morada:

Freguesia:

Concelho:

3.2. Telefone:

3.3. Fax:

3.4. Endereço eletrónico:

3.5. Página na Internet:

## **II. CARACTERIZAÇÃO DO PROPONENTE**

### **1. Tipologia da entidade:**

### **2. Inserção territorial:**

2.1 — Concelho

2.2 — Distrito

### **3. Responsável:**

3.1. Nome:

3.2. Cargo ou função:

3.3. Habilitações académicas:

### **4. Caracterização do histórico e das atividades desenvolvidas pelo proponente, designadamente em matéria de identificação, estudo e documentação da manifestação de PCI:**

## **III. FUNDAMENTAÇÃO DO PEDIDO DE INVENTARIAÇÃO**

### **1. Caracterização da relevância da manifestação de PCI:**

1.1. Relevância de acordo com os critérios genéricos de apreciação do Pedido de Inventariação:

1.2. Relação com demais manifestações de património cultural:

1.2.1. Património cultural móvel

1.2.2. Património cultural imóvel

1.2.3. Património cultural imaterial

1.3. Relação com património natural:

1.4. Relação com estudos e programas de informação / sensibilização:

1.5. Relação com a missão, visão e valores da entidade proponente:

1.6. Relação com atividades desenvolvidas pela entidade proponente:

1.7. Ameaças à continuidade/transmissão da manifestação:

1.8. Ações de salvaguarda/valorização promovidas pelo proponente:

### **2. Documentação da relevância da manifestação de PCI:**



## **Anexo 2 - Guião de Entrevista aos representantes dos processos de inventário**

### **Entrevista semiestruturada – *Aide de Mémoire***

Inventário Nacional do Património Cultural Imaterial em Portugal 2011-2021: Estudo de caracterização através da análise dos processos de submissão na plataforma Matriz PCI.

Dissertação de Mestrado em Sociologia – Patrícia Cordeiro

- i. Breve introdução de apresentação do projeto de investigação.  
Agradecimento.  
Consentimento.  
Sinalização de início de gravação.
  
- ii. Conjunto de perguntas sobre **o processo de inventariação**:
  1. Como surgiu a ideia de inventariar esta manifestação cultural? Quais eram os objetivos da inventariação?
  2. Descreva como é que o processo decorreu? (Incluindo as condições/recursos humanos, técnicos, etc.)
  3. Quais foram os obstáculos?
  
- iii. Conjunto de perguntas sobre **o envolvimento da comunidade**:
  1. Embora apareça descrito no processo de inventariação descreva com mais detalhe o envolvimento da comunidade no processo. Em que fases e como é que foi solicitado o seu envolvimento?

2. Como descreve a perceção da comunidade sobre o processo de inventário? Pode falar sobre as expectativas que partilharam consigo?
- iv. Conjunto de perguntas sobre o **plano de salvaguarda**:
1. Como foram desenhadas as medidas de salvaguarda?
  2. Como foi planeada a sua implementação? Pode descrever qual o seu estado atual de implementação?
- v. Perguntas de **reflexão**:
1. Quais foram os resultados da inventariação? O que é que mudou?
  2. Qual é a sua perceção sobre a metodologia de inventário?

## **Anexo 2 – Quadro de Categorias de Análise – Fase Inicial de Codificação**

### **A) O Sistema de códigos gerados pela primeira fase de análise de conteúdo**

Medidas de Salvaguarda:

Transmissão Intergeracional  
Entidades Responsáveis/Envolvidas

Ameaças à continuidade:

Envelhecimento  
Perda de população  
Perda de atividade económica  
Visibilidade/Promoção

Perceção da Comunidade:

Comunicação Social  
Processos Prévios

Dificuldades do Processo:

Abrangência territorial

Envolvimento da Comunidade:

Informantes Privilegiados  
Fase de Estudo

Entidades/Pessoas Envolvidas:

Recursos Técnicos  
Promotor

Caracterização do Processo de Inventariação:

Opinião  
Apoio Entidades Competentes  
Questões técnicas  
Exaustividade

Resultados da Inventariação:

Impacto na Manifestação/Comunidade  
Novo conhecimento

Objetivos do processo de inventário:

Estudar/Documentar

Relação do entrevistado com a manifestação cultural:

Curso de Inventário

Formação académica

Motivações que conduziram ao processo de inventariação:

Originalidade da manifestação

Estudos prévios















Enquadramento legislativo anterior









**B) O Sistema de códigos gerados pela primeira fase de análise de conteúdo visualizados com o sistema de cores criado com o software de análise de dados qualitativos f4Analyze**

## Code system

- 1 ■ Medidas de Salvaguarda
  - 1.1 ■ Transmissão Intergeracional

- 1.2 ■ Entidades Responsáveis/Envolvidas
- 2 ■ Ameaças à continuidade
  - 2.1 ■ Envelhecimento
  - 2.2 ■ Perda de população
  - 2.3 ■ Perda de atividade económica
  - 2.4 ■ Visibilidade/Promoção
- 3 ■ Percepção da Comunidade
  - 3.1 ■ Comunicação Social
  - 3.2 ■ Processos Prévios
- 4 ■ Dificuldades do Processo
  - 4.1 ■ Abrangência territorial
- 5 ■ Envolvimento da Comunidade

- 5.1  Informantes Priviligiados
- 5.2  Fase de Estudo
- 6  Entidades/Pessoas Envolvidas
  - 6.1  Recursos Técnicos
  - 6.2  Promotor
- 7  Caracterização do Processo de Inventariação
  - 7.1  Opinião
  - 7.2  Apoio Entidades Competentes
  - 7.3  Questões técnicas
  - 7.4  Exaustividade
- 8  Resultados da Inventariação
  - 8.1  Impacto na Manifestação/Comunidade
  - 8.2  Novo conhecimento
- 9  Objetivos do processo de inventário

- 9.1  Estudar/Documentar
- 10  Relação do entrevistado com a manifestação cultural
  - 10.1  Curso de Inventário
  - 10.2  Formação académica
- 11  Motivações que conduziram ao processo de inventariação
  - 11.1  Originalidade da manifestação
  - 11.2  Estudos prévios
    - 11.2.1  Enquadramento legislativo anterior

C) Exemplo de transcrição de entrevista e codificação com o sistema de cores criado com o software de análise de dados f4Analyze

### Transcrição - Entrevista 1

- 1 I: #00:00:04-3# Queria começar por perguntar como é que surgiu, embora esteja brevemente descrito no vosso inventário, a ideia de inventariar esta manifestação em particular e não outras? #00:00:21-4#
- 2 B: #00:00:29-3# Nós já temos uma espécie de pré inventário desta festa antes de sair a lei do património imaterial<sup>11</sup>, a própria câmara já a tinha inventariado como bem de interesse público antes da própria lei sair e depois voltamos a fazer o processo para o enquadrar na nova legislação.<sup>11-2, 11, 11-2-1</sup> Suponho que esta situação de Entre-os-Rios é uma situação muito particular, sobretudo para mim, porque estou a ver isto de fora.<sup>10</sup> Sou do Porto, nunca vivi em Penafiel, nunca trabalhei lá, propriamente (trabalhar no sentido assalariado). Fiz voluntariado muito tempo no museu e quando trabalhei nisto era diretora do museu a título voluntário porque era professora da faculdade.<sup>10</sup> Portanto, olhei sempre para aquele território de fora e o caso de Entre-os-Rios é muito particular em muitos aspetos<sup>11-1</sup>. É muito diferente do resto do município, e há ali uma espécie de um equívoco histórico que não se percebe se não se conhecer bem a história de como aquilo foi criado, porque Entre-os-Rios está na margem direita do Tâmega pertencente a Penafiel, mas como paróquia pertence à margem esquerda, portanto ao Marco de Canaveses, freguesia do Torrão. O que é um bocado estranho. Portanto as pessoas teriam que passar o Tâmega na foz, o que não é um rio nada fácil de passar, sobretudo no inverno e portanto essa história só se percebia se estudássemos como é que se chegou aqui e a procissão é curiosa porque como a paróquia está do outro lado, ela também ultrapassava o rio em barco<sup>11</sup>. Hoje não, desde os anos 30 passa em cima da ponte mas antes atravessava o rio de barco, porque tinha que ir da igreja paroquial para o lugar de Entre-os-Rios. Portanto é mesmo uma situação excepcional<sup>11</sup>. Não é

### Anexo 3 – Quadro de Caracterização Global das propostas submetidas no INPCI

DATA DE SUBMISSÃO	MANIFESTAÇÃO	TIPO DE PROCESSO	DATA DE INSCRIÇÃO	ENTIDADE RESPONSÁVEL	DOMÍNIO	CATEGORIA	LOCALIZAÇÃO
2011	Caapeia Arraiana	Inventariado	2011	Câmara Municipal de Sabugal	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Rituais Coletivos	Sabugal
2013	Kola San Joan	Inventariado	2013	Associação Cultural Moinho da Juventude	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Bairro do Alto da Cova da Moura
2014	Danças Tradicionais da Lousã	Inventariado	2014	Junta de Freguesia da Lousã	Expressões Artísticas e manifestações de carácter performativo	Manifestações Musicais e correlacionadas	Lousã
2014	Produção de Figurado em Barro de Estremoz	Inventariado	2015	Município de Estremoz	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações Artísticas e Correlacionadas	Estremoz
2014	Festa em Honra de Nossa Senhora da Penha de França	Inventariado	2015	Vista Alegre Atlantis, S.A.	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Fábrica e Lugar da Vista Alegre, Ílhavo
2015	Endoenças de Entre-os-Rios	Inventariado	2015	Câmara Municipal de Penafiel	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Entre-os-Rios, Penafiel
2015	Conhecimentos tradicionais, de carácter etnobotânico e artesanal, utilizados no processo de produção de palitos	Inventariado	2016	Município de Penacova	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	Lorvão, Penacova
2015	Festa de Carnaval dos Caretos de Podence	Inventariado	2017	Associação Grupo de Caretos de Podence	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Podence, Macedo de Cavaleiros
2015	Arte-Xávega na Costa da Caparica	Inventariado	2017	Câmara Municipal de Almada	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Pesca e aquicultura	Costa da Caparica, Almada
2017	Festas do Povo de Campo Maior	Inventariado	2018	Turismo do Alentejo, E.R.T	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Rituais Coletivos	Campo Maior
2015	Culto a Nossa Senhora da Piedade de Loulé	Inventariado	2020	Paróquia de São Sebastião de Loulé	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Conceções e práticas mágico-religiosas	Loulé

2016	Danças, Bailinhos e Comédias do Carnaval da Ilha Terceira	Inventariado	2020	Direção Regional da Cultura da Região Autónoma dos Açores	Expressões Artísticas e manifestações de carácter performativo	Manifestações teatrais e performativas	Ilha Terceira
2016	Cantar os Reis em Ovar	Inventariado	2020	Município de Ovar	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Manifestações Musicais e correlacionadas	Ovar
2018	Equitação portuguesa	Inventariado	2021	Associação Portuguesa de Criadores do Cavalo Puro-Sangue Lusitano	Expressões Artísticas e manifestações de carácter performativo	Manifestações artísticas e correlacionadas	Multi concelho
2016	Pintar e Cantar os Reis	Inventariado	2021	Câmara Municipal de Alenquer	Expressões Artísticas e manifestações de carácter performativo	Festividades Cíclicas	
2015	Teatro Dom Roberto	Inventariado	2021	EGEAC/Museu da Marioneta	Expressões Artísticas e manifestações de carácter performativo	Manifestações teatrais e performativas	
2019	Festa em Honra de Nossa Senhora dos Navegantes	Inventariado	2021	Associação dos Moradores da Ilha da Culatra	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Ilha da Culatra
2014	Processo de Confeção da Louça Preta de Bisalhães	Inventariado – S. Urgente	2015	Município de Vila Real	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Bisalhães
2015	Artes e Saberes de construção e uso da bateira avieira no rio Tejo	Inventariado - S. Urgente	2016	Instituto Politécnico de Santarém	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Pesca e aquicultura	Caneiras, Santarém
2021	Arte e Saber-Fazer da Calçada Portuguesa	Inventariado - S. Urgente	2021	Associação da Calçada Portuguesa	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	Lisboa
2014	Feitura da Broa de Milho	Em curso	Aperfeiçoamento 2014	Município de Vila Nova de Famalicão	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Cozinha, alimentação e estimulantes	Vila Nova de Famalicão
2017	Confeção do Bordado de Tibaldinho	Em curso	aguarda avaliação*	Camara Municipal de Mangualde	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Viseu e Nelas
2015	Festa das Chouriças em Honra de São Luís de Anjou	Em curso	aguarda avaliação*	Fundação Manuel Viegas Guerreiro	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Querença



2016	Falcoaria	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	Câmara Municipal de Salvaterra de Magos	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Coleta e caça	Portugal
2015	Confeção das Passarinhas e dos Sardões	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Guimarães	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Cozinha, alimentação e estimulantes	Guimarães
2016	Processo de confeção da Louça Preta de Gondar	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal da Trofa	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Vila Seca
2016	Técnicas de construção e reparação naval em madeira	Em curso	Aperfeiçoamento 2016	Câmara Municipal de Vila do Conde	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	Vila do Conde
2016	Saber Fazer dos Santeiros de São Mamede do Coronado	Em curso	Aperfeiçoamento 2016	Câmara Municipal da Trofa	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	São Mamede do Coronado
2016	Romagem de São Pedro	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Santa Cruz	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Lombada
2016	Festa das Rosas de Vila Franca	Em curso	Em consulta pública 2021	Junta de Freguesia de Vila Franca	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Viana do Castelo
2017	Quaresma e Solenidades da Semana Santa de Braga	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Braga	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Braga
2016	Carnaval de Torres Vedras	Em curso	Em consulta pública 2021	Município de Torres Vedras	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Torres Vedras
2016	Festas Nicolinas	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Guimarães	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Guimarães
2017	Feiras Novas	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Ponte de Lima	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Ponte de Lima
2017	Romaria de São Bartolomeu do Mar e Banho Santo	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Esposende	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	São Bartolomeu do Mar
2017	Romaria da Senhora da Saúde	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Mação	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Pereiro, Mação
2017	Semana Santa e Festa do Espírito Santo	Em curso	Segunda submissão 2021	Município do Sardoal	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Sardoal

2017	Moinhos de Vento do Cadaval	Em curso	aguarda avaliação*	Município do Cadaval	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	Cadaval
2019	Romaria de São Bento da Porta Aberta	Em curso	aguarda avaliação*	Irmandade de São Bento da Porta Aberta	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Seara da Forcadela
2018	Construção de Bombos e Caixas	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	Câmara Municipal do Fundão	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	Fundão
2018	Tiragem de Cortiças	Em curso	Aperfeiçoamento 2020/21	Câmara Municipal de Coruche	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Extrativas	Coruche
2019	Cestos de esteira	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo - Museu	Tradições e expressões orais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Odivelas
2019	Festa e Romaria de São Tomé de Ançã	Em curso	aguarda avaliação*	Grupo Típico de Ançã	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Ançã
2019	Festas Antoninas	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Vila Nova de Famalicão	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vila Nova de Famalicão
2019	Produção e Transformação de Linho	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Viseu	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Transformadoras	Várzea de Calde
2019	Festa de São Gonçálinho	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Aveiro	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	
2019	História e Cultura do Vidro em Oliveira de Azeméis	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Oliveira de Azeméis
2019	Processo de Confeção do Tapete de Arraiolos	Em curso	Em consulta pública 2021	Município de Arraiolos	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Arraiolos
2020	Construção e Práticas Tradicionais Coletivas do Bombo	Em curso	aguarda avaliação*	ADAT - Associação dos Amigos do Tocá Rufar	Tradições e expressões orais	Manifestações Musicais e correlacionadas	Portugal
2020	Festas de Inverno com Máscaras do Nordeste Transmontano	Em curso	aguarda avaliação*	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Distrito de Bragança

2019	Bodo de Nossa Senhora da Consolação	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	Município de Idanha-a-Nova	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Monfortinho
2019	Arte Xávega da Meia Praia	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Lagos	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Pesca e aquicultura	Meia Praia
2020	Flor de Namorados de Fragosela	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Viseu	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Fragosela
2020	Bordados de Glória do Ribatejo	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Salvaterra de Magos	Expressões Artísticas e manifestações de carácter performativo	Manifestações artísticas e correlacionadas	Glória do Ribatejo
2020	Lenda de Nossa Senhora da Lapa	Em curso	aguarda avaliação*	Santuário de Nossa Senhora da Lapa	Tradições e expressões orais	Conceções míticas e lendárias	Lapa
2020	Passagem na Calhinha da Senhora da Lapa	Em curso	aguarda avaliação*	Santuário de Nossa Senhora da Lapa	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Conceções e práticas mágico-religiosas	Lapa
2020	Procissão das Cruzes da Lapa	Em curso	aguarda avaliação*	Santuário de Nossa Senhora da Lapa	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Lapa
2020	Manufatura de Bengalas de Gestaçô	Em curso	aguarda avaliação*	Bengalas de Gestaçô, Baião		Manifestações artísticas e correlacionadas	Gestaçô
2020	Festa dos Tabuleiros	Em curso	aguarda avaliação*	Câmara Municipal de Tomar	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Tomar
2020	Práticas e Manifestações do Culto a Nossa Senhora da Nazaré	Em curso	Aperfeiçoamento 2020	Câmara Municipal da Nazaré	Tradições e expressões orais	Conceções e práticas mágico-religiosas	Nazaré
2020	A pesca nas pesqueiras do rio Minho	Em curso		AECT Rio Minho	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Pesca e aquicultura	Vale do Rio Minho
2020	Bugada e Mouriscada do Sobrado	Em curso		Município de Valongo	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Valongo
2020	Entrudo de Alfândega da Fé	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Alfândega da Fé
2020	Entrudo de Sambade	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Alfândega da Fé
2020	Festa dos Rapazes de Aveleda	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Aveleda

2020	Festa dos Reis de Baçal	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Baçal
2020	Chocalheiro de Bemposta	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Bemposta
2020	Morte, Diabo e Censura de Bragança	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Bragança
2020	Festa dos Velhos de Bruçó	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Bruçó
2020	Festa da Cabra e do Canhoto de Cidões	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Cidões
2020	Festa da Mocidade ou de São João Evangelista	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Constantim
2020	Festa de Santo Estêvão de Grijó de Parada	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Grijó de Parada
2020	Festa de Santo Estêvão de Ousilhão	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Ousilhão
2020	Festas de Inverno de Para de Infanções	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Parada de Infanções
2020	Festa do Natal e Charolo de Pinela	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Pinela
2020	Cantar dos Reis de Rebordainhos	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Rebordainhos
2020	Mesa de Santo Estêvão de Rebordãos	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Rebordãos
2020	Festa de Santo Estêvão de Rebordelo	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Rebordelo
2020	Festa dos Reis de Rio de Onor	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Rio de Onor
2020	Festa dos Reis de Salsas	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Salsas
2020	Entrudo de Santulhão	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Santulhão, Vinhais
2020	Festa de Santa Luzia	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	São Pedro da Silva, Miranda do Douro
2020	Festa do Santo Menino de Tó	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Tó, Mogadouro

2020	Festa de Santo Estêvão de Torre de Dona Chama	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Torre de Dona Chama, Mirandela
2020	Festa de Santo Estêvão de Travanca	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Travanca, Vinhais
2020	Festa de Santo Estêvão de Vale das Fontes	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vale das Fontes
2020	Velho Chocalheiro de Vale de Porco	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vale de Porco
2020	Careto e Velha de Valverde	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Valverde
2020	Festa dos Rapazes de Varge	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Varge
2020	Mascarão e Mascarilha de Vilarinho dos Galegos	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vilarinho dos Galegos
2020	Entrudo de Vila Boa de Ousilhão	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vila Boa de Ousilhão
2020	Festa da Velha ou do Menino de Vila Chã da Braciosa	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vila Chã da Braciosa
2020	Morte e os Diabos de Vinhais	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	ZASNET AECT	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vinhais
2020	Vaca das Cordas	Em curso	Aperfeiçoamento 2021	Município de Ponte de Lima	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Rituais Coletivos	Ponte de Lima
2020	Filigrana de Gondomar	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Gondomar	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Manifestações artísticas e correlacionadas	Gondomar
2021	Romaria de Nossa Senhora dos Remédios do Arco de Baulhe	Em curso	aguarda avaliação*	Associação dos Festeiros do Arco	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Arco de Baulhe
2021	Bolo de Tacho	Em curso	aguarda avaliação*	Junta de Freguesia de Monchique	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Cozinha, alimentação e estimulantes	Monchique
2020	Romaria da Senhora da Peneda	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Arcos de Valdevez	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Peneda
2020	Festas da Senhora da Agonia	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Viana do Castelo	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Viana do Castelo

2021	Produção de Olaria Pedrada de Nisa	Em curso	aguarda avaliação*	Município de Nisa	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Nisa
2021	Festa do Colete Encarnado	Em curso	aguarda avaliação	Município de Vila Franca de Xira	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Vila Franca de Xira
2021	Corrida de Toiros em Portugal	Em curso	aguarda avaliação	Associação de Tertúlias Tauromáquicas de Portugal	Práticas Sociais, rituais e eventos festivos	Festividades Cíclicas	Portugal (Aveiro; Beja; Bragança; Castelo Branco; Coimbra; Évora; Faro; Guarda; Leiria; Lisboa; Portalegre; Porto; Açores; Santarém; Setúbal; Viana do Castelo; Viseu)
2021	Conhecimentos tradicionais de produção de sal marinho	Em curso	aguarda avaliação	Câmara Municipal de Figueira da Foz	Competências no âmbito de processos e técnicas tradicionais	Atividades Extrativas	Lavos, Figueira da Foz